



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 44

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de março de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da sessão pelos Deputados Cecília Estácio e Carlos Freitas) e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 2 minutos.

No âmbito do PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

- Voto de Congratulação à Atleta Marília Azevedo pela Classificação de Melhor Portuguesa na Maratona de Tóquio e Qualificação para a Inscrição na Maratona de Boston de 2026, apresentado pelo Deputado Nuno Barata (IL). Intervieram os Deputados Lúcio Rodrigues (PS), Salomé Matos (PSD) e Paulo Margato (PPM). O voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação ao tetracampeão da 2.ª Divisão-Série Açores de Voleibol em seniores femininos, apresentado pelo Deputado José Ávila (PS). Interveio o Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD). O voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação à Atleta Soraia Teixeira, apresentado pelo Deputado Francisco Lima (CH). Intervieram os Deputados Paulo Chaves (PSD) e José Toste (PS). O voto foi aprovado por unanimidade

- Voto de Congratulação às Rendeiras do Pico, apresentado pela Deputada Ana Jorge (PSD). Interveio a Deputada Marta Matos (PS). O voto foi aprovado por unanimidade

- [Voto de Congratulação à Atleta Sofia Melo](#), apresentado pelo Deputado José Sousa (CH). Interveio o Deputado Russell Sousa (PS). O voto foi aprovado por unanimidade
- [Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher](#), apresentado pela Deputada Nídia Inácio (PSD). Intervieram os Deputados Andreia Cardoso (PS), José Pacheco (CH) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP). O voto foi aprovado por unanimidade
- [Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher](#), apresentado pelo Deputado Pedro Neves (PAN). Interveio o Deputado José Pacheco (CH). O voto foi aprovado por maioria.
- [Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher](#), apresentado pelo Deputado António Lima (BE). Interveio o Deputado Paulo Margato (PPM). O voto foi aprovado por maioria.
- [Voto de Saudação pela Criação da Primeira Bio-Região nos Açores nas ilhas do Triângulo](#), apresentado pelo Deputado Paulo Silveira (PSD). Intervieram as Deputadas Isabel Teixeira (PS) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP). O voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento de Acácio Cabeceiras](#), apresentado pelo Deputado José Ávila (PS). Intervieram os Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP). O voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira](#), apresentado pela Deputada Olivéria Santos (CH). Interveio a Deputada Cristina Calisto (PS). O voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento de Monsenhor Padre Weber Machado](#), apresentado pela Deputada Cristina Calisto (PS). Interveio o Deputado José Pacheco (CH). O voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira](#), apresentado pelo Deputado Francisco Gaspar (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Almeida Leonardo](#), apresentado pelo Deputado Lúcio Rodrigues (PS). Interveio a Deputada Salomé Matos (PSD). O voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Elvira Machado Melo](#), apresentado pelo Deputado Luís Raposo (PSD). Interveio o Sr. Deputado Carlos Silva (PS). O voto foi aprovado por unanimidade.

Ainda no âmbito do PTAP, teve lugar uma [Declaração Política](#) por parte do Deputado Paulo Margato (PPM) sobre "A instabilidade política nacional prejudica os Açores". Intervieram, no debate, os Deputados José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL), Berto Messias (PS), João Bruto da Costa (PSD), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN), Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e ainda o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas).

Posteriormente procedeu-se ao debate e votação da [Anteproposta de Lei n.º 5/XIII – “Procede ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral da segurança social e à alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que prevê e regulamenta o estatuto de aposentação da Caixa Geral de Aposentações, I.P.”](#), apresentada pelo Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima). Intervieram os Deputados José Paulo Sousa (CH), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Paulo Margato (PPM), Nídia Inácio (PSD), José Miguel Toste (PS), João Bruto da Costa (PSD) e Andreia Cardoso (PS). A Anteproposta de Lei n.º 5/XIII foi aprovada por maioria. Usaram da palavra, para declarações de voto, os Deputados Cecília Estácio (PSD), António Lima (BE), José Toste (PS), Paulo Margato (PPM) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP).

De seguida foi debatido o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII – “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Deputado António Lima (BE). Intervieram os Deputados Hélia Cardoso (CH), Inês Sá (PS), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Pedro Neves (PAN), Paulo Margato (PPM), Nídia Inácio (PSD) e ainda a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 17 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário, faça favor.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Cristina de Fátima Silva Calisto

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim Margato

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme organizado pela Conferência de Líderes, esta manhã está reservada ao Período de Tratamentos de Assuntos Políticos.

Os tempos estipulados para esta manhã são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS dispõem cada de 40 minutos, o Grupo Parlamentar do CHEGA dispõe de 18 minutos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP dispõe de 12 minutos, as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem cada de 10 minutos.

Vamos iniciar a nossa manhã com os votos que deram entrada na mesa. O primeiro Voto de Congratulação é apresentado pela Iniciativa Liberal à atleta Marília Azevedo. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Atleta Marília Azevedo pela Classificação de Melhor Portuguesa na Maratona de Tóquio e Qualificação para a Inscrição na Maratona de Boston de 2026

Natural da cidade da Horta, na ilha do Faial, Marília Azevedo nasceu e viveu nesta ilha até aos 12 anos, quando se mudou para São Miguel com os pais e completou o ensino básico e secundário. Mais tarde, mudou-se para o Porto, onde se licenciou em Medicina

pela universidade local. Atualmente, é Médica Especialista em Medicina Geral e Familiar e possui uma Pós-graduação em Exercício Clínico.

Atualmente, Marília Azevedo exerce a sua atividade como Médica de Família no Centro de Saúde de Ponta Delgada, onde também desempenha funções como orientadora de formação de Médicos Internos de Medicina Geral e Familiar. Entre 2021 e 2024, assumiu ainda o cargo de Diretora Clínica do mesmo centro de saúde.

Ainda adolescente e sem que isso perturbasse a sua vida académica, participou no campeonato nacional de ginástica aeróbica na época de 1995/1996 tendo obtido o 3.º lugar na classificação, na categoria de trio.

Depois de concluir a Especialidade e regressar aos Açores, Marília Azevedo dedicou-se à corrida e ao ciclismo. No ciclismo, destacam-se conquistas notáveis, como percorrer de bicicleta as nove ilhas dos Açores, dar a volta à Madeira e Porto Santo, e atravessar Portugal continental em autonomia pela Estrada Nacional N2 (Chaves-Faro) ao longo de oito dias.

Além disso, participou em várias provas de BTT na ilha de São Miguel, no continente português e na Península Ibérica, incluindo o Caminho de Santiago de BTT, desde o Porto até Santiago de Compostela, e duas provas do circuito Granfondo, com cerca de 100 km, na Régua e no Gerês.

Marília Azevedo tem ainda participado em diversas provas de Triatlo na Região, nomeadamente, o Azores Triathlon e o VIII Ocean Lava Azores Triatlon, na modalidade de Sprint.

Em corrida de estrada, participou durante duas épocas no Campeonato de Estrada de São Miguel no qual obteve o 3º lugar e participou ainda nas meias-maratonas da ilha de São Miguel e diversas Corridas de São Silvestre.

Na modalidade de Trail Run, tem marcado presença nas principais provas regionais, tanto em distâncias curtas, entre 15 e 22 km, tais como: Azores Trail Run – 10 Vulcões na Ilha do Faial; o Azores Challenge Trail, Povoação Trail, EPIC, 7CUT, Real Priolo e Morcegos Trail, todas em São Miguel. Nas distâncias longas, participou nos 42 km,

do MIUT (Madeira International Ultra Trail) e no Transgrancanária, na ilha de Gran Canária.

Atualmente, a tentar completar o circuito das 6 melhores maratonas do mundo, já participou nas Maratonas de Nova York, Berlim, Londres, Chicago (5ª portuguesa) e Tóquio.

Naquela cidade nipónica, a 2 de março último, Marília Azevedo foi a portuguesa mais rápida tendo percorrido os 42 km e 195m em 3h29m, ao ritmo de 4'58 min/km, cerca de 12 km por hora, tendo baixado em 14 minutos o tempo que tinha conseguido em Chicago.

Esse tempo permitiu-lhe, assim, não só ser a melhor portuguesa no final, mas ainda a qualificação para a inscrição na Maratona de Boston, a mais famosa e tradicional corrida de longa distância realizada anualmente em todo o mundo, disputada nos costumeiros 42,195 km entre as cidades de Hopkinton e Boston, no Estado de Massachusetts, Estados Unidos da América e que este ano se realiza no dia 21 de abril, com cerca de 36 mil inscritos.

Para a edição de 2026 da Maratona de Boston, que se realiza a 20 de abril do próximo ano, a organização baixou os tempos de qualificação em cerca de 10 minutos em todos os escalões e géneros, o que obrigava a maratonista açoriana a baixar o seu record pessoal em cerca de, precisamente, 10 minutos tendo alcançado e até superado esse feito na maratona de Tóquio garantindo, assim, a qualificação para a inscrição,

Por fim, destaca-se o compromisso da atleta em representar os Açores em todas as competições internacionais em que participa, levando consigo a bandeira da Região estampada no equipamento. Todas as suas deslocações ao estrangeiro são fruto do seu empenho e investimento pessoal, sem patrocínios, incluindo a aquisição do vestuário alusivo aos Açores.

Assim a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Marília Azevedo pela

classificação de melhor portuguesa na Maratona de Tóquio 2025 e por se ter qualificado para a inscrição na Maratona de Boston de 2026 e que do presente voto seja dado conhecimento à atleta, à Associação de Atletismo de São Miguel e à Ordem dos Médicos. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, naturalmente, associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este voto à Atleta Marília Azevedo.

Eu, pessoalmente, conheço a Marília, já tive o prazer também de partilhar alguns momentos da minha vida a correr na companhia desta atleta. Naturalmente, ela tem outra vocação para correr que eu não tenho, mas, de qualquer forma, gostava de deixar aqui duas notas.

Primeira nota é de que, efetivamente, a Marília tem feito esse percurso sem ter, ao longo da sua infância e juventude, tido um foco muito grande no desporto, mas provando que com foco, com convicção, com persistência consegue-se utilizar o desporto na nossa vida pessoal e, traduzindo isso também para o foco profissional e neste caso em particular, para aquilo que a Marília tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos e também, acima de tudo, a importância da atividade física em levar o nome dos Açores por esse mundo fora.

Naturalmente, o Partido Socialista endereça os votos de congratulação e de saudação à Marília e associa-se também a este voto.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, ao Voto de Congratulação à atleta Marília Azevedo. Ainda que nascida no Faial, é descendente de gentes do Pico, viveu em S. Miguel e, mais do que orgulhar estas três ilhas, deve orgulhar todos os Açorianos e todos os Açores, pelo seu percurso de vida, quer pessoal, quer enquanto atleta, aqui bem espelhado no voto apresentado pelo Deputado Nuno Barata. Nós entendemos que todas estas vitórias alcançadas mostram bem que a vida de um atleta é preenchida de sacrifícios, molda o caráter, constrói campeões, obriga a um compromisso com um treino intensivo, com a superação diária e por tudo isso, naturalmente, também endereçamos os nossos votos de congratulação, desejando sucessos no seu percurso enquanto atleta, pessoal e profissional. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça o favor tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto proposto pelo Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal, na sua essência sobre a parte desportiva. Mas não se pode, de todo, esquecer de dar aqui duas ou três notas importantes sobre a pessoa da Dra. Marília Azevedo.

Em primeiro lugar, é uma grande pessoa, uma grande mulher; em segundo lugar, é uma grande médica de família; em terceiro lugar, e para destacar o seu percurso como profissional de saúde, esteve envolvida como voluntária na fundação da Escola da Medicina Geral e Familiar e da sua certificação, o que hoje nos permite, com muito orgulho dizer que o número de médicos de família tem aumentado nos Açores e isso deve-se a formação, e a Dra. Marília Azevedo foi e é um pilar desta formação. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Creio não existirem. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Atleta Marília Azevedo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista - Tetracampeão da 2ª Divisão- Série Açores de Voleibol em seniores femininos. Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Tetracampeão da 2ª Divisão- Série Açores de Voleibol em seniores femininos

O Santa Cruz Sport Club foi fundado em 20 de agosto de 1924 com o propósito de introduzir o futebol na ilha Graciosa e, ao longo da sua história, abraçou diversas modalidades, como a ginástica, trampolins, futsal e o voleibol, sendo esta última a única que ainda se mantém em atividade.

Com um rico currículo desportivo nos seniores femininos, onde se inclui a conquista da primeira edição da Taça Açores, em 1988, o Santa Cruz Sport Club venceu a Série Açores do Campeonato Nacional da 2ª Divisão em 2009, 2010, 2022, 2023, 2024 e 2025.

A conquista desse título, na presente época desportiva, atribuiu-lhe o título de Tetracampeão.

As vitórias alcançadas nos escalões de formação e este notável percurso das seniores femininos fez com que o clube tenha sido distinguido em duas Galas do Desporto Açoriano e que lhe tenha sido atribuída a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico no Dia dos Açores, no ano passado.

Estas conquistas estão, em primeiro lugar, ligadas ao esforço das suas atletas e da capacidade na sua renovação, fruto de uma aposta na formação, mas também graças aos empenhos do seu presidente, João Duarte Silva, do diretor desportivo, Manuel Guilhermino Rocha, e do seu treinador principal, Paulo Jorge Cunha, que já conta com 20 anos de serviço ao clube.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de março de 2025, aprove o seguinte Voto de Congratulação: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a equipa sénior de Voleibol Feminino do Santa Cruz Sport Club pelo excelente desempenho nas suas participações na Série Açores da 2ª Divisão que culminou, nesta época 2024/2025, com a conquista do título de Tetracampeão.

Estes resultados podem constituir uma fonte de inspiração para todos os atletas em formação e acaba por ser um reconhecimento merecido pelo esforço e dedicação de todos os envolvidos.”

Que deste voto seja dado conhecimento ao clube, à Associação dos Desportos da Ilha Graciosa, à Federação Portuguesa de Voleibol e à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Disse.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se, naturalmente, a este voto apresentado pelo Partido Socialista pelo Sr. Deputado José Ávila. Juntar aqui as nossas felicitações e dar os parabéns pela conquista destes quatro campeonatos conseguidos.

É um orgulho para os graciosenses este feito, porque é uma ilha pequena e é uma ilha que tem apresentado bons resultados, não só no escalão sénior de voleibol feminino, mas também em todos os escalões de formação. Acho que é de louvar e de realçar aqui esse feito. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Tetracampeão da 2ª Divisão- Série Açores de Voleibol em seniores femininos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, do Grupo Parlamentar do CHEGA, para apresentação de um Voto de Congratulação à Atleta Soraia Teixeira. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO À Atleta Soraia Teixeira

No passado mês de fevereiro de 2025, realizou-se em Vagos o Campeonato Nacional de Lançamentos Longos, onde a atleta Soraia Teixeira, atingiu a marca de 37,57 metros, a melhor em território nacional nesta temporada. Desta forma, Soraia Teixeira sagrou-se campeã nacional de lançamento de disco, na categoria Sub-20, elevando o nome da Associação Cristã da Mocidade da Terceira e da Região Autónoma dos Açores.

Esta vitória é uma prova do seu talento, trabalho árduo e dedicação aos treinos, refletindo todo o esforço e compromisso que a atleta tem demonstrado ao longo do tempo.

Soraia Teixeira não só alcançou um excelente resultado, mas também se destacou como um exemplo de perseverança e superação, inspirando muitos outros jovens atletas a seguir os seus passos.

A sua conquista representa não só um reconhecimento do seu trabalho individual, mas também um orgulho para a sua família, o seu treinador, o seu clube ACM-Terceira e para toda a comunidade desportiva.

Desse modo, o esforço e dedicação da atleta foram recompensados, para que tenha uma longa e vitoriosa trajetória no mundo do desporto, dignificando o desporto açoriano.

O CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Soraia Teixeira, do qual deve ser dado conhecimento à própria, à ACM-Terceira, à Federação de Atletismo dos Açores e à Câmara Municipal de Angra de Heroísmo. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores, com muita honra, associa-se a este Voto de Congratulação, por parte do CHEGA, à atleta Soraia Teixeira, atleta da ACM, da ilha Terceira, pela conquista de mais um prémio a nível nacional. Mas queria deixar também aqui algo de relevante à própria instituição, à ACM - Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, uma instituição que há décadas forma atletas de carreira a nível nacional.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD, como é óbvio, associa-se a este Voto de Congratulação à atleta Soraia. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Toste, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos associarmos a este Voto de Congratulação à atleta Soraia Teixeira, que, neste seu feito individual, também levou mais longe o nome do clube da ACM-Terceira e que, no fundo, com as suas conquistas, supera-se e leva mais longe o nome dos Açores.

Destacar, também, o papel que o treinador Júlio Cirino tem tido no ramo dos lançamentos, na área do atletismo; tem sido uma mais-valia na Região, que, ao treinar uma atleta olímpica, tem potenciado as qualidades de outros atletas da ilha Terceira. Aproveito esta oportunidade para destacar o feito do atleta também da ACM, Duarte Borges, que, nesta mesma prova, se sagrou Campeão Nacional no Lançamento de Peso. Portanto, quer a atleta Soraia Teixeira quer o atleta Duarte Borges levaram mais longe o nome dos Açores e é sempre um orgulho, para todos os Açorianos, ver um açoriano no pódio mais alto, seja qual for a atividade desportiva, neste caso, no atletismo. Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Creio não existir. Então vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à atleta Soraia Teixeira foi aprovado por unanimidade

Presidente: O próximo Voto de Congratulação às Rendeiras da ilha do Pico é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO às Rendeiras do Pico

O Grupo Parlamentar do PSD presta homenagem às rendeiras da ilha do Pico, reconhecendo o seu papel essencial na preservação do património cultural açoriano e na valorização da identidade artesanal da Região.

A renda de farpa, tradição única do Pico, reflete um saber-fazer transmitido ao longo das gerações e representa um marco na história do trabalho feminino nos Açores.

A arte da renda foi, durante séculos, uma atividade fundamental para muitas mulheres picoenses, proporcionando-lhes um meio de subsistência e autonomia financeira num contexto socioeconómico marcado pela predominância masculina na caça à baleia e na agricultura.

Durante o século XX, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960, a produção de renda atingiu o seu auge, com mais de 500 rendeiras na ilha do Pico.

São Mateus, no concelho da Madalena, destacou-se como um dos centros principais desta arte, e as peças produzidas foram exportadas para vários países, incluindo os Estados Unidos, Brasil, Argentina e diversos países europeus.

Entre as figuras mais notáveis da história da renda picoense está Rosa Garcia, também conhecida como Rosa da “Ponte” ou Rosa da “Ponta”.

Considerada a primeira mulher empresária do Pico, Rosa Garcia organizou e estruturou um sistema de produção e comercialização de rendas que beneficiou muitas famílias da ilha.

A sua casa transformou-se num ponto de encontro para rendeiras, assegurando a produção contínua e a geração de rendimento para as mulheres trabalhadoras.

Graças ao seu espírito empreendedor, muitas mulheres puderam melhorar a sua qualidade de vida, investir em propriedades e proporcionar uma educação melhor aos seus filhos.

O modelo de negócios criado por Rosa Garcia abriu caminho para novas redes de comercialização, permitindo que a renda do Pico adquirisse reconhecimento além-fronteiras.

Nos anos 1980, foram lançados programas de apoio ao artesanato, tendo a renda picoense sido formalmente reconhecida em 1999 no âmbito da certificação dos Bordados dos Açores.

Posteriormente, em 2012, a introdução do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal trouxe um novo fôlego ao setor, embora a quantidade de rendeiras em atividade já fosse bastante reduzida.

A renda do Pico, que já alcançou reconhecimento internacional e está presente em coleções e exposições pelo mundo é um símbolo da cultura açoriana.

Atualmente, a renda do Pico tem sido alvo de esforços de revitalização, impulsionados por iniciativas municipais e por artesãs dedicadas a preservar este legado.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal da Madalena desempenhou um papel ativo na valorização da mulher rendeira, promovendo eventos e homenagens.

Destacamos neste Voto e no âmbito deste trabalho, o documentário “Rendas de Farpa”, com autoria e realização de Sandra Cristina Sousa e produzido por Mauro Santos Pereira, regista a história e os testemunhos das rendeiras do Pico.

Este documentário contribui para a valorização da arte e sensibiliza para a necessidade de preservar esta tradição singular, explora a história e a tradição das rendeiras da ilha do Pico, através de imagens e testemunhos, revela a habilidade e a resiliência destas mulheres, este documentário mostra as mãos talentosas e a criatividade, que transformaram a renda de farpa num símbolo cultural e económico. É um documento único que, dando voz às rendeiras, regista no presente, o passado das rendeiras do Pico, de forma tocante e intimista.

Sublinhamos a instituição do Dia Municipal da Rendeira, celebrado a 7 de fevereiro em homenagem ao nascimento de Rosa Garcia.

Entre as iniciativas para manter viva esta tradição destacam-se a criação de um ecomuseu da renda do Pico e atividades educativas junto das escolas, promovendo o ensino dos padrões tradicionais, como as rosas e rosetas de amor-perfeito, dália,

malmequer, margarida, maracujá e amora. Estas ações garantem a transmissão do conhecimento às novas gerações e reforçam a identidade cultural da ilha.

A renda do Pico, que já alcançou reconhecimento internacional e está presente em coleções e exposições pelo mundo, continua a ser um símbolo da cultura açoriana.

Neste contexto, e no mês em que se assinala o Dia Internacional da Mulher, o Grupo Parlamentar do PSD Açores presta homenagem às Rendeiras do Pico, reconhecendo o seu contributo para o património material e imaterial dos Açores.

O Grupo Parlamentar do PSD exorta ainda à implementação de novas medidas que incentivem a continuidade desta arte, assegurando que a renda do Pico perdure para as futuras gerações, permanecendo um símbolo vivo da cultura e da identidade açoriana. Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação às Rendeiras da ilha do Pico.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Madalena do Pico, à Associação de Municípios da Ilha do Pico, aos Membros do Conselho de Ilha do Pico, à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, ao Centro de Artesanato e Design dos Açores, aos familiares de Rosa Garcia, a Sandra Cristina Sousa e Mauro Santos Pereira. Disse. **Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto, estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto e no fundo, à homenagem que, através dele, se presta às rendeiras picarotas e às peças únicas produzidas na ilha do Pico.

Este é, de facto, um legado que importa reconhecer e transmitir, valorizando a importância do nosso artesanato, da nossa cultura, da nossa história e, neste caso, muito concreto também a importância das mulheres que são as suas protagonistas e que, para além de rendas, tecem também histórias, memórias e laços que perduram.

Não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para salientar o já referido excelente documentário “Rendas de Farpa”, realizado pela Sandra Cristina Sousa e pela Comunicar Atitude e promovido pelo Município da Madalena, e o seu contributo ímpar para a preservação e a divulgação desta que é uma tradição de gerações. Salientando o engenho, a criatividade e a determinação destas mulheres, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto e congratula as rendeiras picarotas, assim como todas as rendeiras dos Açores. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio que não existem. Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação às Rendeiras do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA à Atleta Sofia Melo. Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO À Atleta Sofia Melo

Sofia Melo, do Clube Karaté Shotokan da freguesia da Relva, em São Miguel, esteve novamente em destaque, ao alcançar o primeiro lugar na disciplina de Kumite, no 30º Grande Torneio de Karaté de Vila das Aves, que se realizou no dia 18 de janeiro, em Santo Tirso.

A jovem atleta trouxe a medalha de ouro para os Açores, ao conquistar o 1º lugar na disciplina de Kumite, no escalão de Iniciados na categoria Kumite Juvenil Feminino, destinada a atletas de 10 e 11 anos, com mais de 44 kg.

Sofia Melo conseguiu alcançar o primeiro lugar no pódio numa prova que reuniu cerca de 800 atletas nacionais e internacionais de 99 clubes de todo o país, onde os resultados obtidos refletem a qualidade do ensino e da preparação desportiva promovida pelo clube açoriano, bem como o compromisso dos seus treinadores e dirigentes no desenvolvimento do karaté junto das camadas mais jovens.

A jovem atleta Sofia Melo é mais um exemplo de como o desporto, e a força de vontade, projetam o nome dos Açores no panorama desportivo nacional, reconhecendo igualmente o trabalho contínuo das associações e treinadores que promovem a excelência do karaté.

Na mesma competição, destacaram-se ainda a prestação das jovens Maria Lobo e Carlota Lopes que conquistaram o 3º lugar em Kumite Juvenil Feminino, nas categorias de até 55 kg e acima de 55 kg, respetivamente. A atleta Júlia Silva também conseguiu alcançar a 5ª posição, demonstrando o alto nível competitivo e o mérito da comitiva açoriana.

A equipa foi orientada pelos treinadores Nelson Rego e Miguel Pereira, cuja vasta experiência e competência foram absolutamente cruciais para o excelente desempenho competitivo dos jovens karatecas que, com a sua dedicação incansável e resiliência, mostram o verdadeiro espírito de superação e dedicação, garantindo resultados excecionais nas competições e na vida desportiva dos jovens atletas.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto

de Congratulação à atleta Sofia Melo, do qual deve ser dado conhecimento à própria atleta, ao Clube Karaté Shotokan da Relva, à Associação de Karaté dos Açores, à Junta de freguesia da Relva, bem como à Câmara Municipal de Ponta Delgada. Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação à Atleta Sofia Melo, que, mais uma vez, valoriza a Região Autónoma dos Açores numa disciplina de desporto de Karaté Shotokan. Gostaria de relembrar que a atleta Sofia Melo representa os Açores na Seleção Nacional de karaté, que também é um mérito dos seus treinadores, do seu foco e do seu esforço nessa disciplina de karaté, e relembrar que todos os clubes desportivos dos Açores têm atletas brilhantes, com muitas provas dadas em diversas provas nacionais e internacionais. Este Voto de Congratulação à Atleta Sofia, também aqui à Maria Loba, à Carlota Lopes e aos seus treinadores, mostra, mais uma vez, as capacidades que os atletas açorianos têm nas provas nacionais e internacionais. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à atleta Sofia Melo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação. O primeiro é o Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 por proposta de Clara Zetkin, simboliza a luta histórica das mulheres em todo o mundo contra a desigualdade e a discriminação.

Este dia, celebrado a 8 de março, representa a resistência das trabalhadoras face à exploração e opressão capitalista, que durante décadas as sujeitou a jornadas de trabalho exaustivas, salários desiguais e falta de proteção na gravidez e na maternidade. Desde o início do século XX, a luta das mulheres tem sido marcada por importantes conquistas em diferentes áreas desde a igualdade salarial, passando pelo direito ao voto e melhoria das condições de trabalho, algumas das bandeiras erguidas por mulheres corajosas que se recusaram a aceitar a subjugação e a discriminação.

Em Portugal, a Revolução de Abril marcou um ponto de viragem. As mulheres portuguesas lutaram ativamente pela consagração dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais, reivindicando uma participação igualitária em todos os domínios da sociedade.

A presença das mulheres na política é fundamental para garantir que as suas vozes sejam ouvidas e as suas necessidades atendidas. Apesar dos progressos, a sub-representação feminina em cargos de decisão, o preconceito de género e a dupla jornada de trabalho continuam a ser desafios que dificultam a sua plena participação cívica.

No entanto, onde as mulheres ocupam posições de liderança, têm sido agentes de mudança, impulsionando políticas públicas que promovem a igualdade de género, combatem a violência doméstica e valorizam o trabalho feminino.

A igualdade de género não é apenas uma questão de justiça social, mas um pilar do desenvolvimento económico e do bem-estar coletivo, pois sociedades igualitárias apresentam melhores índices de educação, saúde e prosperidade.

O Grupo Parlamentar do PSD Açores saúda as mulheres açorianas, reconhecendo a sua força, resiliência e contributo inestimável para o progresso da Região. Este voto é um reconhecimento pelo respeito à sua dignidade e direitos.

As mulheres açorianas têm desempenhado um papel crucial na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento económico, social e cultural do arquipélago, com presença ativa em setores como a agricultura, a ciência, a cultura e a política.

Neste Dia Internacional da Mulher, celebramos as conquistas e a contínua luta das mulheres, reafirmando o nosso compromisso com a igualdade e a valorização de todas as mulheres, em todas esferas da vida.

Reconhecemos que ainda há muito a fazer para alcançar a plena igualdade de género, mas estamos determinadas a continuar esta luta.

Que esta data nos inspire a refletir sobre os avanços alcançados e a renovar o nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a fortalecer a luta por um futuro mais justo e inclusivo, onde todas as mulheres tenham as mesmas oportunidades de realização pessoal e profissional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Saudação às Mulheres.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social. Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, naturalmente, felicitar o Grupo Parlamentar do PSD pelo voto apresentado, associar-nos ao voto quer do Grupo Parlamentar do PSD, quer do Bloco de Esquerda e do PAN que apresentam votos sobre a mesma temática, e, no fundo

tentar também trazer aqui aquela que é a nossa perspetiva a propósito da comemoração de um dia tão importante como o Dia Internacional da Mulher.

Normalmente, quando se comemoram estes dias, frequentemente as mulheres são questionadas sobre: porquê ainda comemorar o Dia Internacional da Mulher, que sentido faz esta comemoração hoje. E a resposta para nós é simples, faz todo o sentido não só pelo caminho percorrido até aqui, mas sobretudo pelo caminho que ainda temos, todos juntos, que percorrer.

Parece-nos que as evidências são muitas de que, apesar da luta constante e do trabalho resiliente, ainda há diferenças injustas que importa, de facto, corrigir.

No relatório da Comissão Europeia, a propósito da Coesão Económica e Social, produzido em março do ano passado, e, no que diz respeito à coesão social, há um domínio que avalia, no fundo, as disparidades entre homens e mulheres. A esse propósito, convém lembrar, primeiro, que a Comissão Europeia adotou uma medida ou um propósito, um objetivo de que, pelo menos, 78 % da população com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos esteja empregada, apoiado pela redução, para metade, das disparidades entre homens e mulheres no emprego.

Ora, a verdade é que, apesar dos progressos na consecução desse objetivo e no objetivo de promover a igualdade de género na União Europeia e desses progressos serem visíveis, inclusivamente, nos Açores, as mulheres continuam a enfrentar obstáculos, conforme refletido já hoje aqui: a disparidade salarial entre homens e mulheres; o número menor de mulheres do que homens em posições de liderança; e o número muito maior de mulheres do que homens que carregam o fardo do trabalho de prestação de cuidados não remunerados. Também penso que é consensual entre os presentes que a desigualdade de género obsta ao desenvolvimento económico e social da nossa Região e da Europa e que o aumento do número de mulheres empregadas é importante para aumentar a produtividade, assim como introduzir inovação e diversidade no local de trabalho.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: É por isso importante aumentar a participação das mulheres, nomeadamente na política. A esse propósito, Sr. Presidente, e para terminar, dar apenas nota de que, apesar de todo o caminho que foi feito até agora, as mulheres continuam a estar muito pouco representadas em cargos governamentais e de liderança, nomeadamente em assembleias como a nossa. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados: Antes de mais um bom dia a todos.

O CHEGA associa-se a este Voto de Saudação pelo Dia da Mulher e eu escrevi há dias sobre isso e, basicamente, o que lá está dito é a nossa convicção.

As mulheres não precisam de um dia especial ou se calhar, não precisariam de um dia especial, porque todos os dias é dia da mulher. Mais, se não fossem as mulheres, não estaríamos aqui, garantidamente (ainda não temos essa capacidade, apesar de alguns defenderem); tem de haver um homem e tem de haver uma mulher. Havendo uma mulher, ela é que faz a gestação e a coisa mais sagrada que existe no mundo, que é a vida. Por muito que se negue a vida, é a vida o mais sagrado que há no mundo, caso contrário, nós não estaríamos aqui.

Agora é verdade, e nós também já tínhamos apresentado um voto anteriormente noutra legislatura, sobre esta matéria, há coisas que não se compreende, em pleno século XXI: trabalho igual, salários desiguais; não se compreende, como também não se compreende que tenha de haver legislação. A Sra. Deputada Andreia Cardoso disse, e muito bem, que nós precisamos de mais mulheres na política, mas não pode ser por decreto. Se existe um decreto é porque algo está errado. As mulheres têm de ter primazia também nisto, mas não têm que ter mais que os homens, nem menos que os homens, nem os homens mais que as mulheres, tem que ser uma coisa natural, tem que

ser uma coisa de mérito, tem que ser uma coisa, porque sim, porque têm este valor e tem que prevalecer este valor.

Também é verdade que no passado — nós não temos culpa do passado, nós somos até relativamente jovens para isso — a mulher era tratada como propriedade do marido, isto também não é aceitável. O direito ao voto também não é aceitável.

Mas, com isto, quero dizer outra coisa, o futuro depende de nós; o que vai acontecer daqui para a frente depende de nós, não depende de outros que andaram cá, nem de outros que vão vir para cá, depende de nós. Se queremos fazer mais, não é com feminismos, extremistas, com agendas *woke*, com nada disto; é com seriedade, olhando para as pessoas que estão à nossa volta e não pensando se é do sexo feminino ou masculino, mas olhando para o seu mérito e nós enaltecemos o Dia da Mulher neste aspeto, porque para mim o Dia da Mulher...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é todos os dias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, o Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se, como é natural, a este Voto relativo ao Dia Internacional da Mulher.

Sem dúvida que, neste dia, celebram-se todas as conquistas e todos os direitos alcançados até ao dia de hoje, todo o percurso e todo o caminho percorrido, mas, acima de tudo, aquele que ainda falta percorrer e onde se verificam ainda desigualdades que algumas mulheres se deparam e a nossa sociedade ainda se depara.

Este dia, como é natural, deve ser lembrado e deve ser vivido todos os dias. É claro que este dia específico, celebrar o Dia Internacional da Mulher, acima de tudo, serve para despertar a sociedade de todas aquelas conquistas que ainda faltam alcançar, de todas aquelas desigualdades que se vive ainda em alguns domínios, e por isso o sentido

também de ainda hoje se celebrar este Dia da Mulher, que deve ser todos os dias, sem dúvida, mas que este dia serve acima de tudo para assinalar todo o percurso que ainda falta percorrer.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Creio não existir. Vamos então votar este Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, para apresentar também um Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO Pelo Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher remonta ao início do século XX, quando, em 1908, operárias fabris se uniram em protesto, despoletando a primeira celebração das mulheres em 1909, nos Estados Unidos da América. Uma data instituída num contexto de reivindicações sociais e políticas, onde as mulheres exigiam melhores condições laborais, direito ao voto, igualdade de género e combate a um regime opressivo.

Então, em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propôs a celebração de um dia dedicado às mulheres. Desígnio cumprido em 1977, oficialmente reconhecido pela ONU, que proclamou 8 de março como a data de comemoração – um marco que nos convida a refletir sobre as inúmeras conquistas alcançadas, sem esquecer os desafios que persistem.

As conquistas resultam de lutas incansáveis e de um desejo coletivo de transformação social que quebrou barreiras nos mais diversos contextos étnicos, culturais,

socioeconómicos e políticos, desempenhando papéis de elevada relevância que moldam e enriquecem a sociedade, enquanto contribuições inestimáveis e testemunhos de resiliência.

Volvido quase meio século desde a internacionalização desta data e assinalados os 50 anos da universalização do direito de sufrágio pelas mulheres em Portugal, estas continuam a travar batalhas contra diversas formas de discriminação e desigualdades sociais, salariais, educacionais, de género e de saúde feminina.

Dados da Comissão de Igualdade de Género apontam que a discrepância salarial entre homens e mulheres na Região ultrapassa, em média, os 500 euros, refletindo-se numa maior taxa de risco de pobreza, e, apesar de em determinadas atividades o número de mulheres ultrapassar em larga escala o número de homens, são os homens que ocupam os lugares de chefia.

Por seu turno, em 2019, a Fundação Francisco Manuel dos Santos concluiu a existência de uma discrepância significativa entre géneros nas responsabilidades domésticas e educação parental. A mulher continua a assumir a maior parte das tarefas de domésticas — um trabalho não remunerado e invisível.

Os sucessivos entraves no acesso à IVG continuam a reprimir a autonomia das mulheres e a violar os seus direitos reprodutivos, reconhecidos como direitos humanos em 1994, pelas Nações Unidas. Uma forma de violência de género.

No mês em que se assinala o Dia de Luto Nacional pelas Vítimas de Violência Doméstica — um crime de género — dados da APAV, referentes a 2024, revelam que a violência doméstica contra mulheres continua a ser um flagelo alarmante. Em 2024, bateu-se o recorde de pedidos de ajuda, num total de 560 crimes registados com uma média superior a uma pessoa violentada por dia.

A par disso, segundo as Nações Unidas, as mulheres estão mais expostas ao impacto das alterações climáticas, devendo criar-se ações que lhes permitam beneficiar dos mecanismos de mitigação das alterações do clima.

Esta celebração deve lembrar-nos da necessidade do compromisso diário com a igualdade, inclusão e proteção dos direitos das mulheres, em prol de um futuro onde a liberdade de expressão e de escolha não sejam questionadas, alertando para a importância da solidariedade entre géneros e do respeito mútuo, fundamentais na construção de sociedade democrática, como cidadãos de pleno direito.

Saudamos os que atuam na área dos direitos humanos e das mulheres, homenageando quem combate a discriminação e violência de género, endereçando uma palavra especial às suas vítimas, reconhecendo as lutas passadas enquanto alicerce para as lutas presentes e vindouras.

Por tudo isto, exorto este Parlamento a reafirmar o seu compromisso para com a igualdade de género e a proteção dos direitos das mulheres, enquanto agentes de mudança que nos inspiram a lutar por uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada mulher tenha a liberdade de ser e conquistar o que desejar.

Nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, uma saudação ao Dia Internacional da Mulher e a aprovação do presente Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; à UMAR/Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres; ao Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada e à Associação Planeamento Familiar e Saúde Sexual e Reprodutiva (APF/Açores). Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há bocado, eu dizia, a respeito do Voto do Dia da Mulher do PSD, que obviamente se não houvesse cá as mulheres, neste mundo, não é na Assembleia, nós não estaríamos aqui.

Também é verdade que se continuarmos nesta lógica do aborto e na violência contra a vida, garantidamente vamos ser cada vez menos. Esse facilitismo da canhota é inaceitável, esta barriga de aluguer, num voto de felicitação às mulheres em que se mistura alhos com bugalhos e não foi só o PAN, o Bloco tem aqui um voto igual e vem — “interrupção voluntária” — até achei graça a uma expressão...

Inaudível.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco!

O Orador: ... com esta coisa do aborto, isto é que é a verdade, os senhores é que estão a exercer violência sobre a humanidade, não é só sobre as mulheres, mulheres e homens, sobre os dois géneros.

Os senhores querem continuar nesta cantilena do aborto. Daqui a dias, a criança tem dois anos e eles olham e dizem: “Ai, não gosto da cor dos olhos”. Onde é que nós vamos parar com isto? Onde é que vamos parar com isto?

Eu acho que o que está na lei já é demais e mais de que isso é um exagero ideológico e eu não posso aceitar. Ao pôr isto num voto, acabaram de ganhar um voto contra, tanto o PAN, como o Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, com 5 votos contra do CHEGA e 23 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: O próximo Voto de Saudação também é ao Dia Internacional da Mulher, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional da Mulher

Instituído pela Organização das Nações Unidas em 1975, o 8 de março é assinalado anualmente como o dia da luta feminista. Com as suas origens a remontar ao início do século XX, com o movimento de mulheres em defesa de direitos laborais, económicos, sociais e políticos, o 8 de março continua a ser uma data de celebração de direitos conquistados, mas também de luta pelos que faltam conquistar.

Recordamos que dezoito anos após o referendo que permitiu a aprovação da Lei n.º 16/2007, que descriminalizou a interrupção voluntária da gravidez em Portugal, a sua implementação enfrenta vários obstáculos nos Açores, estando limitada ao Hospital de Ponta Delgada e apenas para utentes da ilha de São Miguel e Santa Maria, levando a que mulheres das restantes ilhas tenham de se deslocar a Portugal Continental, com todas as dificuldades socioeconómicas que esta deslocação acarreta. É por isso fundamental assegurar que as mulheres dos Açores tenham o acesso à IVG sem obstáculos e limitações e de acordo com a lei. Isto é garantir os seus direitos sexuais e reprodutivos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

O Orador: Recordamos também que a um trabalho igual não corresponde ainda um salário igual. Nos Açores, segundo o último relatório único do Observatório do Emprego, as mulheres auferem, em média, menos 110€ por mês do que os homens. A diferença salarial é ainda mais evidente nos quadros superiores, onde as mulheres recebem em média menos 800€ por mês que os homens. Também comparando dois trabalhadores licenciados, um homem e uma mulher, a remuneração das mulheres é inferior em 460€ por mês, o que é injustificável.

Para além disso, as mulheres continuam a representar apenas 36 % dos cargos dirigentes, diretores e executivos. É preciso equilibrar esta balança, que consecutivamente coloca as mulheres numa posição muito desigual e injusta. A um trabalho igual tem de corresponder um salário igual!

Relembramos também, nesta data, o caminho a ser feito no combate à violência sobre a mulher, que, de acordo com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), continua a ser a principal vítima, representando mais de 76 % dos casos. É importante não esquecer que este é o crime que mais mata em Portugal. A marca de género destes crimes é inquestionável.

No reaparecimento de uma onda reacionária nas sociedades em geral, são os direitos das mulheres e de outros grupos tradicionalmente excluídos e oprimidos que ficam de imediato em xeque.

Protestos do Deputado José Pacheco (CH)

O Orador: É por isso fundamental não só não ceder nem um milímetro nos direitos conquistados, como reforçá-los e criar um Estado Social cuidador e feminista.

A Revolução de Abril de 1974 reconheceu o sufrágio universal para as mulheres, iluminando um caminho de conquistas de igualdade que agora cumpre 50 anos. É preciso não esquecer que cada uma dessas lutas fez-se contra a estrutura de repressão e a ideologia de género do Estado Novo. É preciso celebrar os 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal, mas acima de tudo combater todas as formas opressoras e todas as tentativas de retrocesso que queiram impor às mulheres.

Viva a luta feminista, viva a liberdade, viva a luta pela igualdade!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pela luta das mulheres de

todo o mundo, pela igualdade e pelos direitos humanos, englobando as organizações feministas, que por todo o mundo desenvolvem a sua ação, e de forma geral a todas as mulheres e homens que, no seu dia a dia, na sua ação, concorrem para a construção de mais liberdade, mais igualdade e mais fraternidade.

Do presente voto propõe-se dar conhecimento à APAV/Açores, UMAR/Açores, APF/Açores e Associação Escolha. Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM enaltece a importância da mulher, enaltece a importância do sexo feminino, enaltece a importância de diferenciação de género, assim como assume que, hoje em dia, a Região Autónoma dos Açores, como Portugal, deram passos importantes. Talvez não sejam os suficientes, talvez tenhamos que dar mais alguns passos. Mas também sobre aquilo que se discutia há pouco nesta Casa, a questão da interrupção voluntária da gravidez, a legislação em vigor é bastante clara sobre esta matéria. Posso acrescentar que não existe lista de espera, na Região Autónoma dos Açores, para interrupção voluntária da gravidez. Posso ainda dizer que as grávidas que o pretendem fazer têm sim um cumprimento legal, nós só podemos autorizar a interrupção voluntária da gravidez até à 13^a semana.

As exceções também estão contempladas na legislação, em casos de malformações, em caso de violações e mais duas ou três importantes que revelam de facto a tal violência condenável sobre as mulheres ou sobre qualquer ser humano.

Por isso, sobre esta matéria, este Governo está de consciência tranquila, tem feito o seu trabalho e vai continuar a fazer o seu trabalho. Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, com 5 votos contra do CHEGA e 23 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: O próximo Voto de Saudação pela Criação da Primeira Bio-Região nos Açores, nas ilhas do Triângulo é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, atendendo aos condicionamentos de mobilidade que tenho neste momento e com a anuência do Sr. Presidente irei fazer a apresentação de voto aqui no meu lugar da bancada.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Pela Criação da Primeira Bio-Região nos Açores nas ilhas do Triângulo

As ilhas do Faial, do Pico e de São Jorge vão constituir a primeira Bio-Região, nos Açores. Esta é uma oportunidade indelével para as chamadas ilhas do Triângulo, para

afirmar o turismo e o modo de vida sustentável nestas três ilhas, que se assumem como complementares, na proximidade e na diversidade que oferecem.

Tal acontece em resultado da candidatura da Associação de Municípios do Triângulo, em parceria com a Associação de Produtores e consumidores de Agricultura Biológica – Trybio e com o XIV Governo Regional dos Açores à Rede Internacional de Bio-Regiões, que mereceu decisão favorável.

Assim, Faial, Pico e São Jorge passam a integrar uma rede de mais de 1300 Bio-Regiões, distribuídas pelo mundo inteiro, onde agricultores, operadores turísticos, associações e poder local estreitam uma parceria para a gestão sustentável dos recursos locais, com destaque à produção e ao consumo alimentar de base biológica e agro-ecológica.

Uma Bio-Região é um acordo de gestão sustentável de determinado território, baseado no modo de produção biológico, envolvendo a comunidade local, produtores, indústria, consumidores, ensino, operadores turísticos e culturais, além de entidades públicas e privadas, por forma a desenvolver as áreas agrícola, ambiental, económica, cultural e social.

Deste modo, é um movimento coletivo gerado no Faial, Pico e São Jorge, que pretende ser determinante para a projeção das ilhas do Triângulo, enquanto destino turístico como destino Triângulo dentro do destino Açores, uma vez que há uma crescente procura por destinos de férias que integrem a qualidade de vida, a qualidade da gastronomia, a natureza e a sustentabilidade.

Também pretende ser determinante para a promoção da produção de modo biológico, que tem vindo a registar um aumento significativo recentemente, nos Açores, sendo que existem produtores de modo biológico nos seis concelhos das ilhas do Triângulo, de produtos tão variados como as conservas de atum, carne de bovino, mel e hortícolas. Ainda, pretende ser determinante para a maior complementaridade existente nestas três ilhas, uma vez que são próximas pela geografia e pela acessibilidade de transportes aéreos e marítimos, sendo que se distinguem entre si pela sua individualidade, como

sejam as Fajãs da ilha de São Jorge, que são Reserva da Biosfera, a montanha mais alta de Portugal e produção vinhateira no Pico, e a cosmopolita cidade da Horta, com uma das baías e porto de iates mais conhecidas do Mundo.

A criação da primeira Bio-Região nos Açores nas ilhas do Triângulo também pode servir como mote para uma candidatura dos Açores, no seu todo, como uma Bio-Região, atendendo às características únicas que a nossa Região, em todas as suas 9 ilhas, oferece.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pela criação da primeira Bio-Região nos Açores nas ilhas do Triângulo. Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Associação de Municípios do Triângulo, ao Conselho de ilha de São Jorge, ao Conselho de ilha do Pico, ao Conselho de ilha do Faial, à Câmara Municipal de Velas, à Câmara Municipal da Calheta, à Câmara Municipal da Madalena, à Câmara Municipal de São Roque do Pico, à Câmara Municipal das Lajes do Pico, à Câmara Municipal da Horta, à Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica – Trybio, à Federação Agrícola dos Açores, à Rede Internacional de Bio-Regiões, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Saudação pela criação da primeira Bio-Região nos Açores, nas Ilhas do Triângulo. Esta cerimónia de adesão decorrerá no próximo dia 21 de março, no Auditório Municipal das Velas.

Este é um acordo de gestão sustentável, baseado no modo de produção biológica envolvendo não só a comunidade local, como um conjunto de indústrias e de

identidades. Será mais um fator determinante da projeção das ilhas do Triângulo, sendo imperativo para o mesmo que os transportes sejam eficazes, tanto marítimos como aéreos, e que a restauração esteja preparada para este desafio. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se, como é natural, a este voto. Sem dúvida que esta adesão da Bio-Região do Triângulo será uma mais valia para estas três ilhas do Triângulo, promovendo aquilo que é uma característica, quer em termos ambientais, quer em termos de sustentabilidade ambiental, de sustentabilidade agrícola, com a integração também e com a questão da agricultura biológica. É, sem dúvida, o caminho de futuro também para a nossa Região e em particular para estas três ilhas e estamos certos que esta adesão da Bio-Região do Triângulo será uma mais valia, quer em termos económicos, quer nas questões ambientais, a nível de desenvolvimento também do nosso turismo, será mais uma imagem de marca destas ilhas e sem dúvida que trará mais valia quer para estas ilhas, quer para a nossa Região.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Creio não existir. Vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação pela criação da primeira Bio-Região dos Açores nas Ilhas do Triângulo, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de pesar. O primeiro Voto de Pesar é apresentado pelos Deputados do PSD e do PS eleitos pelo círculo eleitoral da ilha Graciosa, pelo falecimento do Sr. Acácio Cabeceiras. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR
Pelo falecimento de Acácio Cabeceiras

Acácio Henrique da Silva Cabeceiras faleceu no dia 1 de março de 2025, aos 74 anos. Deixou a sua esposa Nélia, os seus filhos Marisa, Pedro e Cristina, e os seus netos. Nascido a 24 de novembro de 1950, em Santa Cruz da Graciosa, Acácio Cabeceiras, como muitos graciosenses, procurou uma vida melhor no Canadá de onde regressou para começar de novo numa ilha que tanto adorava. Foi funcionário da SATA desde o início da operação daquela companhia na Graciosa, nos anos 80 do século passado e, já depois de reformado, não se aquietou e participou na atividade de uma empresa familiar. Foi deputado municipal pelo Partido Socialista e integrou a Comissão de Festas de Santo Cristo dos Milagres, nomeadamente na organização dos festivais musicais, em diversos mandatos autárquicos. Desde tenra idade, demonstrou um talento fora do normal para a música, especializando-se no saxofone, instrumento que nunca mais largaria. Tal como aconteceu com muitos músicos, foi num “conservatório do povo”, neste caso a centenária Filarmónica Recreio dos Artistas, que fez a sua formação musical. Integrou diversos projetos musicais, ainda hoje muito recordados por várias gerações, como os Selvagens do Ritmo, White Star, Blue Star, Ritmo 2000, com o qual gravou um disco, e Semibreve. O Acácio não parou por aí. Construiu uma carreira musical diversificada, sempre em formato *pro bono*, animando diversos ambientes, muitos de carácter informal, e explorando outros estilos como jazz e blues. Do seu saxofone dourado, saía poesia, saíam notas de lamento ou de alegria, de grito ou de paixão.

Dedilhava as claves do saxofone, sem precisar de pautas, para chegar a quem o escutava. O seu ouvido perscrutava a paixão de um qualquer poema e transformava-o em melodia.

As salas de baile onde atuava continuarão acolhedoras, mas vão sentir a sua falta, a falta da vibração do seu saxofone, que parecia respirar com ele, numa dança de som e sentimento.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de março de 2025, aprove o seguinte Voto de Pesar: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lamenta a morte de Acácio Cabeceiras e apresenta as condolências à sua família e amigos, desejando-lhes muita força para ultrapassar estes momentos difíceis.

Com a partida deste músico notável, calou-se também um dos mais prodigiosos saxofonistas dos Açores, restando-nos o seu enorme legado musical que irá perdurar por muitas gerações que com ele tiveram a sorte de partilhar momentos de alegria e confraternização.

O Acácio teve uma paixão genuína pela música e conseguiu partilhar o seu talento com os outros e daí ter granjeado o respeito e a admiração da comunidade local, a quem deu muito.”

Que deste voto seja dado conhecimento à sua família, à Associação de Músicos da Ilha Branca, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um as breves palavras para agradecer a apresentação do Voto por parte do Sr. Deputado José Ávila e dar nota, com esta motivação que nos traz neste Voto, de celebrar aquela que foi a vida do Acácio Cabeceiras e tudo aquilo que ele nos deu. Não posso dizer mais do que senão agradecer, por ter podido viver momentos tão especiais por parte de um músico tão excepcional como foi o Acácio. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este Voto. Sem dúvida que Acácio Cabeceiras era um homem marcante com grande talento musical e reconhecido por todos, por toda a comunidade também, em particular na ilha Graciosa. Tinha esta paixão gigante e genuína pela música, mas também uma grande paixão pela sua terra. Teve uma vida marcante nomeadamente na área musical, muita falta irá fazer e sem dúvida que este grande talento é reconhecido por todos. Como tal, o nosso Grupo Parlamentar não poderia deixar de associar-se a este Voto, apresentando as nossas condolências a toda a família, para que ultrapassem esta situação difícil.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Creio não existirem mais inscrições. Vamos então votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Acácio Cabeceiras foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira. Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira

Weber Machado Pereira nasceu a 6 de outubro de 1931 na remota freguesia de Água Retorta, em São Miguel. Frequentou o Seminário Episcopal de Angra, e foi ordenado no dia 29 de junho de 1958 em São João de Latrão, em Roma.

Estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana, com sede em Roma, tendo-se licenciado em Teologia Sistemática, a que acrescentou uma licenciatura em Matemática na Universidade de Lisboa em 1964. Chegou depois a ser docente no Seminário Episcopal de Angra e no Seminário Colégio Santo Cristo em Ponta Delgada. Foi nomeado Monsenhor em janeiro de 2006.

Depois de deixar a docência, dedicou-se à Cáritas de São Miguel, tendo sido, durante anos, o rosto mais visível desta instituição, assumindo especial compromisso com os pobres da ilha de São Miguel, fazendo jus ao título de "Padre dos Pobres".

O seu exemplo de denúncia das injustiças sociais, coragem cívica e amor ao próximo permanecerá como legado de vida e inspiração para todos.

Foi um exemplo de dedicação à fé, à educação e à solidariedade, destacando-se pelo seu compromisso com os mais desfavorecidos. A sua ação marcou profundamente a sociedade açoriana, mantendo-se, até aos últimos dias de vida, como o rosto do compromisso para com os pobres.

A sua partida representa uma grande perda para a comunidade religiosa e para toda a sociedade açoriana, mantendo-se o seu legado além da sua morte, no passado dia 16 de fevereiro de 2025, aos 93 anos de idade.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira, o qual deve ser dado conhecimento à Diocese de Angra, ao Seminário Colégio Santo Cristo, às Cáritas de

São Miguel, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Junta de Freguesia de Água Retorta. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este voto apresentado pelo partido CHEGA, gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de dizer que nos associamos, bem como àquele que será apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, também dando nota que o Grupo Parlamentar do PS tem também um Voto de Pesar a Monsenhor Weber Machado e isto, sem dúvida, num reconhecimento claro de uma vida dedicada a apoiar os mais desfavorecidos e também no combate às desigualdades. Nessa medida, é uma justa homenagem que também prestamos na partida de uma pessoa que muito contribuiu para ajudar os mais desfavorecidos. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Creio não existirem. Vamos então votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar também pelo falecimento do Monsenhor Padre Weber Machado é apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Monsenhor Padre Weber Machado

O padre Weber Machado faleceu a 16 de fevereiro deste ano, com 93 anos de idade e 65 anos de sacerdócio.

Nascido a 6 de outubro de 1931, na freguesia de Água Retorta, concelho da Povoação, estudou no Seminário Episcopal de Angra, tendo sido ordenado presbítero em 1958, em São João Latrão, Roma. Em janeiro de 2006, foi nomeado Monsenhor.

Com uma vida dedicada à Igreja e ao cuidado dos mais necessitados, o Padre Weber Machado foi um exemplo de fé e de verdadeira solidariedade. Destacou-se como um grande promotor social perante aqueles que enfrentavam dificuldades, conforme destacou a Diocese de Angra ao referir que o Monsenhor Weber Machado “pautou toda a sua vida por uma enorme sensibilidade e compromisso especial pelos pobres”. Na verdade, a sua personalidade determinada e destemida abraçou a causa social como um desígnio de vida e, por isso, é a ele que se deve a melhoria das condições de vida de inúmeras famílias, não só pelo apoio alimentar ou de vestuário que fazia chegar a quem precisava, através da Cáritas de São Miguel, instituição à qual presidiu durante largos anos, mas também por ter realizado centenas de obras de beneficiação em várias habitações, conferindo-lhes conforto e salubridade.

Ao longo da sua vida, o Padre Weber Machado demonstrou um compromisso inabalável com os mais pobres e marginalizados, sendo o grande rosto da Cáritas de São Miguel, onde desempenhou um papel fundamental na organização de ações sociais e de auxílio social.

A 21 de março de 2013, lançou na Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, no Concelho de Lagoa, o livro *Flashes, Roteiros e Vivências* que refletiu várias experiências da sua vida, o percurso ligado ao serviço dos mais pobres e dando especial

ênfase à preocupação que sempre teve em valorizar as pessoas. Como ele próprio afirmou, foi “uma homenagem a quantos acreditam fazer o bem”.

O seu legado de compaixão, trabalho social e denúncia das desigualdades ficará eternamente marcado na história da Igreja e na vida de todos aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer e de com ele colaborar. O Padre Weber Machado será sempre uma personalidade inspiradora para todos os açorianos e um exemplo de serviço e de dedicação ao próximo.

Assim, e considerando o seu percurso de vida e o contributo inestimável para a promoção social e ao combate às desigualdades nos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de março de 2025, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Caritas de São Miguel e à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA, naturalmente, também se associa a este Voto.

E gostaria de dar também aqui, se me permitem, o meu testemunho pessoal. Com 16/17 anos, tive a oportunidade e até a honra de trabalhar com o Dr. Weber; estou a lembrar-me dele com a sua gola alta e o seu casaquinho, que era característico. Se hoje sei algumas coisas, a ele também se deve e aprendi, numa altura em que não havia RSI (Rendimento Social de Inserção), não havia nada, havia sim a Cáritas e um grupo de pessoas na freguesia de São Roque de onde sou natural, que davam do seu tempo em prol dos outros, mas com critérios. Juntava também, a essa homenagem, um querido

amigo que já se foi, com o mesmo nome que eu tenho, José Pacheco, que foi um grande mentor, um exemplo de vida, mas também gostaria de homenagear, falhando certamente muitos nomes, pessoas com quem trabalhei na altura, como o Prof. Gilberto, o José Manuel e outros tantos que nos ensinaram que lidar com a pobreza não é dar tudo, é também optar. Foi isso que aprendi, quando tinha 17 anos.

Eu penso é que a nossa democracia ainda não aprendeu isto, nós temos que optar, nós temos que perceber, filtrar quem realmente precisa. Isto porquê? Porque o pouco que nós tínhamos para dar é porque outros nos davam e nós não podíamos dar a 100 o que tínhamos para 80, nem dar a 200 o que tínhamos para 100.

Dr. Weber, muito obrigado por teres-me ensinado isso tudo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Padre Weber Machado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pelo Grupo Parlamentar do PSD, também um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado, para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira

No dia 16 de fevereiro, retirou-se deste mundo terreno um dos mais notáveis filhos do concelho da Povoação, o Monsenhor Weber Machado Pereira, mais conhecido por “Padre dos Pobres”.

Nascido a 6 de outubro de 1931 na freguesia de Água Retorta, foi nesse torrão natal que, por vontade sua, foi sepultado, na sombra misericordiosa de Nossa Senhora de Penha de França, padroeira da freguesia, junto ao largo a que os seus conterrâneos atribuíram o seu nome. Regressou assim à terra que o moldou, em grande parte, a têmpera combativa e resiliente.

Abandonando em jovem a sua freguesia para prosseguir estudos e dar azo à sua vocação sacerdotal, frequentou o Seminário Episcopal de Angra, tendo sido ordenado em 29 de junho de 1958, em São João de Latrão, em Roma.

Licenciou-se em Teologia Sistemática na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, a que acrescentou a licenciatura em Matemática na Universidade de Lisboa, em 1964, vindo a exercer funções de docente no Seminário Episcopal de Angra e no Seminário Colégio de Santo Cristo, em Ponta Delgada.

Combativo e resiliente, de largo espírito solidário, Monsenhor Weber, pelo contacto com as encíclicas dos Papas Pio XI, João XXIII e Paulo VI, aderiu, ainda nos anos 60, à Doutrina Social da Igreja, advogando, até à sua morte, a causa dos excluídos, marginalizados e oprimidos.

Esta opção levou o Padre Weber Machado, em 1969, a assinar a Declaração de Ponta Delgada, um manifesto redigido por Ernesto Melo Antunes que denunciava a falta de liberdade em Portugal, a repressão, a Guerra Colonial, e ausência de desenvolvimento, devido à qual viria a ser perseguido.

Após o 25 de Abril e de deixar o ensino, dedicou-se à Cáritas de São Miguel, tendo-se empenhado na sua organização e no apoio aos pobres da ilha, mobilizando vários grupos da sociedade civil para apoiarem nas ruas de Ponta Delgada os pobres e os sem abrigo, com alimentos e refeições.

Foi também ele que, com a colaboração generosa de um grupo de açorianos de boa vontade, teve a ideia de instalar, em 1996, o Banco Alimentar Contra a Fome de São Miguel, cujo objetivo, a prazo, era, ironicamente, a falência desse “banco”, pois significaria a erradicação da fome em São Miguel.

Irreverente, corajoso e frontal, fez questão de cumprir os três verbos que intitulam o seu último livro, em 2018, *Denunciar, Formar, Amar*, nunca abdicando de uma postura crítica e interventiva, defendendo a justiça social e preocupação genuína pelo bem comum.

Como observou D. Armando Esteves Domingues, Bispo de Angra, ao longo dos seus 66 anos de sacerdócio, o Monsenhor Weber Machado foi um homem que fez com a vida a opção fundamental com os pobres e “envergou as vestes das bem-aventuranças”. Pelo acima exposto, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Padre Weber Machado Pereira, do qual deve ser dado conhecimento à Diocese de Angra, à Cáritas e aos seus familiares.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos, então, passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Weber Machado Pereira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Bento Almeida Leonardo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Bento Almeida Leonardo

Faleceu no passado dia 16 de janeiro de 2025, Bento Almeida Leonardo, natural da freguesia do Cabo da Praia, concelho da Praia da Vitória, onde nasceu a 8 de outubro de 1955, vítima de ataque cardíaco fulminante, fatalidade esta que a todos apanhou desprevenidos pela sua precocidade e sobretudo por ser completamente inesperada.

Bento Almeida Leonardo, com formação académica superior em Contabilidade e Administração, ministrada pela Universidade dos Açores, na década de 70, passou pelo ensino, ainda na ilha de São Miguel, nas Escolas Domingos Rebelo e na Escola Secundária da Ribeira Grande.

Em 1981, já depois de ter escolhido a ilha do Faial como local de residência, lecionou na Escola Secundária da Horta, e exerceu ainda funções, no âmbito da sua área profissional, nas empresas Teófilo Ferreira Garcia, Gui Alves, Construções Norberto Goulart, na Padaria Humberto Goulart e Padaria Popular.

Em 2009, desenvolve funções contabilísticas, mas por conta própria, culminando com a constituição de uma empresa em nome individual, que se mantém até ao momento atual.

Foi sempre um impulsionador e participante ativo do associativismo desportivo, cultural e do tecido empresarial na ilha do Faial, e dos Açores, tendo sido membro ativo dos órgãos sociais de vários clubes e associações como o Sporting Clube da Horta, o Clube Naval da Horta, a Associação de Desportos da Ilha do Faial, a Associação de Basquetebol das Ilhas do Faial e Pico, da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, sendo ainda e também um dos sócios fundadores da Associação de Andebol da Ilha do Faial e do Clube Automóvel da Ilha do Faial.

É no Clube Automóvel da ilha do Faial que se dedicou de forma intensa e apaixonada, tendo exercido as funções de Presidente durante 12 anos, depois de ter sido Vice-Presidente por longos períodos, em várias direções, desde a fundação deste clube.

Esta entrega à causa do desenvolvimento do desporto automóvel e o seu perfil batalhador marcam a sua personalidade e ficam bem patentes nas reações públicas a que assistimos desde o seu falecimento, com inúmeras manifestações de grande reconhecimento dos representantes do desporto automóvel, fruto também das inúmeras representações em vários órgãos deste desporto, ao nível regional e nacional.

Na sua vida profissional, como Contabilista Certificado, associado da Associação de Técnicos Oficiais de Contas e membro associado da Ordem dos Contabilistas Certificados, Bento Almeida Leonardo marcou todos os que com ele trabalharam pela sua postura correta, competência técnica, seriedade, dedicação e empenho na concretização da sua ação, bem como pela concretização na aprovação de inúmeros projetos e estudos económicos que tanto impulsionaram a economia local e regional, sobretudo nas ilhas do Faial e Pico.

Foi agraciado com a medalha de 25 anos de profissão pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Deixamos aqui as nossas condolências à sua esposa Odete Maria Amaral Frias Leonardo, aos seus filhos Bruno Frias Leonardo e Joana Frias Leonardo, assim como aos restantes familiares. Este será sempre recordado pelos inúmeros amigos e familiares que deixa enlutados e saudosos da sua presença, por ser um verdadeiro amigo, pela sua alegria, pelo seu espírito festivo, mas sobretudo pela amizade que emanava às mais diversas gerações.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de março de 2025, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Almeida Leonardo.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Sporting Clube da Horta, ao Clube Naval da Horta, à Associação de Desportos da Ilha do Faial e do Pico, à Associação de Basquetebol das Ilhas do Faial e Pico, à Câmara do Comércio e Indústria da Horta, à Associação de Andebol da Ilha do Faial e ao Clube Automóvel da Ilha do Faial. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com pesar ao Voto apresentado pelo Deputado Lúcio. O falecimento de Bento Leonardo deixa-nos tristeza, naturalmente. Era um homem afável, de reconhecida dedicação e empenho em todos os projetos em que se envolveu, disso dá boa nota pública o Voto aqui lido, foi um cidadão ativo, interventivo. Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, dirijo também à sua família, aos seus amigos, sentidas condolências por esta partida inesperada e precoce do seu ente querido e que, naturalmente, lamentamos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não existindo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Almeida Leonardo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo, para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Elvira Machado Melo. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Maria Elvira Machado Melo

Nascida em 1927, na freguesia da Ribeira Seca, a Dona Elvira, como era conhecida por todos, era uma figura marcante na Ribeira Grande, para muitas gerações e conhecida, sobretudo no âmbito da educação, tendo sido professora de muitos alunos.

A Dona Elvira, apesar de se ter reformado em 1993, aos 66 anos de idade, 43 anos dos quais dedicados ao serviço da Educação, continuou a dar explicações até 1999.

Já em 1953, havia sido louvada pela colaboração que prestou na Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Mais tarde, em junho de 1995, foi agraciada com o Grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Em termos de cidadania, Maria Elvira Melo sempre foi muito ativa.

Foi mesária da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, entre 1995 e 2016.

O seu contributo também se estendeu à Paróquia de São Pedro, em diversas atividades, e foi Vicentina, durante a época em que foi professora na Ribeira Seca e após a sua aposentação.

Foi uma cidadã que muito contribuiu para o desenvolvimento sociocultural e de mentalidades de várias gerações na freguesia da Ribeira Seca, sendo reconhecida, por toda a população, pelo seu empenho, competência sempre em prol do progresso e desenvolvimento da sua comunidade.

Era uma pessoa de fácil trato e uma professora muito competente, amiga de todos, onde trabalhou a formação de várias gerações de alunos, pelo que o seu nome ficará perpetuado na freguesia da Ribeira Seca.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2025, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Elvira Melo.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Junta de Freguesia da Ribeira Seca e familiares de Maria Elvira Melo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, ao presente Voto de Pesar pelo falecimento da Dona Elvira, como era conhecida, e aproveita também o momento para prestar a sua justa homenagem a uma figura carismática, não apenas na Ribeira Seca, mas em todo o concelho da Ribeira Grande, quer pela atividade ligada ao ensino como professora de matemática, mas também pela participação ativa em diversas instituições da Ribeira Grande, em particular na Santa Casa, na qual colaborou, durante largos anos, como mesária.

Também participava ativamente nas atividades ligadas à paróquia, mas era sobretudo uma pessoa que se preocupava com os seus alunos, com os seus antigos alunos e que continuou, ao longo da vida, a dar apoio e a ajudar. Era conhecida exatamente por isso, uma pessoa com um grande coração, era uma referência na Ribeira Grande e uma verdadeira mentora e, portanto, nós também aqui aproveitamos a oportunidade, mais uma vez, de prestar uma justa homenagem a alguém que tanto deu pelos seus alunos e pela comunidade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não existindo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Elvira Machado Melo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminamos a apresentação e votação dos votos.

Queria informar a Câmara que estão nas galerias os formandos do curso de Apoio Psicossocial da Escola Profissional da Horta, no âmbito da disciplina de Sociologia, módulo vertentes de política social, acompanhados pela Sra. Professora Cristina Lopes. Muito obrigado pela vossa visita e saúdo-vos em nome desta Assembleia.

Aplausos

Presidente: Eu espero que possam esperar um bocadinho, nós vamos fazer um intervalo para retomar os nossos trabalhos, peço-vos desculpa, mas tem mesmo de ser. Nós vamos regressar às 12 horas e 5 minutos. Muito obrigado.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 9 minutos.

Neste momento, a Deputada Nídia Inácio (PSD) substitui a Deputada Cecília Estácio (PSD) na Mesa.

Encerrámos a apresentação e votação dos votos. Vamos avançar para as declarações políticas. Conforme definido pela Conferência de Líderes, o primeiro a fazer hoje a sua

Declaração Política é a Representação Parlamentar do PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O nosso país está a atravessar um momento muito difícil, no pior momento possível. Está a reconstruir-se um mundo de grandes potências, muito idêntico ao que prevaleceu até à Segunda Guerra Mundial; um mundo multipolar, em que um conjunto de grandes potências rivalizam na obtenção de matérias-primas, recursos energéticos, tecnologias e meios militares.

Se fecharmos os olhos, parece que estamos na antecâmara do Congresso de Berlim (1884-1885).

Neste novo mundo, que tem muito do pior de mundos velhos, as grandes potências respeitam muito pouco a integridade territorial dos países mais frágeis.

A defesa dos direitos humanos e da democracia é um assunto que está longe de estar no topo da agenda externa das grandes potências da atualidade. Longe de impor uma nova ordem mundial, a qual hegemonizou em absoluto a partir do fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética (1991), os Estados Unidos voltaram ao velho isolacionismo que os caracterizou durante boa parte da sua história e a uma preocupação central e constante no seu imaginário e percurso coletivo: dólares, dólares, sempre mais dólares.

Neste mundo perigoso, em rápida mutação, o que está a acontecer no nosso país, nos pantanosos passos perdidos de Lisboa? Uma preocupação patriótica com o futuro do país? Não acredito. A preocupação em guarnecer o Atlântico português de meios de defesa adequados à sua importância estratégica, para que outros não venham dizer, no futuro, que aqui têm de se instalar para proteger a sua segurança, dada a insuficiência dos meios aqui alocados por Portugal? Nada disso!

Tal como aconteceu nos Açores, em 2023, e na Madeira, em 2024, as oposições políticas estão agora entretidas em provocar e gerir mais uma crise política. Mais uma

queda de Governo. Mais umas eleições antecipadas, que deixarão tudo na mesma até que surjam, mais cedo que tarde, novas eleições antecipadas.

O que está a acontecer é um suicídio nacional. É o regresso à selvajaria do “Velho Oeste”. Do condena primeiro e julga depois.

É o regresso triunfante dos grandes inquisidores e sacerdotes da Santa Inquisição.

Portugal sempre adorou os Autos de Fé. Multidões de forasteiros apinharam-se, durante séculos, para ver queimar bruxas, judeus e uma multidão de desgraçados, vítimas, sobretudo, da inveja, do fanatismo e da mesquinhez que sempre caracterizou muitos, mas felizmente não a maior parte deste nosso povo.

Por isso, aí estão, servidas, *à la carte*, mais umas eleições, em que inimigos jurados votam, novamente, lado a lado.

Como nos Açores, em 2023, na Madeira, em 2024 e na República do dia 11 de março de 2025 (hoje, portanto), podem ser inimigos, mas disparam na mesma direção, em direção ao mesmo alvo, utilizando as mesmas armas e os mesmos argumentos.

Esta velha inimizade assemelha-se a um bom combate de *wrestling* com insultos apoteóticos, juras homéricas de ódio e a aparência de uma pancadaria descomunal.

No final, sem ossos partidos e livres de ligaduras, que apenas duram o tempo que dura o combate de pantomina, os dois lutadores ganham o direito a um novo espetáculo.

Está sempre garantida uma nova luta de desforra e de faz de conta.

Nos bastidores é aquele abraço de cumplicidade. O espetáculo tem de continuar.

Meus senhores, o PPM defende a estabilidade política para Portugal e para os Açores; precisamos dela. Precisamos dela para que, em conjunto com o país, aqui se execute o PRR, com eficácia e sem interrupções motivadas pela alteração permanente de políticas e de protagonistas. Precisamos dela para que se conclua o processo de revisão da Lei das Finanças Regionais. Precisamos dela para que se conclua o processo de integração dos Açores nos projetos nacionais, financiados pelo Orçamento de Estado, e que, adotando esse nome e âmbito, afinal se circunscrevem apenas ao território continental. Precisamos dela para que aqui o país instale e desenvolva muito do esforço militar que

é necessário fazer para proteger um mar português de 4 milhões de quilómetros quadrados, que é, em grande parte, um mar açoriano. Precisamos dela para que aqui se reforcem os meios das forças de segurança, uma responsabilidade constitucional do Estado que, por estar a ser executada com meios insuficientes, coloca em causa o futuro da nossa população e pode colocar em causa o crescimento do nosso setor turístico. Precisamos dela para que a República assegure a continuidade territorial do Estado, através das ligações aéreas e marítimas que nos mantêm ligados à nossa pátria comum. Precisamos dela para construir um Sistema Regional de Saúde mais robusto e mais sólido.

Em suma, precisamos dela — da estabilidade política nacional e regional — para que o Estado cumpra as suas obrigações constitucionais e de solidariedade nacional na Região Autónoma dos Açores.

Meus senhores, somos pela estabilidade, somos pelo integral cumprimento das legislaturas, de acordo com o período constitucional previsto: quatro anos.

Não temos dúvidas. Só existe uma solução para o nosso país, para resolver a instabilidade política permanente: a penalização eleitoral rigorosa e balsâmica a quem tem, como objetivo permanente, causar instabilidade e divisões entre os portugueses, em geral, e os açorianos, em particular.

Uma coisa destas, com esta instabilidade, é algo só visto durante a Primeira República, que conheceu 45 governos em apenas 16 anos. Terminou como terminou, com o advento de uma ditadura que durou 48 anos.

No final de tudo, é isso que está em causa: a sobrevivência da democracia e da Autonomia. Nenhum regime resiste ao lodo e ao lamaçal político permanente. Uns querem ir por aí, por um caminho já percorrido em grande parte do século passado; os outros são os cúmplices conscientes de um caminho que não se negam a percorrer, movidos pela ambição do regresso ao poder e pela lei do ódio.

Da parte do PPM, já fizemos a nossa escolha, somos a favor da estabilidade, somos a favor da democracia, somos a favor de Portugal, mas muito mais, somos a favor dos Açores! Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta tarde cai a bomba e, ao fim da tarde, joga o Benfica, é preciso não esquecer.

Deputado Carlos Silva (PS): Há quem já tenha caído!

O Orador: A bomba é merecida. O Sr. Deputado foi ali e misturou *alhos com bugalhos*. Nos Açores, ainda temos estabilidade. Até costume a dizer aos meus colegas do continente que este Parlamento está uns furos grandes acima do Parlamento nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Nós aqui não discutimos pessoas, discutimos ideias, discutimos políticas, fazemos um esforço muito grande para não haver aqui ofensas pessoais...

Deputado Flávio Soares (PSD): Alguns! Alguns!

O Orador: ... e isto é muito importante, mas muito, muito, muito importante.

Agora, o que se passa lá fora é um senhor que tinha uma empresa, passou para a mulher, depois passa para os filhos, depois vai passar para o cão, depois passa para o periquito e depois andou a beneficiar os amigos do partido.

É a velha história e disso nós estamos todos fartos, de corrupção, de tráfico de influências; estamos todos fartos. Quem é que não está? Os portugueses estão fartíssimos disto, fartíssimos.

Os Açores não estão nesse *saco de gatos* e assim espero que continue.

Sr. Deputado, esse discurso, eu ouvi do líder do seu Partido, Paulo Estevão, que dizia que iam parar os subsídios, iam parar isso, o mundo ia acabar, enfim, isso é tudo mentira.

A lei é muito clara, quando cai um Governo, tudo continua menos algum investimento de fundo. Está na lei, é ler (tive esse cuidado, fui ler). Nada, não acaba os ordenados dos professores, isto é tudo mentira e ouvi isso da boca de Paulo Estevão, quando foi: “Cai o Governo, isto vai ser o pântano”. Não, não foi pântano nenhum, estamos todos vivos e de saúde;, eu multipliquei-me, que é uma coisa boa (era 1 passou a 5).

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Eram 2!

O Orador: Não, era 1 só! O outro foi para uma agência funerária, foi para lá trabalhar, é o cangalheiro.

Outra coisa também, eu não posso permitir que, no meu país, que já tive o Sócrates, com cofres e mais não sei quê, e, que agora tenha mais um caso que é o Sócrates 2. Eu tenho um menino “Tonecas” que, ainda ontem numa entrevista (era uma coisa fantástica), não responde absolutamente nada.

Vozes dos Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: Não esclarece absolutamente nada e nós percebemos claramente que Montenegro tem de ir para o olho da rua. Eu fico com pena do PSD, um partido com história, ter um líder deste, teimoso; é arguido, mas quer continuar a ser o candidato.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD.

O Orador: Ele há de ser, ele há de ser, senhor. Isto, todos os dias, sai qualquer coisa, isto é um buraco, sai qualquer coisa.

Ó Sr. Presidente, nós ainda estamos a viver neste cantinho do céu que são os Açores. Eu não me revejo em nada disso, Sr. Deputado. Eu revejo-me, sim, num país melhor, num país em que se comece a filtrar o caciquismo, o tráfico de influências, a corrupção e pôr as coisas no sítio. Sabem porquê? Porque quem paga isto tudo são os portugueses, somos nós que somos contribuintes e especialmente aqueles que trabalham. Aqueles que trabalham arduamente é que estão a pagar essa “charlatice” toda, permitem-me a expressão e aquele senhor esta tarde —que Deus é grande — olho da rua. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Cuidado para não estragar o casamento.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico traz-nos aqui uma declaração política que mais não é do que tentar trazer para o debate no Parlamento dos Açores uma antecipação do debate da Moção de Confiança que o Governo da República entendeu, a certa altura, apresentar no Parlamento nacional.

Ora, é precisamente este ato de apresentação de uma moção de confiança que gera a instabilidade no país; não foram as moções de censura anteriores, não foi a moção de censura do PCP.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso não é assim.

O Orador: Foram as atitudes do Sr. Primeiro-Ministro incapaz de explicar ao país um processo...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: ... que até era fácil de explicar, que já admitiu algumas dificuldades de comunicação e o facto de ter apresentado uma moção de confiança que gera a instabilidade no país.

E se dúvidas houvesse sobre a atitude responsável, a atitude criativa, o empenho da Iniciativa Liberal para que o país continue governável, a Iniciativa Liberal, a seu tempo, anunciou um voto a favor dessa moção de confiança do Governo, precisamente por esta razão — para manter a estabilidade política num momento em que o país precisa de estabilidade política e precisa de concentração na governação e menos nos interesses partidários e nos interesses pessoais dos líderes partidários e mais (muito mais), nos interesses do povo português e nos interesses da governação do nosso país, que se encontra incorporado numa organização internacional que se chama União Europeia, que, neste momento, é alvo de ataques — umas vezes mais velados, outras vezes menos velados, outras vezes até mesmo audazes e diretos por parte de grandes potências internacionais — e que precisa de estar unida e coesa para se proteger neste quadro de agitação internacional e principalmente de grande agitação ao nível dos seus Estados-Membros.

A Iniciativa Liberal, neste particular, correu o risco de estar ao lado do Governo, mas correu esse risco consciente de que é isto que, neste momento, o país precisa.

Mas não podemos deixar de dizer, de reiterar, que foi o PSD e foi o Primeiro-Ministro Luís Montenegro quem criou, quem abriu a porta a esse processo de instabilidade. Ainda ontem, poderia ter assumido que não apresentaria essa moção de confiança, mas não, reiterou a moção de confiança e disse aos órgãos de comunicação social numa entrevista...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que inclusivamente se fosse constituído arguido que continuaria candidato a Primeiro-Ministro. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa aguarda mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a declaração política que o Sr. Deputado Paulo Margato nos traz aqui, antecipando, digamos assim, tal como disse agora o Sr. Deputado Nuno Barata, o debate desta tarde da moção de confiança, é possível, dessa forma, dar também um contributo para este debate, em nome do PS/Açores, sobre aquilo que estará em causa também esta tarde e no futuro próximo, tendo em conta as consequências daquilo que acontecerá esta tarde.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que nós teremos, esta tarde, o debate de uma moção de confiança, já com chumbo anunciado, por responsabilidade única e exclusiva de Luís Montenegro, que insiste em apresentar uma moção de confiança, sabendo, de antemão e há muito tempo que, pelo menos da parte do Partido Socialista, nunca teria qualquer confiança nessa moção de confiança apresentada agora. Porque a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que nós temos hoje, em Portugal, um Primeiro-Ministro enredado num esquema de financiamento que teima em não esclarecer, em que um grupo económico português, com um grande volume de negócios, paga regularmente uma avença à empresa desse Primeiro-Ministro,...

Deputados Flávio Soares (PSD): Ah Sócrates, Sócrates!

O Orador: ... tendo em conta que o Sr. Primeiro-Ministro era, na altura, potencial líder do PSD e, mais tarde, potencial Primeiro-Ministro.

E a verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro teima em não esclarecer cabalmente o trabalho da sua empresa, a consultoria que fez na sua empresa, a lista integral dos seus clientes, as interações que desenvolveu enquanto empresário e enquanto consultor jurídico. Depois de inúmeras, de imensas oportunidades para fazê-lo, não o fez.

Depois, recusando-se, mais uma vez, a prestar todos os esclarecimentos, responde a uma Comissão Parlamentar de Inquérito com uma moção de confiança, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade, isso não é verdade.

O Orador: ... sabendo, há um ano, que o Partido Socialista jamais votaria favoravelmente ou viabilizaria uma moção de confiança.

O Secretário-Geral do PS disse-o na noite eleitoral em 2024 (fez ontem um ano); o Secretário-Geral do Partido Socialista disse-o no âmbito do debate da moção de censura apresentada pelo CHEGA na Assembleia da República; o Secretário-Geral do PS disse-o no âmbito do debate da moção de censura apresentada pelo PCP na Assembleia da República; o líder do CHEGA, André Ventura, disse-o reiteradamente várias vezes.

Portanto, se hoje estamos confrontados com agendamento eminente de eleições no nosso país, isso deve-se única e exclusivamente a Luís Montenegro e ao Primeiro-Ministro de Portugal.

E Sras. e Srs. Deputados, é importante também dizer o seguinte: o debate público tem sido muito ruidoso, tem sido um debate público feito à volta das questões e da falta, na nossa perspetiva, de um comportamento pouco ético por parte do Primeiro-Ministro de Portugal.

Alguém que é Primeiro-Ministro de Portugal não pode receber avenças, seja de quem for; alguém que é Primeiro-Ministro de Portugal não pode ser titular de uma empresa que receba avenças de grupos económicos de grande dimensão no nosso país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não recebeu.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Porque depois chegamos ao ridículo da situação, que é o Primeiro-Ministro a invocar publicamente que não vai tomar decisões no âmbito do Conselho de Ministros sobre esta ou aquela matéria. Isso demonstra, de forma cabal, que o Primeiro-Ministro de Portugal tem um conflito de interesses claro...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobre a sua história recente empresarial. E não nos venham com as referências de que é preciso ter passado empresarial, é preciso ter vida profissional além da política, ...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... é preciso ter empresas. Sras. e Srs. Deputados, claro que é, é legítimo que os titulares de cargos políticos tenham tido outras atividades profissionais, tenham tido outras empresas. Mas não é legítimo, Sras. e Srs. Deputados, que tenham tido este histórico que Luís Montenegro tem, que sendo Primeiro-Ministro, sendo líder do PSD, tenha mantido avenças de grupos económicos com interesses claros nas concessões do jogo...

Deputado Paulo Gomes (PSD): E o apartamento onde o António Costa vivia?

O Orador: ... no nosso país, não terminando, de forma cabal e clara, com essas referências.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, o PS não tem medo de ir a eleições. Se essas eleições forem agendadas cá estaremos, mas estaremos onde é importante estar sem, naturalmente, discutir...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... termino já Sr. Presidente... sem discutir aquilo que é o comportamento pouco ético do Primeiro-Ministro que nos levará e que nos leva a eleições, mas sem perder o foco, sem nos perdemos na bolha mediática político-partidária. Porque, além das questões e do comportamento pouco ético de Luís Montenegro, que é o único responsável pelo agendamento destas eleições, temos de não perder o foco e apresentaremos aquelas que são as propostas do Partido Socialista no âmbito da habitação...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Deputado Paulo Gomes (PSD): 11 de maio nós falamos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós o que temos assistido, (e, aliás, ontem foi bem uma demonstração disso), por parte de um Primeiro-Ministro de Portugal, como nunca houve na democracia portuguesa, é a total transparência...

Deputado José Pacheco (CH): Oh completamente.

Risos das Representações Parlamentares do BE e do PAN.

O Orador: ... não só sobre a sua vida pessoal, sobre a sua vida política, sobre a sua vida familiar e até sobre a sua vida profissional.

Nunca o país assistiu a um Primeiro-Ministro que desse cabal e total esclarecimento de tudo aquilo que lhe tem sido questionado e que, aliás, a entrevista que deu ontem a um canal de televisão foi bem prova disso.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: A instabilidade que quiseram provocar com base em mentiras culmina com a necessidade de o Parlamento nacional ter de demonstrar se o Governo tem ou não condições para cumprir o seu programa e isso só é possível neste momento, através da votação de uma moção de confiança. A hipótese de não haver instabilidade política no nosso país está nas mãos do Partido Socialista na votação esta tarde da moção de confiança.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Disso não podem restar quaisquer dúvidas.

Este é o Governo de Portugal que devolveu justiça aos Açores...

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade.

O Orador: ...como nunca também antes tinha acontecido, ou pelo menos, na última década de maiorias absolutas do Partido Socialista...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ora bem!

O Orador: ... quer no facto de ter participado o pagamento da comparticipação do furacão *Lorenzo*, quer no apoio, sem tibiezas, de 85 % para a recuperação do HDES; quer na redução proposta (que, aparentemente, o Partido Socialista não quer) dos 134 euros para os 119 euros no Subsídio Social de Mobilidade...

Protestos dos Deputados das bancadas do PS.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que coisa feia, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Só o governo é que vai beneficiar de isso tudo!

O Orador: ... ou no facto dos estudantes passarem a pagar apenas 89 euros (o Partido Socialista quer que o preço continue elevado, não quer que isso aconteça); quer também no facto dos 15 milhões de euros que passam a integrar o apoio à nossa agricultura em termos do fim dos rateios no POSEI; quer também no compromisso para apoio na implementação das Áreas Marinhas Protegidas. Tudo isso é que magoa e dói ao Partido Socialista e por isso não interessa que este Governo continue em funções na República. Eu quero aqui dizer que esta crise política é baseada em mentiras, não sem antes dar nota do seguinte: tudo aquilo que é conhecido sobre a vida do Primeiro-Ministro não estava nada escondido, foi tudo revelado, foi tudo declarado e foi tudo dito pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro nas suas declarações; não havia nada escondido, não descobriram nada que tivesse debaixo do tapete, nem dinheiro em caixas de vinho, como aconteceu com outros governos da República.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Sobre aquilo que era a mentira inicial, descobriu-se que, afinal, Luís Montenegro não tinha uma imobiliária; ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos ver!

O Orador: ... afinal, não havia problema, como, aliás, a doutrina mais consagrada neste país, da Pires de Lima e Antunes Varela diz, relativamente à passagem da quota para a esposa; afinal, Luís Montenegro nunca recebeu qualquer avença do grupo Solverde, ...

Deputado José Pacheco (CH): Não era dele, era da mulher.

O Orador: ... mas sim a empresa...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Afinal!

Deputado José Miguel Toste (PS): Ui! Isso faz toda a diferença.

O Orador: ... que já não era dele e da qual ele não tinha qualquer atividade na mesma; afinal, Luís Montenegro declarou ao Tribunal Constitucional as contas relativas aos apartamentos que adquiriu em Lisboa, estava tudo declarado, não havia nada escondido; afinal, as obras nesses apartamentos, que também inventaram que eram ilegais, não há ilegalidade nenhuma, porque elas não são de declaração obrigatória; afinal, empresa que o filho tinha criado, uma empresa de proteína de alimentação animal, afinal, era apenas um estudo universitário, um projeto universitário, não havia nada de verdade nessa mentira; afinal, o traçado do comboio, do TGV, que supostamente ia beneficiar um amigo do Primeiro-Ministro era mentira, foi desmentido passado meia-hora da notícia ser publicada. Esta mentira, que tem sido constantemente dita acerca do Primeiro-Ministro de Portugal, ficou estampada ontem e carimbada por Pedro Nuno Santos numa entrevista televisiva e já desmentida até pelo Polígrafo.

Neste momento, o Deputado revela um documento do polígrafo sobre a entrevista do Deputado Pedro Nuno dos Santos.

O Orador: Pedro Nuno Santos dizia ontem, “depois de ter sido eleito Primeiro-Ministro, Montenegro decidiu continuar uma empresa para continuar a receber...”

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É mentira e continuou a mentir aos açorianos e aos portugueses.

Para concluir, quero dizer o seguinte: ...

Deputado Carlos Silva (PS): A empresa já não existe? Já não há empresa?

O Orador: ... o que temos nos Açores é uma estabilidade que é essencial para o nosso desenvolvimento e ela depende, sobretudo, do compromisso de solidariedade, também firmado com a República e essa essência e essa necessidade...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PPM, o Partido Popular Monárquico, resolve trazer a este período de declarações políticas um debate que se fará logo à tarde, não sem antes enquadrando-o, até para justificar a sua posição, com o contexto internacional que vivemos e esse contexto internacional, a gravidade desse contexto, pelo que se percebe das palavras do Sr. Deputado Paulo Margato, em parte, deve-se à mudança radical de política da administração norte-americana.

Ora, as preocupações que o PPM traz sobre esta matéria fazem envelhecer muito mal um voto que aqui se aprovou, há dois meses.

Essas preocupações com a democracia, com a lei da força, com o Estado de direito, fazem envelhecer muito mal o voto de saudação ao nomeado pela administração Trump para um alto cargo na administração norte-americana.

Devin Nunes foi aqui saudado...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem! E bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O que é que tem o Devin Nunes a ver com o assunto?

O Orador: ... pelo mesmo Parlamento, pelo mesmo Deputado, pelo mesmo partido, neste caso, (que não me recordo se estava cá) que agora critica e demonstra

preocupação com a política norte-americana; envelheceu muito mal esse voto e a posição do PPM e, já agora, das restantes bancadas que aprovaram.

Mas, indo à questão que nos levará ao debate de logo à tarde, que acontecerá na Assembleia da República, é preciso começar por dizer que toda esta situação se deve única e exclusivamente à atuação e à decisão do Primeiro-Ministro e não há dúvidas disso. Se os esclarecimentos nunca foram aqueles que deveriam ter sido, é verdade e não é menos verdade que o Governo só irá cair porque há uma ação que só pode ser tida pelo Governo, e que se chama moção de confiança, que é apresentada pelo Governo e que só irá a votos porque o Primeiro-Ministro quer, porque o Governo quer. E quer porque quer eleições.

Por isso, quem agora rasga as vestes com a preocupação com as eleições tem um único responsável e que se chama Luís Montenegro, que arrastou não só a si próprio para esta situação, mas arrastou o Governo, levando o Governo consigo para dar nenhuma explicação em conferências de imprensa...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... termino já, Sr. Presidente... e que arrasta o país para um processo eleitoral sobre si próprio, perguntando aos portugueses se acham que está apto para ser ou não Primeiro-Ministro. Ora, isso deve-se única e exclusivamente à responsabilidade do Primeiro-Ministro que quer eleições, porque não encontrou mais saída para a sua triste...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vou ser extremamente rápido, Sr. Presidente, você não me vai conseguir cortar a palavra.

Nós temos esta declaração política da parte do PPM, que é como fosse uma antevisão, uma conversa preliminar daquilo que vai acontecer hoje à tarde noutra Câmara, que é a Assembleia da República.

Mas independentemente de todo o celeuma e toda a novela porto-riquenha que nós vimos a assistir dentro do continente, há uma coisa que foi feita, de forma bastante errada, por parte do Sr. Primeiro-Ministro, a tentar forçar uma moção de confiança. Sobreviveu a duas moções de censura, ficava parado e quieto e continuava a governar. Mas não, achou, à partida, que precisava, dentro de um governo minoritário, fazer uma moção de confiança e que tem de culpar todos os outros partidos que não têm confiança no Governo. Uma coisa é a moção de censura, outra coisa completamente diferente é uma moção de confiança.

Também ouvi o Sr. Deputado Bruto da Costa a falar que aqui há estabilidade, há sem dúvida nos Açores, mas peço-lhe, não me metam uma moção de confiança. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PPM traz-nos aqui esta declaração política, num dia que está, sem dúvida, centrado naquela que será a discussão e a votação na Assembleia da República, e, poderíamos estar aqui até durante o resto da manhã, a saber de quem é a culpa, se é de a, b, c ou d. A verdade é que esta moção de confiança surge, e, basta acompanhar aquilo que tem sido também a posição de todos os partidos — até pela própria boca do líder do Partido Socialista e de vários representantes do Partido Socialista — que afirmaram que a única solução seria a apresentação desta moção de confiança, mas agora vem dizer que não percebem porque é que o Primeiro-Ministro apresentou a moção de confiança.

Poderíamos estar aqui essa manhã toda, há uma coisa que é certa e acho que é isso que nos interessa é que realmente não podemos continuar nesta lama disfarçada de escrutínio e acho que o país o País e a discussão da Assembleia da República não podem estar centrados naquilo que tem sido este caso e esta situação. Por mais explicações que se possam dar, não são explicações que, se calhar, a oposição pretendia ouvir e, portanto, nunca seriam suficientes. Por isso, esta situação toda, e a oposição, claro, conduziu o país para estas eleições antecipadas, uma situação de instabilidade política que não é bom. Não é bom para o nosso país, não é bom para a nossa Região. Esta instabilidade, sem dúvida, irá afetar o desenvolvimento também dos Açores. Temos de reconhecer que muitas decisões e muitos avanços que estariam a dar, certamente, ficarão agora em suspenso perante esta situação de instabilidade política. Isso é mau e até uma postura muito contraditória daqueles que dizem que defendem os interesses do país e da própria Região, que será afetada por toda esta instabilidade que se avizinha.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No nosso entender, o CDS-PP será sempre fator de estabilidade, tal como temos demonstrado também aqui na nossa Região. Entendemos que é preciso focar a atividade política naquilo que realmente interessa, que é resolver os problemas dos portugueses, dos açorianos, apresentar soluções para aquilo que são os problemas e os desafios com que nos deparamos, numa conjuntura sem qualquer paralelo. Portanto, se esta instabilidade política já era má por si só, só irá piorar, dada esta conjuntura que atravessamos, hoje em dia, a nível europeu, a nível mundial. Como tal, é com preocupação que vamos acompanhando todo este desenrolar, mas também temos de o dizer, não podemos continuar nesta lama disfarçada de escrutínio.

Vozes dos Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar aqui uma nota, em nome do Governo, relativamente a esta situação que estamos aqui a discutir e que neste momento é o tema principal da política nacional.

Face aos dados que estão lançados e à perspetiva de termos eleições legislativas nacionais em breve, aquilo que, em nome do XIV Governo, aqui quero expressar é o seguinte: espero que o Governo que saia das próximas eleições continue a ser amigo dos Açores, ao contrário do que acontecia no passado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: Que o Governo que saia das eleições mantenha a descida nos transportes aéreos dos Açores para o continente e não a falta dos concursos que havia que penalizaram a Azores Airlines.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Que seja um Governo da República que compense os lavradores açorianos pelo fim dos rateios e não ao contrário, como o Governo que havia nos Açores socialista e na República que deixava os agricultores açorianos à míngua neste aspeto.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Que seja um Governo da República que continue a auxiliar na recuperação do incêndio do HDES e do furacão *Lorenzo* ao contrário de outros governos da República que deixaram os Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): E pagar, Sr. Secretário?

O Orador: ...de mão estendida, prometeram solidariedade e não cumpriram.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Que o futuro Governo da República, que pretendemos depois desta crise, continue a assegurar um tratamento dos Açores justo a nível das transferências do Orçamento de Estado, a nível também daquilo que é uma futura revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, favorável aos interesses dos Açores.

Que seja um Governo da República que possa auxiliar os Açores na diminuição das dívidas a fornecedores, nomeadamente na saúde, contribuindo para que se possa pagar atempadamente a estes fornecedores, ao contrário de governos da República do passado, que prometiam e não passavam os despachos e que nos deixaram pendurados perante os fornecedores, nomeadamente da área da saúde.

Ao fim e ao cabo, o que pretendemos é que esta crise seja resolvida rapidamente e que os Açorianos e os Portugueses reconheçam neste Governo e no futuro Governo da República o contrário daquilo que havia no passado, que era um Governo que maltratava os Açores e os Açorianos, que mentia ao Governo dos Açores e que agora, com o justo cumprimento daquilo que são as reivindicações dos Açores, possamos manter uma expectativa de crescimento de estabilidade e uma verdadeira resposta positiva aos interesses dos Açores. E nesse aspeto, apenas um apelo, para que os Deputados dos Açores no Parlamento nacional possam colocar o interesse dos Açores acima dos interesses partidários...

Deputado João Bruto da Costa (PSD) Muito bem!

O Orador: ... ao contrário do que fizeram quando se abstiveram no Orçamento de Estado e que apenas disseram que iam cumprir aquilo que o líder nacional dissesse. Agora também, em vez de defenderem a estabilidade e os interesses dos Açores, de um

Governo que tem ajudado os Açores, vão estar a cumprir aquilo que o líder nacional do Partido Socialista prometeu, isto é, o líder do Partido Socialista nos Açores está do lado da instabilidade, está do lado daqueles que querem prejudicar os Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): É uma postura de Membro do Governo exemplar, sim senhor.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: ... e ao lado daquilo que eram as heranças negativas do Governo socialista e contra aquilo que são o cumprimento das justas reivindicações que o Governo atual está fazendo para com os Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Margato, vou-lhe dar a palavra para o encerramento da declaração política, alerta que tem apenas 35 segundos.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao envelhecimento do voto que aqui foi apresentado pelo PPM, apraz-me dizer que tenho a certeza absoluta de que o Sr. Deputado António Lima não se revê, com toda a certeza, nos despedimentos das grávidas por uma simples carta, como fez a sua líder, Mariana Mortágua.

Protestos do Deputado da Representação Parlamentar do BE.

O Orador: Bom, continuando ainda para concluir esta declaração política, dizer que os Açores cresceram, cresceram economicamente...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... cresceram socialmente e a contaminação da crise política nacional contaminará com toda a certeza e influenciará o crescimento dos Açores e prejudicará os Açorianos. Mas os Açorianos não perdoarão isto, na altura certa, caso seja necessário. Obrigado

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada a declaração política. Sr. Deputado António Lima pede a palavra para? Para um protesto, tem a palavra, Sr. Deputado, tem 3 minutos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço a defesa da honra da bancada, nesse caso do Bloco de Esquerda, porque o Sr. Deputado Paulo Margato...

Presidente: Deputado António Lima, para defesa da honra ou para um protesto? Defesa da honra, tem a palavra, faça favor.

O Orador: ... porque o Sr. Deputado Paulo Margato proferiu o que se chama uma mentira e uma mentira não pode ser aceite.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Porque referiu que o Bloco de Esquerda despediu grávidas e isso é falso. Não houve nenhuma mulher grávida despedida, houve cessações de comissões de serviço de várias pessoas que nenhuma delas era grávida, nenhuma delas estava grávida...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Era parturiente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ah não! Estava só a amamentar.

O Orador: ... e aquelas que tinham sido mães em tempo recente tiveram contratos de trabalho prolongados por mais 8 meses.

Por isso, fique bem claro, reconhecendo os erros que o Bloco de Esquerda possa ter cometido neste processo, que não é aceitável que se digam mentiras com esta desfaçatez, como fez o Sr. Deputado Paulo Margato, aliás, num assunto que nada tem a ver, só para quê? Para fazer uma espécie de *sound bite* e para atacar o Bloco de Esquerda.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Oh! Só o Bloco é que pode atacar!

O Orador: Porque, no debate sobre esta matéria que estava em debate, sobre a situação política nacional, sobre a situação política internacional, o Sr. Deputado Paulo Margato o que é que fez? Não disse nada sobre aquilo que nós dissemos, nada! Meteu a viola no saco e atirou com despedimentos de grávidas. Tenha vergonha, Sr. Deputado.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Margato para dar explicações, tem 2 minutos, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros de Governo:

O que foi aqui presente não passa de uma hipocrisia, depois de aprovarmos votos a favor das mulheres. Tão simplesmente, quem está a mentir então não sou eu, são jornalistas...

Deputado António Lima (BE): Não, é o senhor!

Deputado Carlos Silva (PS): Tem de ser mais seletivo, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque estas notícias são amplamente divulgadas na imprensa nacional. E para clarificação, a extinção do posto de trabalho é uma forma de despedimento legalmente por isso, Sr. Deputado António Lima, a vergonha tem-na quem precisa. Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está assim encerrada esta declaração política. Atendendo à hora, naturalmente, não vamos iniciar outra declaração política. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Neste momento, o Deputado Carlos Freitas (PSD) substituiu a Deputada Nídia Inácio (PSD) na Mesa.

Vamos dar início aos nossos trabalhos da tarde, entrando no ponto 2 da nossa agenda: Anteposta de Lei n.º 5/XIII — “Procede ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral da segurança social e à alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que prevê e regulamenta o estatuto de aposentação da Caixa Geral de Aposentações”. É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (Artur Lima): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa autonomia progressiva e dinâmica como a nossa, os direitos do povo açoriano conquistam-se à medida que o tempo avança.

É verdade que o autogoverno permitiu-nos alcançar um estado de desenvolvimento que nunca fora possível com anos e anos de centralismo, mas não é menos verdade que mais é preciso ser feito, mais justiça é devida a quem vive nas nossas ilhas.

Subo a esta tribuna como defensor de uma autonomia que possibilite ganhos concretos para a vida dos Açorianos. Não dispenso, pois, enquanto autonomista, a oportunidade de, perante o Parlamento dos Açores, defender convictamente medidas justas para o nosso povo.

O adquirido autonómico não se esgota com o alcançado; pelo contrário, exige que a herança das nossas conquistas enquanto povo sejam ampliadas por mais conquistas e mais direitos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O que o Governo dos Açores pretende, agora, ao submeter à Assembleia Regional esta Anteposta de Lei, que visa assegurar que os Açorianos se reformem num tempo justo, não se trata de populismo, demagogia ou discriminação, como alguns apregoam, mas de compromisso e interpretação justa da vontade do povo, cujos interesses devemos defender e representar.

Defendemos que se deve igualar a idade real de acesso à reforma dos Açorianos à idade real de acesso da população residente em Portugal continental, não por puro oportunismo político, mas porque existe um conjunto de circunstâncias e de argumentos que o justificam, que me cabe, agora, apresentar às Sras. e Srs. Deputados: em primeiro lugar, esta medida é um compromisso eleitoral, que integra a coligação governativa, tendo-se tornado, por maioria de razão, um compromisso programático do XIII e do XIV Governos Regionais dos Açores.

Estamos, por isso, a cumprir com a palavra dada, não podia ser de outra maneira.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À razão política e programática, juntam-se razões de natureza social, técnica e legal. Como é público e publicado, os Açorianos têm uma esperança média de vida, consistentemente e comprovadamente, abaixo da média nacional. O que isto significa é que um Açoriano, em média, pode esperar viver menos tempo do que a restante população portuguesa. Este é um critério objetivo e identificável.

Se um grupo populacional contribui os mesmos anos e nos mesmos termos da população geral para um sistema de segurança social, mas que se sabe que viverá menos anos, não será obrigação do legislador adaptar a forma de acesso à pensão de velhice, para que este grupo não seja prejudicado? No entendimento do Governo dos Açores, é claro que sim.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Os Açorianos, Sras. e Srs. Deputados, não podem ser financiadores desproporcionais do Sistema de Segurança Social nacional, o Governo dos Açores não admite. Não podemos permitir que esta injustiça de longas décadas continue. Por sua vez, a própria lei de bases da Segurança Social define um conjunto de princípios que dão solidez ao que aqui apresentamos. Tanto o princípio da igualdade, que consiste na “não discriminação dos beneficiários, designadamente em relação ao sexo e à nacionalidade, sem prejuízo das condições de residência e de reciprocidade”, como o princípio da equidade social, que se traduz no “tratamento igual de situações iguais e

no tratamento diferenciado de situações desiguais”, como o princípio da diferenciação positiva, que consiste na “flexibilização e modulação das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros fatores, nomeadamente de natureza familiar, social, laboral e demográficas”, enquadram integralmente o desidrato manifestado pelo Governo dos Açores com esta anteproposta de lei.

Mas esta anteproposta deve ser igualmente avaliada e compreendida considerando os contextos de vida dos Açorianos, que habitam um arquipélago descontínuo no meio do Atlântico e na ultraperiferia da Europa.

O Estado português tem reconhecido estas dificuldades e os sobrecustos inerentes à insularidade com a criação de medidas diferenciadas, como é o caso do subsídio social de mobilidade, do contingente especial para ingresso dos estudantes açorianos no ensino superior, ou a diferenciação fiscal. É precisamente nesse quadro de diferenciação em relação aos Açores, motivado pelos constrangimentos associados à vida nas ilhas, que a reforma justa para os Açorianos também deverá ser integrada e entendida.

Trata-se de mais uma medida que ajuda a viver nos Açores, além de que assegura, com a devida antecedência, as pessoas a terem melhor qualidade de vida no seu envelhecimento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apresentei, com a brevidade possível, os argumentos que o Governo dos Açores considera mais significativos para justificar anteproposta de lei, que agora será debatida pelas Sras. e Srs. Deputados.

Não estamos aqui a promover a desigualdade ou a beneficiar arbitrariamente os Açorianos, estamos a assegurar a igualdade de acesso à reforma, porque é justo, é estatisticamente comprovado e é de bom senso.

A aprovação desta proposta, que considera como beneficiários da mesma quem cumulativamente tenha residido na Região Autónoma dos Açores pelo menos durante

30 anos e tenha pelo menos dois terços da sua carreira contributiva numa das ilhas açorianas, resultaria na atribuição da pensão de velhice, no ano de 2025, aos 64 anos e 2 meses, ao invés dos 66 anos e 7 meses que vigora, atualmente, no país. Uma diferença, portanto, de 2 anos e 5 meses.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Esta seria mais uma histórica conquista autonómica.

Esperando que o Parlamento dos Açores se pronuncie favoravelmente à proposta do Governo, aguardaremos, depois, que a Assembleia da República tome a decisão final, respeitando, como se espera, aquela que é a vontade dos Açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Está apresentada a anteproposta de lei.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa, do CHEGA.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sou novo e, confesso, ainda não estou a contar os dias para a reforma. No entanto,

reconheço que esta proposta representa a mais elementar justiça para todos os açorianos que já trabalharam...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e para aqueles que ainda continuam a trabalhar e a contribuir, sabendo que, se isso não for aprovado, irão usufruir de menos anos de reforma do que quem vive em Portugal continental.

Basta olhar para os dados que nos foram facultados para confirmar que, de facto, vivemos, em média, cerca de 2 anos e 7 meses a menos do que quem vive no continente, mas trabalhamos o mesmo, pagamos as mesmas contribuições e, no final, usufruímos da reforma durante menos tempo.

Portanto, não se trata de um privilégio, mas de assegurar aos Açorianos o mesmo direito ao descanso e à reforma que assiste a qualquer cidadão português.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O exercício que o Sr. Vice-Presidente do Governo tentou fazer daquela tribuna, de começar por dizer que esta não é uma proposta populista e demagógica, acabou por confirmar aquilo que é esta anteproposta de lei que o Governo aqui nos traz, que é populista e demagógica.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Na sua opinião!

O Orador: E o Sr. Vice-Presidente do Governo, daquela tribuna, não fez outra coisa senão o exercício puro de populismo e demagogia, inclusivamente dizendo que os açorianos iriam pagar para os continentais se reformarem mais cedo. Não foi bem assim

que disse, mas acabou por dizer que nós pagamos o mesmo do que eles e morremos mais cedo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E é verdade!

O Orador: É um facto que a esperança média de vida nos Açores é cerca de 2 anos mais baixa do que no continente português. Não é facto que assim aconteça em todas as regiões do país, não é facto que assim aconteça em todas as ilhas, em todos os 19 concelhos e em todas as freguesias dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, não?

O Orador: E este é que é o cerne desta questão neste diploma: não se pode avaliar estas questões por um número, estas questões avaliam-se pelas responsabilidades dos sucessivos Governos regionais dos Açores, que falharam na saúde dos Açorianos, que falharam na prevenção das principais doenças que afetam os Açorianos. E este Governo falhou ainda mais do que os outros. Estes últimos dois Governos desta coligação viram agravada a esperança média de vida dos Açorianos, segundo os números que foram distribuídos ainda recentemente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Vice-Presidente.

E, portanto, o problema não está na afirmação da autonomia. Este diploma que o Governo, aqui, nos traz não afirma a autonomia, condena a autonomia!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Afirma!

O Orador: Por este diploma, parece-me que a estratégia global do seu partido condena a autonomia, pois acaba por dizer aos continentais: vão pagar, vão ter uma carreira contributiva maior, apesar do esforço que fazem para ter vidas mais saudáveis, para que nós possamos ir para a reforma 2 anos mais cedo.

O Sr. Vice-Presidente fala de igualdade. Isto até viola no princípio da igualdade, Sr. Vice-Presidente. E viola o princípio da igualdade, sabe quando? Quando uma carreira contributiva igual, tem consequências diferentes. Uma carreira contributiva igual tem de ter as mesmas consequências.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Exatamente!

O Orador: Cada um é que tem de olhar por si e garantir que tem saúde para viver mais anos, em vez de ter comportamentos que os levam a falecer mais cedo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se havia dúvidas sobre a demagogia e o populismo desta iniciativa, ficou bem claro naquela que foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente daquela tribuna: agita-se o fantasma do centralismo, agita-se uma conquista da autonomia, uma coisa que acaba por ser a negação das conquistas dessa mesma autonomia, uma incapacidade de os autogovernos fazerem, pelos Açores e pelos Açorianos, mais do que alguns Governos fizeram em algumas regiões do continente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Uma vergonha!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Uma vergonha, uma ignorância total!

Deputado Nuno Barata (IL): Não é, não, senhor! Ignorância é a sua!

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda defende, desde há muito, a redução da idade da reforma, fixando-a nos 65 anos de idade, permitindo que as pessoas se possam reformar a partir dos 60 anos sem penalização, a partir do momento em que tenham uma carreira contributiva superior a 40 anos, traduzindo-se, assim, numa redução de 1 ano por cada ano que exceda os 40 anos. Esta é a nossa posição sobre pensões de reforma e idade de reforma desde há muito. E defendemos esse princípio e essa regra para todos os trabalhadores, sem prejuízo de regimes mais favoráveis que existam, e devem existir, para profissões de desgaste rápido e de elevada penosidade.

Por diversas vezes, apresentámos esta mesma proposta na Assembleia da República, porque esta é uma lei da República e uma competência da República, propondo que a idade da reforma se fixe nos 65 anos. E fizemo-lo ao longo de várias legislaturas sem que esta proposta tivesse sido aprovada, nem pelo PSD e nem pelo CDS-PP (que agora governam os Açores), nem pelo Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso eram coisas diferentes!

O Orador: A indexação da idade da reforma à esperança média de vida que hoje se verifica no nosso país é uma medida injusta. O tempo que é ganho em esperança média de vida não se traduz em merecido descanso, em tempo para tirar partido dos anos de vida ganhos, pelo contrário, traduz-se em mais anos de trabalho, muitas vezes sem saúde, porque nem sempre viver mais tem significado, para muita gente, de viver com saúde e qualidade de vida. E isso é lamentável. É preciso que os anos que se ganham em esperança média de vida se traduzam também em anos com qualidade de vida e, para isso, a saúde é fundamental.

Por isso, acabar com a relação entre a esperança média de vida e a idade da reforma, fixando-a em 65 anos, para permitir gozar esse tempo de reforma com saúde, depois de décadas de trabalho, é um princípio pelo qual nós não abdicamos em nenhuma circunstância.

A proposta que o Governo Regional, hoje, traz, sob a formação de proposta de lei, apresenta o mérito de trazer este assunto, naturalmente, a debate. Todavia, não foi opção de o Governo criar uma medida regional, por isso esta medida só será aplicada se aprovada na Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Tem de ser.

O Orador: E a opção poderia ter sido criar uma medida de âmbito regional, aliás, como acontece com outras medidas e matérias que não são da competência da Região, nomeadamente o complemento regional de pensão — que é um complemento de pensão, e a pensão é uma competência nacional —, mas a Região criou um complemento regional de pensão, como criou uma remuneração complementar, que

também é uma medida de âmbito regional e que só se aplica nos Açores. Aceita-se, todavia, a opção do Governo Regional, que é legítima e democrática.

O que é certo é que salientámos essa opção para deixar claro que esta proposta, mesmo aprovada, não é nem de aplicação imediata — é preciso que isso fique bem claro para quem está a ouvir — nem de aplicação certa, porque exige uma aprovação na Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Claro, eu já disse isso!

O Orador: Por outro lado, como há pouco referi, esta proposta mantém a indexação da idade da reforma à esperança média de vida. O mesmo princípio que vigora na lei nacional não é alterado com esta proposta. O que isto significa é que, quando a esperança média de vida nos Açores igualar ou superar a esperança média de vida no continente, a redução da idade da reforma, nesta proposta, desaparece.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso seria mau?

O Orador: Ou seja, a partir do momento em que nos Açores tivermos uma esperança média de vida idêntica à do continente, voltaremos a ter a mesma idade da reforma, isto é, neste momento, aos 67 anos. Isso não seria mau, mas perde o efeito que o Governo quer criar, o quer dizer que, talvez, daqui a 2 ou 3 anos, os açorianos que pensam reformar-se aos 65, afinal, vão reformar-se aos 67 anos. E esperamos, obviamente, que a esperança média de vida aumente, isso será um bom sinal, mas a expectativa que se cria nas pessoas desaparece. Não podemos deixar de salientar isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que simplicidade intelectual!

O Orador: Como é fácil de perceber, isso contraria aquilo que nós defendemos como questão de princípio, que é a fixação da idade da reforma aos 65 anos, não fazendo depender essa fixação da esperança média de vida. E é por isso que fazemos duas coisas neste debate e sobre esta matéria: em primeiro lugar, apresentamos propostas de alteração que traduzem a nossa posição, a reforma aos 65 anos para quem reside nos Açores, porque esta é uma anteproposta de lei; e defendemos este princípio para todos

os cidadãos portugueses, não apenas para os Açorianos, a reforma aos 65 anos.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu não percebo como é que uma coisa boa se transforma num problema!

O Orador: Embora esta anteproposta de lei diga respeito apenas aos Açores, mantemos este estado de coisas, esperando que a Assembleia da República possa fazer melhor.

Iremos, todavia, abster-nos na votação da proposta, não criando obstáculos à sua aprovação, mas esperando que uma maioria na Assembleia da República possa efetivamente reduzir a idade da reforma para todos os cidadãos açorianos, para todos os cidadãos do país. Esse princípio de fixação da idade da reforma aos 65 anos é um princípio do qual nós não abdicamos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Nesta fase de debate e perante esta anteproposta de lei trazida aqui pelo Governo Regional, pelo Sr. Vice-Presidente, sem dúvida que é do conhecimento de todos que este é um compromisso eleitoral do CDS-PP, do qual nunca desistimos, nunca baixámos os braços. E cá estamos, pela mão do Sr. Vice-Presidente, Presidente do Grupo Parlamento do CDS-PP/Açores, a apresentar e a cumprir aquilo que é o nosso compromisso. Estamos, sem dúvida, a fazer a nossa parte. E queremos acreditar que não será por esta Assembleia que esta anteproposta de lei não virará lei.

Antes de mais, daquilo que entretanto já foi transmitido, acho que este debate também é importante para cada partido manifestar aquela que é a sua posição quanto a esta matéria.

Daquilo que já foi dito, quando falamos da questão do número e de estarmos aqui a falar do número, pois, no nosso entendimento, não poderia ser de outra forma, uma vez que

a própria fórmula é baseada neste indicador, que é a esperança média de vida. E, como tal, esta alteração, por aquilo que entendemos como justo para os Açores, teria de ser por via deste número, que é a esperança média de vida, não de outra forma.

Depois, quanto à questão da igualdade, foi afirmado, nomeadamente pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que o princípio da igualdade não está a ser cumprido. Ó Sr. Deputado, o princípio da igualdade não está a ser cumprido neste momento, porque a fórmula está indexada a este parâmetro, em que os Açorianos descontam o mesmo tempo que os restantes continentais, mas usufruem de menos tempo de reforma.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é esse o princípio da igualdade.

A Oradora: E, portanto, a igualdade não está a ser cumprida neste momento. E é por isso que esta iniciativa faz todo o sentido, na nossa forma de ver e de estar, que tem sido aquilo que sempre temos defendido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E quanto à questão de ser ou não ser populismo, não é populismo, primeiro, porque é algo que sempre defendemos desde há muitos anos. A verdade é que, agora, naquilo que é o cumprimento dos compromissos assumidos, de também estar plasmado no Programa do Governo, se concretiza nesta iniciativa.

E poderia ser populismo se quiséssemos, agora, não estar a indexar isto à esperança média de vida e até a levantar a questão que foi levantada pelo Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, em que, se a esperança média de vida for maior para os Açores, não iremos usufruir de uma reforma mais cedo. É exatamente por não ser populista que esta iniciativa se vai fixar a este fator da esperança média de vida.

Deputado Nuno Barata (IL): É mais populista que outra coisa!

A Oradora: Neste momento, é este o indicador, é esta a realidade, com dados consistentes, que têm sido apresentados e comprovados em relação a este fator. Esta iniciativa surge nestes termos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, com o qual

também concordamos, sem dúvida, esta iniciativa, para além de trazer a justiça que é necessário trazer aos Açores, é também uma afirmação da nossa autonomia, será a nossa autonomia que se aprofundará.

Nós, no CDS-PP, não podemos confundir a Região Autónoma dos Açores com uma Região administrativa do continente, porque a nossa Região não é igual às demais. Não podemos defender isto às terças e às quintas, e não querer defender às segundas, quartas e sextas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

A Oradora: É esta a nossa convicção. A Constituição deu-nos a autonomia política para que tenhamos exatamente isto: ferramentas e condições para reivindicar aquilo que entendemos como direitos justos dos Açorianos, que vivem em contextos completamente diferentes da realidade do continente. Por isso, esta iniciativa, em boa hora, é trazida a esta Casa.

Para além destes aspetos que já mencionei, parece-nos que também trará aspetos positivos e multiplicadores no que se refere à dinamização e ao crescimento da população ativa e à promoção da fixação de jovens. Por isso, no Grupo Parlamentar do CDS-PP, entendemos que isto será bom para a sociedade açoriana no seu todo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Termos açorianos a reformarem-se aos 64 anos e 2 meses é um ato de justiça social e política, que engrandece a existência da nossa própria autonomia, aprofundando-a ainda mais. Era o nosso entendimento antes; é o nosso entendimento hoje.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Importa clarificar, neste debate, duas ou três questões, que, penso, nos poderão enriquecer e ajudar a decidir bem. E decidir bem, neste caso, será decidir pela diminuição do tempo de reforma dos Açorianos, fazer justiça — é o que o Sr. Vice-Presidente veio cá apresentar hoje —, que já deveria ter sido feita há mais anos.

De facto, posso acrescentar, a título de informação, que a esperança média de vida nos Açores tem aumentado. Desde 2012 a 2022, houve um incremento de 1,22 anos na esperança média de vida, o que também traduz que os Açorianos poderão estar a ter melhor saúde e melhores condições de vida. São dados do INE (Instituto Nacional de Estatística).

É também importante realçar que, a nível nacional, o português que vive no continente tem uma esperança média de vida de 80,96 anos, e o português que vive nos Açores tem uma esperança média de vida de 78,04 anos.

Mas também é verdade que esta proposta de lei está devidamente estruturada, porque acompanha esta evolução positiva que existe na esperança média de vida dos Açorianos. Ou seja, a questão da demagogia ou a questão do populismo, nesta proposta, fica completamente posta de lado, porque o que nós pretendemos trazer é igualdade de tempo, para que qualquer português residente, que viva em Portugal continental, goze aproximadamente o mesmo tempo de reforma, para a qual descontou a vida toda, de qualquer açoriano.

E que fique aqui bem claro quais os partidos que acompanharão e não acompanharão esta proposta. Todos nós sabemos que isto é uma anteposta de lei, que depende, obviamente — nem haveria outra forma de o fazer —, da aprovação a nível da República.

Este é um passo importante, inevitável, que tem sido dado. Por isso, resta-me dar os parabéns ao Governo e ao Sr. Vice-Presidente pela coragem de trazerem uma proposta deste género, que só peca pelo seu atraso.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta anteproposta de lei, para a reforma nos Açores, que temos em debate, só para relembrar os açorianos que estão em casa a ouvir, na expectativa desta boa notícia, faz parte do Programa do XIV Governo da coligação PSD, CDS-PP e PPM.

Passo a citar o que está no Programa do Governo Regional — e as pessoas que estão lá em casa também seguem e sabem o que está no Programa —, o que é que este Governo de coligação se propôs a fazer: “Apresentar uma anteproposta de lei para antecipar a idade da reforma dos açorianos, pois realizam as mesmas contribuições, mas a esperança média de vida é inferior na Região, cerca de 2 anos e 7 meses.” Está na página 4 do Programa do Governo, todos nós temos acesso.

Nesta proposta, também estão plasmados os princípios da lei de bases da segurança social: o princípio da igualdade, o princípio da equidade social e o princípio da diferenciação positiva. Portanto, é um trabalho feito com empenho, a pensar nos Açorianos. Este Governo está a trabalhar para os Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todos nós sabemos que a idade legal da reforma, este ano, é aos 66 anos e 7 meses, de acordo com os dados do INE. Todos nós também sabemos e já foi aqui referido por outros deputados, que a idade é fixada a partir da esperança de vida aos 65 anos, determinada também pelo INE.

Segundo os dados estatísticos, a esperança média de vida, em Portugal, é mais ou menos de 80 anos. Contudo, a esperança média de vida, nos Açores, é de 77 anos, o que significa que um açoriano vive menos cerca de 2 anos e 7 meses do que os restantes portugueses. Estando a idade da reforma fixada transversalmente em todo o país aos 66 anos e 7 meses, é notório que os Açorianos possuem menos tempo de vida para gozá-la em relação aos restantes cidadãos portugueses.

Portanto, estamos perante um problema em que a igualdade dos números promove uma desigualdade de ética social, em que os Açorianos são desfavorecidos no contexto nacional, um desfavorecimento que é agravado pelo facto de as contribuições dos açorianos serem iguais à dos restantes portugueses, pretendendo-se aqui um princípio de justiça social.

Deputado Carlos Silva (PS): Será que são?

A Oradora: A solução passa pela ponderação equitativa, sendo esta a forma que possibilitará um princípio de igualdade entre todos os cidadãos portugueses.

Neste sentido, já que os açorianos pagam as mesmas contribuições que a restante população portuguesa e vivem menos 2 anos e 7 meses, tornar-se-ia justo que essa diferença também se refletisse na idade para a obtenção da reforma, sendo esta aos 64 anos e 2 meses. Era muito justo!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Na continuidade da ideia da igualdade social, sugerimos que esta diferença de idades fosse dinâmica ao longo do tempo, conforme a oscilação da esperança média de vida. Portanto, invoco para que apoiem esta anteproposta de lei para a reforma, nos Açores, ser aos 64 anos e 2 meses, reconhecendo a sua importância para os Açorianos e para o bem-estar de todos os cidadãos.

Apelo a todos que pensem. Quem está contra esta anteproposta está contra os Açorianos.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Acredito que, todos juntos, na Região Autónoma dos Açores, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nós, os Açorianos, podemos construir uma sociedade mais justa, mais inclusiva e solidária.

Mesmo para terminar, Sr. Presidente, é importante que fique claro, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que, mesmo no eventual cenário da dissolução da Assembleia da República, esta iniciativa mantém-se até ao final da legislatura, no Parlamento dos Açores.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, que hoje se discute, tem um contexto nesta Câmara e teve a sua tramitação. Num primeiro momento, impõe-se, aqui, questionar o Governo, tendo em conta aqueles que foram os fundamentos apresentados para a urgência de tramitação na Comissão de Assuntos Sociais — e esse argumento foi “a necessidade de a mesma ser apreciada e votada antes do *terminus* da presente sessão legislativa na Assembleia da República” —, perguntando, no fundo, ao Sr. Secretário Paulo Estevão, no sentido de saber o porquê deste argumento.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor não queria dizer isso agora!

O Orador: E o argumento foi explicitado nos seguintes termos: “na presente sessão legislativa, na Assembleia da República, é uma janela de oportunidade, porque (não vamos ser hipócritas) existem diferentes contextos políticos partidários e equilíbrios parlamentares. Sabemos disso, há um determinado contexto em que é mais difícil e, noutro contexto, há uma janela de oportunidade e é nisto que eu estou a falar.” Afirmava o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, dirigindo-se à Câmara na sessão plenária de janeiro.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É um visionário!

O Orador: Em fevereiro, foi tramitada com a urgência necessária, mas não foi agendado para o plenário de fevereiro.

E a questão que tenho para colocar ao Governo é: porque é que não foi agendada em fevereiro, se em janeiro havia esta urgência, que se fundamentava neste contexto parlamentar nacional, que, no fundo, veio quase antecipar aquela que é a realidade do dia de hoje? Nós estamos a discutir esta iniciativa, quando não temos a certeza se aquela que era a intenção do Governo Regional, ao aprovar a urgência, se verificará,

ou seja, se, em setembro deste ano, esta medida será discutida no Parlamento nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Eu julgava que o senhor tinha um bocadinho mais de inteligência, mas parece que não.

O Orador: E, portanto, a minha questão, Sr. Vice-Presidente, é no sentido de saber se pode garantir aos Açorianos que o tal contexto a que o Sr. Secretário Paulo Estevão se referia em fevereiro ainda se mantém. E se se manterá num horizonte temporal de curto prazo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o Governo que vai garantir, serão os Açorianos a garantir!

O Orador: Mas querendo contribuir para esta que é a discussão, e é importante aqui clarificar alguns termos, quando se refere que a idade da reforma é calculada não só tendo em conta os 65 anos, mas a esperança média de vida à idade de 65 anos, isto significa que, no cálculo desta esperança média de vida, já é tida em consideração a população açoriana, ou seja, a definição daquela que é a idade da reforma neste momento já tem em consideração aquela que é a situação dos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A situação ainda é maior lá fora.

O Orador: Ainda é maior lá fora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, está a ver?

O Orador: Ou seja, o que significa que a média atual tem em consideração a situação dos Açorianos. Este não é um argumento no sentido, no fundo, de um voto contra esta iniciativa, mas é uma chamada de atenção, porque, quando se discute esta situação, parte-se da ideia de que existe uma esperança média de vida, a nível nacional, que não tem em consideração aquela que é a esperança média de vida dos Açorianos, porque tem em consideração a esperança média de vida de todos os portugueses.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É ao contrário, homem!

O Orador: Mas é importante também, nesta Câmara, entender o fundamento daquela que é a autonomia regional, que, muitas vezes, é propalada, mas é necessário ir àquele

documento que nós todos jurámos aqui, quando tomamos posse, para ver quais são os propósitos da autonomia regional. A autonomia regional visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social, a promoção e a defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Exatamente!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É exatamente por isso, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso ajuizar e fazer uma reflexão se esta medida é uma medida que vai ao encontro daqueles que são os fins e os propósitos da nossa autonomia regional, ou, pelo contrário, coloca em causa os princípios de solidariedade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Solidariedade é o que não existe agora!

O Orador: A segurança social tem uma natureza unitária, e esta natureza unitária da segurança social deve-nos fazer refletir sobre a existência de regimes diferenciados, porque essa existência de regimes diferenciados, que, neste momento, beneficia a Região Autónoma dos Açores, nesta situação em concreto, pode ter um desfecho noutros aspetos que pode ser lesivo para os interesses dos Açorianos. Este é um aspeto que deve ser objeto de ponderação.

Uma última questão prende-se com o pressuposto desta iniciativa, o argumento base desta iniciativa, que é: os Açorianos têm uma esperança média de vida, à idade de 65 anos, inferior à dos cidadãos do território continental. Isto significa que a Região Autónoma dos Açores devia estar empenhada em corrigir este diferencial. O objetivo primeiro da autonomia deveria ser não arranjar instrumentos de atenuação deste que é um problema real, mas, sim, construir ferramentas em conjunto, através deste Parlamento, através do nosso Governo Regional, para que esta realidade, que é diferente, se aproxime. Era importante que o Governo Regional estivesse empenhado em reduzir o diferencial da esperança média de vida após os 65 anos entre os cidadãos dos Açores e os cidadãos a nível nacional.

E não é esta a realidade que se verifica pelos factos que foram publicados. Vejamos:

no triénio de 2015 a 2017, o diferencial entre a Região e o território continental, era de 2,41 anos. Esse diferencial reduziu sempre até ao triénio de 2020 a 2022, em que se fixou um diferencial de 1,96 anos. Os últimos dados do triénio de 2021 a 2023 demonstram que o fosso tem sido agravado. E o empenho do Governo Regional devia ser em corrigir esse fosso, não permitindo que ele se agravasse, mas — e os dados comprovam — não tem sido.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Parece que não houve uma pandemia. Que horror!

O Orador: E a ambição do Governo deveria ser reduzir este diferencial. Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo exatamente pelo Sr. Deputado José Toste. Olhe, devo dizer, sinceramente, que esperava mais de si. Em primeiro lugar, eu tenho, naturalmente, muitas qualidades, mas de adivinho ainda não tenho, nem ninguém deste lado, para adivinhar a situação em que os senhores iam colocar o país, hoje. Os senhores do Partido Socialista colocaram o país, hoje, numa situação de instabilidade, que vai trazer prejuízo ao país e aos Açores, por culpa do seu partido na República, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Esse populismo, ao que chegou!

O Orador: Isso, ainda não adivinho, por isso veio na altura certa a proposta. E o senhor tenha a coragem de votar contra, para aos Açorianos saberem o que é que o senhor pensa sobre isso. Vote contra, Sr. Deputado, mas com argumentos válidos, que é o que eu vou fazer!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A esperança de vida nos Açores, ao contrário do que o senhor acabou de dizer e do que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, era de 78,04 anos, em 2020/2022, e aumentou para, Sr. Deputado, 78,19 anos.

Deputado Nuno Barata (IL): E quanto é que aumentou na República?

Deputado José Miguel Toste (PS): E o diferencial no país?

O Orador: Portanto, não se esqueça de que melhoramos.

Mas se quer entrar por aí, Sr. Deputado, então, quer julgar quem tem 4 anos de governação? E os 25 anos de atraso que os senhores trouxeram ao Açores, de pobreza, de desgraça, de atraso, de pobreza absoluta, em 25 anos?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado José Miguel Toste (PS): Sempre reduzindo!

O Orador: Ouça o que eu lhe estou a dizer. Enquanto o senhor falou, eu estive calado, portanto, ouça o que eu lhe estou a dizer. São 25 anos de atraso, 25 anos de socialismo, que trouxeram os Açores à cauda da Europa, Sr. Deputado! Foi o senhor e o seu partido!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O senhor nunca conheceu outro partido (o senhor que tem 40 anos ou nem terá), só viveu na miséria do socialismo, em que enterraram a Região Autónoma dos Açores.

A pensar como o senhor pensa, com a questão da Constituição, nós não tínhamos Estatuto Político-Administrativo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Felizmente, o seu partido era outro, não aquele que é hoje em dia. Era um partido autonomista, que defendia a Constituição e o Estatuto. Por isso, temos um Estatuto Político-Administrativo que provocou até a reação do Presidente da República.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Estivemos aqui a lutar pelos Açores e pelos Açorianos. E o senhor nega isso hoje em dia, refugiando-se na Constituição. É uma cobardia política, Sr. Deputado! É isso que o senhor traz aqui. O senhor vende a saúde, a esperança e os direitos dos Açorianos, justificando a Constituição. É uma vergonha o que o senhor faz ao povo dos Açores, Sr. Deputado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele nem sequer falou na Constituição!

O Orador: Quer corrigir o diferencial? Vamos há 25 anos atrás, Sr. Deputado. O diferencial vem de há 25 anos. Não são 4, são 25 anos, Sr. Deputado. Era isso que o senhor devia ter feito.

Agora, o senhor não sabe o que diz, e isso é grave. O que o Governo quer fazer, e eu vou-lhe explicar, Sr. Deputado — e o Sr. Deputado António Lima tem razão naquilo que disse —, há uma fórmula que foi feita em 2014, que é estabelecer a idade de acesso à reforma com base na esperança média de vida, e o que nós queremos fazer é exatamente isso, igualar a idade real de acesso à reforma dos Açorianos à idade real de acesso da população residente em Portugal continental, através do indicador da esperança média de vida que está contemplado no cálculo da idade normal de acesso à pensão de velhice. Quer que lhe faça um desenho? Se quiser, eu faço.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Isto está tão clarinho, é a regra nacional, Sr. Deputado. E o que nós estamos a fazer é adaptar, aos Açores, a regra nacional, tão simplesmente isto. Está tão explicado, tão explicadinho, mas, mesmo assim, o senhor não percebe. Temos pena. Nunca tive jeito para desenho e, portanto, não tenho hoje em dia.

Sr. Deputado António Lima, pois, seria mais simples, de facto, estabelecer-se.

Mas, Sr. Deputado José Toste, já que está tão preocupado, explique-me lá: nunca se preocupou com o regime absolutamente excecional e, quiçá, injusto que os senhores propuseram em 1996, na Assembleia da República? Não? Foi o seu partido. Isso não é inconstitucional? Não lhe preocupou a Constituição? Não lhe preocupa outros regimes que existem? Não lhe preocupa?

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas alguém disse que era inconstitucional?

O Orador: E é com base em quê, Sr. Deputado? É com base no princípio da contributividade.

E é preciso que se explique o seguinte: os Açorianos têm uma carreira contributiva tão longa como qualquer continental, descontam até aos 65 anos, igualzinho.

A partir dos 65 anos, vivem menos, o que quer dizer que estão a contribuir mais para a segurança social e a beneficiar menos da segurança social. É exatamente isso, a estatística é assim.

Deputado Carlos Silva (PS): Porquê?

O Orador: Eu não sei qual é a esperança média de vida da rua onde mora o Deputado Nuno Barata, isso não sei. Estatisticamente, não sei.

Deputado Nuno Barata (IL): É a *Caixa de Pandora* que se está a abrir aqui.

O Orador: Eu só posso saber aquilo que é comparado com o INE e com o Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia). São as regras que são comparáveis, são os determinantes que lá estão. E, depois, há a versão barata, mas isso, pronto, também existe em qualquer coisa.

Deputado Nuno Barata (IL): E há a versão dos piolhos!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, os Açorianos estão a ver o seu comportamento e de quem se está a rir, aqui, desta proposta.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não me preocupo com nada disso. Quem se devia preocupar era o senhor!

O Orador: Os Açorianos vão saber que nós comparamos o Algarve, o Alentejo, a área metropolitana de Lisboa, o Centro, o Norte, a Madeira e os Açores. E destas regiões todas, não somos os que vivemos mais. Estatisticamente, está provado. É a estatística que o diz, não sou eu.

Quanto aos determinantes, o senhor falou aí em saúde. Isso é de uma ignorância brutal. Nos determinantes para a esperança média de vida, sabe que lugar ocupa as questões da saúde, Sr. Deputado Nuno Barata? Não sabe, mas eu vou dizer: dos cinco

determinantes, é o quarto. Isso o senhor não sabia e por isso disse o que disse.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas quem foi que lhe disse que eu não sabia?

O Orador: Porque o senhor disse exatamente ao contrário.

Deputado Nuno Barata (IL): E, agora, diga quais são os outros, para ver se não estão correlacionados! Ora que treta! Diga quais são os outros, para os Açorianos perceberem!

O Orador: Não, aulas não lhe dou, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Diga quais são os outros!

O Orador: Quer um aula? Não lhe dou aulas. O senhor é que se vai levantar aí e vai dizer quais são os outros. Levante-se e diga quais são os outros, Sr. Deputado Nuno Barata, não é só mandar para o ar! Levante-se e diga quais são os determinantes que influem na esperança média de vida!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Não seja covarde! Levante-se e diga aqui quais são os determinantes! Não venha aqui vender demagogia barata, que é o que o senhor faz aqui quase todas as sessões.

Deputado Nuno Barata (IL): A gente já vai ver!

O Orador: Demagogia barata é a sua atuação aqui, nestas sessões todas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado!

Deputado Nuno Barata (IL): Sim, sim!

O Orador: Portanto, levante-se e diga quais são os determinantes que determinam a esperança média de vida! Levante-se e diga, Sr. Deputado, que nós queremos saber!

De resto, os açorianos, em casa, estão a observar o que os senhores querem. A proposta está bem fundamentada, estatisticamente fundamentada, cientificamente fundamentada. Não há nada que a leve contra, a não ser a má vontade. E isso, os Açorianos também saberão julgar, porque nós fomos vítimas de atrasos, seculares, que

se verificam ainda hoje, que este Governo está a tentar corrigir, mas não é em 4 anos, precisamos de mais tempo. Estamos a melhorar em muitas áreas que os senhores deixaram piorar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há pedidos de inscrição.

Sr. Deputado José Toste, faça o favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também esperava mais do Sr. Vice-Presidente do Governo, designadamente capacidade de compreensão, de debate e abertura democrática para o mesmo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Em momento algum, referi o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação a esta iniciativa. Decidiu, o senhor, propalar daí aos setenta e sete que votaríamos contra e que deveríamos ter a coragem de votar contra. Pois, Sr. Vice-Presidente, neste Grupo Parlamentar, quem define o sentido de voto são os deputados deste Grupo Parlamentar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso!

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E, portanto, Sr. Vice-Presidente, não projete, sobre esta bancada, aquele que era o seu desejo. O seu desejo era que o Partido Socialista chegasse aqui e votasse contra esta iniciativa, mas, Sr. Vice-Presidente, o debate serve para clarificar, o debate

serve para que nós troquemos ideias.

E o Sr. Vice-Presidente, em relação a um dado estatístico que é indesmentível, veio aqui escudar-se no aumento da esperança média de vida na Região. É verdade, tem aumentado, mas o dado que referi e, portanto, vou repetir, tem que ver com o diferencial entre aquela que é a esperança média de vida após os 65 anos na Região e a esperança média de vida após os 65 anos em território continental. E o que se tem verificado — e isto não foi nenhuma crítica aos Governos do Partido Socialista, que desde já lhe avanço, Sr. Vice-Presidente — é que este fosso veio sempre a reduzir-se, o que significa que, ao longo dos Governos do Partido Socialista, houve uma aproximação da esperança média de vida após os 65 anos dos Açorianos aos portugueses residentes em território continental.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É a fórmula!

O Orador: E o que os dados dizem é que no triénio de 2021–2023, esta redução, que era sustentada, foi invertida.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Com a pandemia.

O Orador: Portanto, a minha chamada de atenção, Sr. Vice-Presidente, é que é necessário tomar medidas para corrigir estes dados.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E a correção destes dados não se faz com a iniciativa que está aqui em discussão.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nem se faz de um ano para o outro!

O Orador: O ângulo da discussão deveria ser as medidas que nós temos para, num horizonte temporal de 10 anos, não ser necessária esta diferenciação entre os reformados da Região Autónoma dos Açores e quem se reforma a nível nacional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Nunca se faz em 10 anos! Pelo menos 20 anos!

O Orador: Mas o Sr. Vice-Presidente veio aqui dizer que isto tinha sido estudado profundamente. Portanto, deixe-me aqui confrontá-lo com aquelas que foram as suas respostas em comissão, Sr. Vice-Presidente. Eu questionei-lhe, Sr. Vice-Presidente: há algum estudo em relação ao impacto na população ativa na Região, designadamente em setores chave como a saúde e a educação?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E eu respondi, vá ver!

O Orador: Qual é o impacto que esta medida vai ter? Há algum estudo deste impacto num horizonte de 10 anos? Quantos mais enfermeiros é que se vão reformar, se esta medida entrar em vigor? Quantos mais médicos é que se vão reformar, se esta medida entrar em vigor? Quantos mais professores se vão reformar, se esta medida entrar em vigor?

Mas deixe-me também dizer outro aspeto, que tem que ver com o impacto financeiro desta medida. O Sr. Vice-Presidente e o Governo são useiros e vezeiros em vir a esta Casa acusar a oposição de não apresentar os impactos económicos das medidas que aqui traz. Agora, pergunto-lhe eu, Vice-Presidente: qual é o impacto financeiro, no orçamento da Segurança Social, desta medida que aqui propõe?

Disse.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Zero!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Vice-Presidente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado José Toste, 10 anos?! Isso não é número para aqui. É, no mínimo, 20 anos, tem de ser uma geração. Não são 10, são 20 anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Disse que eram 40 anos!

O Orador: Se quiser duas gerações, são 40 anos. Os senhores governaram durante uma geração e meia e não fizeram nada. Não vamos sequer discutir sobre isso.

Qual é o impacto disso? Quer saber? Foi o que eu lhe disse na comissão, que o senhor não teve coragem de ler. É reformar gente, entrar mais jovens, criar emprego jovem, porque reformam-se os mais idosos e vêm novos para a Administração Pública e para os privados.

Deputado José Miguel Toste (PS): As vagas têm ficado vazias!

O Orador: É criar emprego público. É diminuir a despesa pública nos Açores, porque paga-se salários mais baixos do que aos que estão no topo da carreira. O impacto é brutal e societário na sociedade açoriana, Sr. Deputado. E quem não quer ver isso é porque não quer mesmo ver, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que é o caso do PS! É zero!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que é possível?

O Orador: Eu respondi-lhe na Comissão, e o senhor devia ter dito isso.

Portanto, o impacto na Segurança Social é zero, Sr. Deputado. Nós somos uma migalha na Segurança Social, é uma questão de justiça social e de um direito nosso. O Sr. Presidente dizia que a democracia nunca está conquistada, temos de a afirmar todos os dias. E a autonomia é a mesma coisa, temos de a afirmar todos os dias.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas o que é afirmar a autonomia?

O Orador: Isso é um direito dos Açorianos, nunca é anticonstitucional. Um direito dos Açorianos é constitucional, é um direito que nós temos. E vamos lutar até ao fim por

isso, mesmo que os senhores não queiram!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Vamos lutar pelos direitos dos Açorianos, para que a idade de acesso à reforma seja um direito, para que possam gozar a reforma, e para que possamos desenvolver mais os Açores e aproximá-los desses indicadores que o senhor aí tanto falou e que nós também queremos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me desafia a ler a resposta, vou ler-lhe a sua resposta: “Em resposta, o Vice-Presidente do Governo Regional referiu ter sido solicitado um parecer jurídico, ainda que não tenham sido solicitados estudos de impacto.” Portanto, não há estudos de impacto. O Governo Regional não está preocupado se esta medida reduzir o número de professores nas escolas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Tem novos para entrar!

O Orador: O Governo Regional não está preocupado se, com esta medida, reduzir o número de enfermeiros no Serviço Regional de Saúde. O Governo Regional não está preocupado se, com esta medida, reduzir o número de médicos no Serviço Regional de

Saúde. Ao contrário do que disse o Sr. Vice-Presidente, essa ideia de que vêm novos é falsa. Hoje em dia, abrem-se os concursos e os concursos ficam desertos. Nós não temos tido capacidade, neste momento, de preencher as vagas que temos. E se vamos contribuir para que haja um aumento desta carência, era bom que houvesse um estudo económico, não financeiro, e do impacto desta medida, Sr. Secretário Regional. O Sr. Secretário pergunta: para quê?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não sou Secretário, sou Vice-Presidente.

O Orador: Peço desculpa. O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional pergunta: mas para quê um estudo? Para não estarmos, aqui, daqui a 10 ou 20 anos, preocupados com a não existência de médicos no Serviço Regional de Saúde, com a não existência de professores nas nossas escolas. Portanto, há que estudar e avaliar o impacto.

Diz o Sr. Vice-Presidente: “Não há nenhum impacto.” Pois, estude e chegue a esta conclusão. E apresente o estudo a este Parlamento. Assim sim, senão essa afirmação de que não haverá nenhum impacto não passa de uma mera opinião.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O senhor até me diverte, Sr. Deputado. E, portanto, vou-lhe dizer uma coisa: o senhor quer é que médicos e enfermeiros trabalhem de andarilho. É o que o senhor está aqui a defender.

Deputado Carlos Silva (PS): Que idade é que o senhor tem, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: E eles, já cansados, alguns bem perto da reforma, precisam de ser substituídos. Professores, já cansados, precisam de ser substituídos. Sabe porque é que não há jovens? Sabe porquê? Porque, entre 2011 e 2021 (censos de 2011 e de 2021), os Açores perderam 10 mil jovens.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nos seus governos, os Açores perderam 10 mil pessoas — é o inverno demográfico criado pelos senhores. Aí está a responsabilidade.

Muito obrigada.

Deputado Nuno Barata (IL): Olhe, é um dos tais fatores!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para intervir, apenas porque acho que há necessidade de reforçar aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer. Acabámos de perceber que o Partido Socialista, apenas por uma questão de crítica sem sentido, defende que professores, médicos, enfermeiros e outras profissões trabalhem até aos 70 anos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente!

O Orador: ... para não termos problemas de professores nas escolas, de médicos nos

hospitais e de enfermeiros a cuidar da saúde dos Açorianos. Acho que isto é revelador de uma campanha completamente descoordenada e sem sentido por parte do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra apenas para afirmar que é totalmente falso aquelas que foram as declarações do Sr. Deputado, líder da bancada do Partido Social Democrata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não é, não!

O Orador: O que afirmei é que, neste momento, existe uma idade legal da reforma para os Açorianos. Com esta alteração, haverá uma antecipação. Isto significa que, num curto espaço de tempo, haverá mais professores, mais enfermeiros e mais médicos a reformarem-se. E eu queria que o Governo Regional tivesse feito um estudo do impacto desta reforma antecipada.

A verdade é que o Governo Regional tem andado atrás de médicos para trabalharem até aos 70 anos, porque não consegue arranjar médicos...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso não é verdade!

O Orador: ... para as vagas que atualmente abre, porque ninguém se apresenta aos concursos.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A gente, agora, obriga os médicos a trabalhar, tal vergonha!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para repetir que o Sr. Deputado do Partido Socialista que, em nome do Partido Socialista, vem aqui fazer um conjunto de críticas sem sentido a uma proposta que é boa para os Açorianos, repetiu precisamente que entende que esta proposta pode criar um problema nas escolas, nos centros de saúde, em todas as profissões...

Deputado José Miguel Toste (PS): Pois pode!

O Orador: ... em que os Açorianos se possam reformar, quando deve ser o seu direito depois da carreira contributiva que tiveram. E isso, Sr. Deputado, é gravíssimo, porque os senhores, sim, quiseram e querem que os Açorianos, com a sua intervenção, trabalhem até mais tarde e tenham menos tempo para gozar uma reforma, aquilo que é o seu direito em termos de sua esperança média de vida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (Artur Lima): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Ó Sr. Deputado José Toste, atualmente, a idade da reforma é aos 66 anos e 7 meses, permitindo aos professores e aos médicos trabalharem até aos 70, mas já adquiriram o seu direito à reforma aos 66 anos, o que quer dizer que, se o adquirirem aos 62 anos e 7 meses, também podem continuar a trabalhar até aos 70. Não há nenhum problema, senhor. Não consegue perceber isso? Eu tenho muita pena.

Na falta de argumentos, vêm como as contas de sumir e vêm com o fantasma de que vai faltar médicos e enfermeiros. É um desastre, é lamentável o seu argumento, Sr. Deputado. Lamento e, sobretudo, os Açorianos lamentam o alarmismo...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente!

O Orador: ... que o senhor está a fazer a uma medida boa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito desta iniciativa, já falámos muito, mas, infelizmente, discutimos com pouca seriedade um assunto que é demasiado importante.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é da parte do PS! Já tínhamos percebido essa parte!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Falta de seriedade é da sua parte!

A Oradora: Nós já percebemos que há partidos com assento nesta Assembleia que lidam mal com o escrutínio, têm dificuldade em responder às perguntas. Esta é uma questão extensível à Assembleia da República.

A verdade, minhas senhoras e meus senhores, é que houve questões colocadas, quer na comissão, quer, hoje, aqui, que permanecem sem resposta, ou melhor, que tiveram como resposta que não foram estudadas. Aquilo que é avançado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa e pelo Sr. Vice-Presidente do Governo como críticas e fantasmas, na verdade, foram perguntas sem resposta, quer na comissão, quer, hoje, aqui. Ou seja, o Governo não só não teve um parecer jurídico sobre a iniciativa, não estudou juridicamente esta iniciativa, como também nem tão pouco tem o impacto económico e financeiro do que aqui se está a tratar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhora está a mentir!

A Oradora: A este propósito, de facto, já aqui foi dito, já foi invocado por algumas bancadas, que estamos perante alguns argumentos francamente demagógicos e outros francamente populistas. E quando digo isto, digo-o porque era importante que, aqui, hoje, fosse dito, com clareza, se um açoriano que se reforma ou que falece aos 70 anos nos Açores teve condições iguais de descontos e de benefícios na Segurança Social às de quem falece com 70 anos no continente português ou na Madeira. Esta questão é central.

A unicidade do Sistema de Segurança Social o que garante é isso mesmo, que, independentemente da Região do país onde eu resida, têm exatamente os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): No caso dos Açores não têm.

A Oradora: Este é um princípio básico do Sistema de Segurança Social.

Depois, há outras questões que também, aqui, não foram ditas. Avançámos com o argumento da esperança média de vida, mas ignoramos que existem outras regiões do

país, nomeadamente a Madeira e o Alentejo, que tem esperança média de vida abaixo do território nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é falso!

A Oradora: Ignorámos completamente essa matéria, avançando como este sendo um argumento exclusivo da Região Autónoma dos Açores. Quando se diz que isto garante a igualdade, pelo contrário, cria desigualdades, na nossa modesta opinião, num sistema que deve ser, de facto, igualitário no seu acesso e nos seus direitos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS é contra!

A Oradora: Temos legítimas dúvidas quanto à constitucionalidade desta iniciativa. Temos, sim, senhor, é um facto.

O Sr. Vice-Presidente avançou com a questão dos trabalhadores da Base das Lajes. Os trabalhadores da Base das Lajes, como as bordadeiras da Madeira, são grupos homogéneos, que o legislador, e bem, assegura na legislação a nível nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E os Açorianos também são um grupo homogéneo?

A Oradora: Como existem outros que têm a ver com profissões de desgaste rápido, que têm condições excepcionais.

Portanto, apresentamo-nos a este debate, desde o início, com vontade de clarificar não só a nossa posição perante os Açorianos, mas também de obter respostas que não tivemos possibilidade de obter durante a discussão que foi mantida na comissão. E o Governo, infelizmente, mantém a postura que teve na comissão, ou seja, não conseguiu aduzir nenhum argumento adicional àqueles que foram avançados na comissão.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Após esta intervenção, por aquilo que tem sido a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto a esta matéria, em que falam de falta de seriedade e falta de resposta, refiro que as respostas foram dadas no âmbito da comissão. O Sr. Deputado José Toste estava lá, sabe-o muito bem. A verdade é que, quando não existem argumentos, mistura-se tudo no mesmo saco e faz-se disto uma grande confusão.

Nós mantemos a nossa posição, esta é uma boa proposta para os Açorianos, é justa e vem corrigir uma injustiça que se tem verificado há muito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não é esse o entendimento do Partido Socialista, pois saberá o porquê de tomar essa posição.

E vem a Sra. Deputada Andreia Cardoso dizer que os Açorianos não são um grupo homogéneo. Não são?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pelo amor de Deus!

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

A Oradora: Não temos aqui a questão da esperança média de vida?! Vem falar: ah, estou a falar da esperança média de vida. Não podemos falar de outro fator, quando este fator é que influencia quando é que vamos para a reforma. Portanto, não podemos falar aqui de outro fator qualquer, tinha de ser a esperança média de vida.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: É um fator que é comprovado estatisticamente. Os Açores têm uma esperança média de vida inferior. Como tal, os Açorianos são um grupo homogéneo, que estão num situação de injustiça, porque, quando temos o princípio da contributividade, a verdade é que contribuimos o mesmo, mas usufruímos menos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

A Oradora: ... porque está afeto a este fator da esperança média de vida, em que os Açores, infelizmente, têm um valor menor. Por isso, não poderia ser feito de outra forma.

Depois, vem alegar que vai ser uma desgraça porque vamos ficar sem profissionais nas mais diversas áreas. Pois, esse é o vosso entendimento, não é a nossa perspetiva porque acreditamos que isto vai trazer rejuvenescimento à nossa sociedade, que muito importante, dar oportunidade e fixar jovens.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E não podemos tomar medidas com medo do que possa vir, porque, se fosse assim, em outras áreas profissionais, o Governo Regional não teria dado passos significativos para termos melhores carreiras do que, por exemplo, no continente, porque íamos criar uma grande desigualdade. Ah, não vamos mexer, por exemplo, na carreira dos professores porque vamos criar uma grande desigualdade em relação aos professores do continente. Não, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: É exatamente por termos uma realidade arquipelágica, uma realidade diferente, que temos de ter situações diferentes. E não podemos querer meter Portugal todo no mesmo saco porque temos de andar todos iguais uns aos outros. Não é esse o

nosso entendimento, não é essa a nossa visão também sobre esta matéria, à semelhança de outras em que o Grupo Parlamentar sempre posicionou em defesa dos Açores, em defesa da nossa autonomia. Como disse o Sr. Vice-Presidente, e bem, se assim o fosse, hoje, nem teríamos o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. E foi pelo princípio de defendermos, sempre, a importância de termos a nossa autonomia, de não sermos uma Região igual às demais, que nos tem feito avançar, dar passos muito significativos relativamente àquilo que é a nossa realidade arquipelágica, àquilo que é a nossa Região.

Esta medida é para corrigir uma injustiça que todos nós, nesta Casa, sabemos que existe, porque está comprovado. Não é o Sr. Vice-Presidente, não é o Governo, não é a bancada A, B ou C que o diz, são os dados, esperança média de vida é comprovada, é estudada, há um percurso consistente sobre esta matéria. E esta injustiça, todos nós sabemos que acontece, mas queremos fingir que nada se passa e que nada podemos fazer. Não, estamos aqui a dizer presente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é fingir!

A Oradora: E cada um assumirá certamente a sua posição quanto a esta iniciativa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos iniciar a votação da Anteposta de Lei n.º 5/XIII na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteposta de Lei n.º 5/XIII foi aprovada, na generalidade, com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Sra. Deputada Andreia Cardoso, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, pedíamos um intervalo regimental de 30 minutos, por favor. Obrigada.

Presidente: É regimental. Voltamos às 16h50.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Pausa.

Não havendo, vamos colocar à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 20.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 20.º-A foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, e com 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP, do CH e pela Representação Parlamentar do PPM ao n.º 1 do artigo 20.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 20.º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu chamo a atenção da Câmara que, em relação às propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao n.º 7 e ao n.º 8 do artigo 20.º-A, por engano provavelmente do proponente, como a redação é igual à proposta inicial, portanto, não foram colocadas à votação, naturalmente.

Vamos, então, votar o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa,

faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma intervenção, nesta fase dos trabalhos, porque, atendendo às votações que têm ocorrido, nomeadamente no que diz respeito às abstenções do Partido Socialista, para fazer um apelo à Câmara, nomeadamente ao Partido Socialista, o maior partido da oposição: nós entendemos que seria importante, para que este diploma possa ter maior força em termos da sua apresentação na Assembleia da República, que houvesse uma votação forte a favor desta iniciativa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós queremos efetivamente fazer justiça aos Açorianos e queremos efetivamente que os Açorianos tenham reconhecida a sua idade da reforma em termos daquilo que é a justiça do que estamos a propor aqui.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Tal como, no continente, estamos a fazer todos os esforços possíveis para evitar uma crise política e eleições antecipadas, eu peço ao Partido Socialista, o maior partido da oposição nos Açores, que tenha consciência da importância que tem para todos os Açorianos podermos baixar a idade da reforma nesta Região.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que o Sr. Deputado João Bruto da Costa se tinha levantado para responder às questões que o Governo não respondeu, quer na comissão, quer no Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ó senhora, o Governo respondeu a tudo!

A Oradora: Estas questões são essenciais para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pudesse tomar uma posição diferente daquela que tomou hoje, se tivessem sido esclarecidas as dúvidas de constitucionalidade, a fundamentação e a argumentação que foi aqui aduzida e que não foi claramente justificada.

Eu acho que, realmente, essa meia hora talvez tenha servido para o Sr. Deputado João Bruto da Costa ver o que se está a passar a nível nacional e tentou fazer aqui uma réplica, mas não há qualquer semelhança, aliás, só mesmo pura coincidência. Portanto, não me parece que esses apelos e essa bonomia que o assaltou nos últimos 30 minutos... Se estivesse verdadeiramente preocupado, com certeza, oportunamente, apelaria ao que quisesse, nomeadamente à resposta, por parte do Governo, às questões que nós colocámos.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, o Governo respondeu a tudo. A senhora falta à verdade quando diz que o Governo não respondeu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo respondeu a tudo. Isso é desonestidade política e intelectual a todo o nível da sua parte.

E mais, se fizeram algumas perguntas na comissão, porque é que não esclareceram na comissão o que tinham para esclarecer? Não o fizeram, porque quiseram vir fazer politiquice barata, que foi o que a senhora acabou de fazer aqui.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar, com a humildade democrática de quem percebe a importância que tem este diploma para a vida dos Açorianos e como é importante também o Parlamento dos Açores ter uma palavra mais fortalecida de apoio àquela que é uma proposta que é boa e é justa para os Açores, que noto, infelizmente, Sra. Deputada, um padrão no Partido Socialista de cá, como no de lá, que é: não quer saber das respostas, interessa-lhe é continuar a inventar dúvidas para não responder como deve ser aos diplomas.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Padrão, há no PSD, que se escusa ao escrutínio cá e lá. Esse é o único padrão que eu consigo encontrar neste momento.

Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E mais, quanto a respostas e a questões, o Partido Socialista pediu um parecer jurídico que alegadamente o Governo tinha, mas isso não existia. Na verdade, o que existe é a cópia da proposta que foi apresentada. Não existe qualquer justificação jurídica que nos dê segurança, nomeadamente quanto à constitucionalidade da iniciativa.

Quanto ao resto, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já teve a oportunidade de manifestar sua posição na votação na generalidade. E fá-lo-á, agora, na votação na especialidade.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, se dúvidas houvesse quanto à falta de coerência do Partido Socialista no que diz respeito à sua análise, um partido que tem 23 deputados...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Os mesmos que o PSD, por acaso.

O Orador: Mas nós não temos dúvidas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E nós também não!

O Orador: E os esclarecimentos jurídicos, nós também os fazemos e pedimos, também

os completamos, mas, como tem juristas na sua bancada, se calhar, podia dar-se ao trabalho de lhes pedir alguma opinião.

Dizer que, infelizmente, Sra. Deputada, nós assistimos, aqui, a uma forma de fazer oposição que não nos parece que seja coerente com os pergaminhos do Partido Socialista, quer na defesa dos Açores, quer na defesa dos Açorianos, quer na defesa da autonomia.

Esta proposta diz muito em relação àquilo que é o nosso entendimento sobre aquilo que deve ser a diferenciação dos Açorianos relativamente àquilo que é justo e direito, tendo em conta a circunstância que existe nos Açores quanto à esperança média de vida no caso concreto.

Eu fiz um apelo e lamento se o Partido Socialista não nos acompanhar em votação final global na aprovação este diploma, porque ele é efetivamente importante para a vida dos Açorianos e para o nosso futuro. Faço este apelo porque, na República, também temos, com humildade, feito um apelo para que não obriguemos os portugueses a ir a eleições. Pelos vistos, o PS está deseioso que aconteçam.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse, já percebemos que o PSD está, claramente, em campanha eleitoral. Este momento e essas intervenções do Sr. Deputado João Bruto da Costa são a prova disso mesmo, ou seja, o PSD entrou, de facto, em campanha eleitoral. Está algo desnorteado e, portanto, faz um apelo, que a gente já percebeu o que é que ele quer

dizer... Nós colocámos as questões que tínhamos a colocar, votámos como temos de votar.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Apoiámos iniciativas por unanimidade, que já foram apresentadas inclusivamente com contributos nossos. Fá-lo-emos sempre que necessário, mas não será este o caso, ou seja, temos fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade da iniciativa, é verdade, suportadas em pareceres jurídicos, também eles bem fundamentados.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E da Base das Lajes!

A Oradora: Portanto, não estamos a inviabilizar a iniciativa, estamos a garantir que ela será aprovada pela maioria que sustenta este Governo.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

O PS esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sra. Deputada, eu, enquanto Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em defesa dos interesses dos Açorianos, não desejo que ocorram eleições antecipadas na República.

Deputado Carlos Silva (PS): Basta o Primeiro-Ministro querer.

O Orador: E ainda tenho esperança (pode ser ingenuidade) que, hoje, haja a possibilidade de não existirem eleições antecipadas.

Agora, eu pergunto: onde é que está aquele PS que dizia que devemos testar os limites da constitucionalidade na defesa dos interesses dos Açores e dos Açorianos?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Sra. Deputada, reitero o meu apelo: este diploma é bom e é justo para os Açorianos, e queremos que tenha força suficiente na República para vingar e para fazer essa defesa. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero relembrar que, em sede de comissão, foi pedido ao Sr. Vice-Presidente um parecer jurídico, e o Sr. Vice-Presidente, no momento, não tinha. Portanto, nós também temos de ser claros para as pessoas que nos estão a ouvir em casa.

Deputada Marta Matos (PS): Isto não é um parecer jurídico, é uma anteproposta.

A Oradora: O Sr. Vice-Presidente, no momento, não tinha o parecer o jurídico. Posteriormente, enviou à Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que, por sua vez, enviou para todos nós. Está aqui para os Açorianos verem e saberem que há

um parecer jurídico sobre esta matéria, portanto, um parecer que foi feito e que não falaram nele. Um parecer, um estudo... há aqui um trabalho feito.

Foi pedido pelo Sr. Deputado José Miguel Toste, o Sr. Vice-Presidente disse que enviava e enviou. E está aqui explicada a razão pela qual o povo açoriano deve ter a reforma aos 64 anos e 2 meses. Portanto, vamos ser sérios e falar nisto, pois chegou junto de todos nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente da Assembleia, eu vou fazer entregar, na Mesa, uma notícia de 31 de dezembro de 2014, em que o Sr. Deputado João Bruto da Costa entendia que era necessário avaliar os fundamentos que justificam a alteração da idade da reforma, uma vez que há fatores que influenciam esta questão, não apenas o aumento da esperança média de vida, mas a sustentabilidade do sistema, a organização da sociedade. Portanto, as certezas de hoje são as dúvidas de ontem. Sr. Presidente, farei entregar esta questão à Mesa.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa distribuirá às Sras. e aos Srs. Deputados.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, em 10 anos, certamente eu tive a oportunidade de estudar o suficiente...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente, teve tempo!

O Orador: ... e de saber que isto é justo e é bom para os Açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Estudasse!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade às votações.

Entramos no artigo 3.º do diploma. Vamos votar a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 37.º, efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 37.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 1 voto a favor do BE e 1 do PAN, e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos votar o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os artigos 4.º e 5.º em conjunto.

Pausa.

Não havendo oposição da Câmara, vamos votar os artigos 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 4.º e 5.º foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Anteproposta n.º 5/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra da IL, e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Sra. Deputada Cecília Estácio, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Estácio** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, como não poderia deixar de ser, votou favoravelmente esta anteproposta de lei e manifesta o seu agrado pela aprovação, hoje, nesta Assembleia.

Esta anteproposta demonstra a preocupação deste Governo Regional na correção da injustiça na atribuição da pensão de velhice aos açorianos e açorianas. Os Açorianos têm uma esperança média de vida abaixo da média nacional, contribuem os mesmos anos e nos mesmos termos para o Sistema de Segurança Social, mas, à partida, vivem menos e, por isso, gozam menos tempo da sua pensão de velhice do que a restante

população.

Com esta alteração, os residentes na Região Autónoma dos Açores contribuirão durante cerca de menos de 2 anos e 7 meses para o Sistema de Segurança Social, antecipando, assim, a idade de acesso à pensão de velhice.

Nenhum açoriano, que nos esteja a ver agora, está indiferente a esta votação e à aprovação desta anteproposta.

Com esta anteproposta, reafirmamos, como sempre, o compromisso deste Governo Regional de melhorar a qualidade de vida de todos os Açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação desta anteproposta de lei por dois motivos fundamentais: em primeiro lugar, por esta proposta não ser de aplicação imediata através do Orçamento da Região, beneficiando, assim, aqueles que dela poderiam usufruir no imediato.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Qualquer anteproposta de lei é assim. O senhor é contra os Açores. Seja honesto.

O Orador: Foi uma opção do Governo, que propôs que fosse uma medida a ser aprovada na Assembleia da República, levando a que a sua implementação não dependa deste Parlamento.

Em segundo lugar, esta proposta mantém algo com que discordamos profundamente, que é a associação da idade da reforma com a esperança média de vida. Esse é um

princípio sobre o qual nós sempre tivemos as maiores discordâncias e sempre combatemos. Sempre defendemos, desde que esta medida foi implementada, que a idade da reforma deve ser fixada, conforme defendemos, nos 65 anos.

E é por isso que não podemos acompanhar uma proposta que, na melhor das hipóteses, fará com que os Açorianos, se a esperança em média de vida aumentar, tenham um período de alguns anos em que se poderão reformar mais cedo. Apenas se as coisas correrem mal e se nós tivermos uma esperança de média de vida inferior é que teremos esse benefício de nos reformarmos mais cedo do que os cidadãos do continente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Obviamente, aplica-se o regime mais favorável. O senhor não leu a proposta?

O Orador: Ora, este é um princípio que não nos parece, de modo algum, aceitável nem aquele que melhor serve os interesses dos Açorianos. Aquele que melhor serve é, efetivamente, a fixação da idade da reforma, no país e nos Açores, nos 65 anos. Por isso, não pudemos votar favoravelmente, abstivemo-nos, porque, naturalmente, queremos dar um sinal de que mexer na idade da reforma, reduzi-la e beneficiar quem trabalhou uma vida, quem trabalhou mais de 40 anos, porque trabalhou muito e merece reformar-se enquanto tem qualidade de vida. E este é um desígnio que nós temos de procurar garantir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso foi um voto contra.

O Orador: ... na votação desta proposta, porque nunca foi nosso propósito ser um obstáculo à aprovação desta iniciativa. Não obstante, ao longo do debate, procurámos

trazer, aqui, um conjunto de argumentos que melhorassem e que dessem mais força a essa iniciativa, designadamente preocupa-nos o facto de esta iniciativa ter sido feita sem ter em atenção as dúvidas de constitucionalidade que, em relação à mesma, possam vir a ser levantadas.

Foi nosso propósito, aqui, neste debate, que a proposta que daqui saísse fosse uma proposta fortalecida, uma proposta reforçada em termos argumentativos, no sentido de, na Assembleia da República, ela ter um melhor acolhimento. O que aqui foi feito foi a apresentação de uma proposta que não tem o sustentáculo necessário e que, infelizmente, pode ser, apenas e só, uma tentativa de iludir os Açorianos.

Por isso mesmo, a posição do Partido Socialista foi no sentido de se abster em relação a esta iniciativa.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votou a favor desta proposta porque a considera um passo fundamental para o futuro dos Açorianos e dos Açores.

Faz-nos testar, como já foi aqui dito, os limites da nossa autonomia.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal, há dúvidas.

O Orador: É para isso que estamos, nesta Casa, sentados durante uma semana inteira.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: É preciso também esclarecer que aquelas dúvidas que aqui foram levantadas sobre a questão de que ficaremos sem professores, sem profissionais de

saúde e sem aquelas profissões que o mercado mais necessita, não é verdade. Há que diferenciar a obrigatoriedade de trabalhar e a opção de trabalhar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E os Açorianos têm direito a esta opção, têm direito a se reformar mais cedo. Para isso, aqui estamos e aprovámos esta proposta, contrariamente aos outros partidos políticos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do CDS-PP votou, convictamente, a favor desta proposta, uma proposta que corrige uma injustiça social e política de longos anos. Esta iniciativa vem exatamente colmatar esta situação.

Não viemos aqui iludir os Açorianos, iludir os Açores, mas, sim, marcar a nossa posição de algo que acreditamos convictamente, não de agora, mas de há muito, relativamente ao que tem de ser corrigido. Iludir os Açorianos, parece-nos que será a posição que fomos vendo ao longo do debate, muitas vezes tentando criar situações e não respostas a perguntas que nunca foram colocadas. Todas as respostas foram dadas, o parecer jurídico constou do nosso trabalho de comissão, e todos pudemos ter, de uma forma clara, acesso a esta iniciativa, àquilo que poderá trazer de bom para os Açorianos. E cada um mostrou aquela que era a sua posição.

Por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em relação a esta proposta, continuamos convictos das melhorias que poderá trazer, não só por ter os Açorianos a reformarem-se aos 64 anos e 2 meses, mas por ser um ato de justiça social e política, ser o aprofundamento da nossa autonomia, para além dos benefícios, é preciso dizer, quanto ao rejuvenescimento da população ativa e à fixação de jovens que esta iniciativa

também trará.

Vamos estar, aqui, sempre, a dizer presente naquilo que poderá ser a melhoria de vida dos Açorianos e na defesa dos Açores, será essa a nossa postura. Estaremos aqui para testar os limites da nossa constitucionalidade, sempre na defesa dos Açorianos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Creio não existirem mais intervenções para declarações de voto.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para...

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Sr. Presidente, uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 55 minutos.

Eram 17 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas.

Vamos entrar no ponto 3 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII — “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A importância da educação na primeira infância é amplamente reconhecida, sendo essencial para o desenvolvimento holístico das crianças.

O Conselho Nacional de Educação, através das Orientações Pedagógicas para a Creche, destaca a necessidade de proporcionar contextos e experiências que promovam o desenvolvimento integral desde os primeiros anos de vida. É, em primeiro lugar, por isso que o Bloco de Esquerda apresentou este projeto de decreto legislativo regional, com o objetivo de criar a Rede Pública de Creches na Região Autónoma dos Açores. Esta iniciativa visa garantir o acesso universal, gratuito e facultativo à creche para todas as crianças na Região, desde o fim da licença parental até aos 3 anos de idade.

Atualmente, as creches, nos Açores, não estão inseridas no sistema de ensino, sendo geridas por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em cooperação com a Segurança Social, que as financia e fiscaliza.

Não descartamos, com esta proposta, a resposta existente no setor social. Pelo contrário, integramos a resposta existente na rede pública, mas traçamos um caminho de desenvolvimento futuro de uma rede pública, aliás, em linha com a opinião do Conselho Nacional da Educação, que, no seu parecer a esta iniciativa, diz: “O Conselho Nacional de Educação considera pertinente a criação de uma rede pública de creches na Região Autónoma dos Açores, que deve ser complementar às redes solidária e privada já existentes e com as quais deve articular, garantindo o acesso universal e gratuito a todas as crianças menores de 3 anos.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este não é um passo inédito: a escola pública também se universalizou, abrangendo cada vez mais parcelas do território e níveis de ensino, para chegar a todas as crianças e jovens. Isso significou um avanço civilizacional incomparável para os Açores e para o país.

É cada vez mais reconhecida também a função pedagógica da creche, por isso não podem ser excluídas da resposta que o Estado, neste caso a Região, dá a todas as crianças. A Região não se pode demitir de criar e gerir ela própria a resposta social e

pedagógica das crianças até aos 3 anos de idade.

Se há escolas públicas para as crianças a partir dos 3 anos, por que motivo não podem existir creches públicas para as crianças com menos de 3 anos de idade?

A creche pública é o caminho certo para assegurar vagas suficientes para todas as crianças.

Segundo dados remetidos pelo Governo Regional à Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito desta mesma iniciativa, há 383 crianças em lista de espera para creches nos Açores. Segundo o relatório do Estado da Educação de 2023 do Conselho Nacional da Educação, nos Açores, a taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância foi de 45,9 %. Estes dados revelam o enorme percurso que há a fazer.

Embora as creches se tenham tornado gratuitas para todas as famílias com a entrada em vigor do Orçamento de 2023, a falta de vagas continua a ser um problema crítico. O próprio Conselho Nacional de Educação salienta, no relatório do Estado da Educação de 2023, que a gratuitidade é uma medida importante, mas insuficiente para garantir a universalidade do acesso.

Além disso, os resultados dos censos de 2021 indicam uma diminuição da população residente na Região, o que reforça a necessidade de medidas que incentivem a natalidade.

A garantia de uma resposta de creche pública, gratuita, universal e facultativa terá um impacto positivo na vida das famílias, contribuindo para a decisão de ter filhos e, consequentemente, estimulando a natalidade.

Face ao cenário dramático relativo aos resultados escolares da Região Autónoma dos Açores, para muitas crianças, o acesso à creche é a oportunidade crucial de combater ciclos de pobreza e ultrapassar o insucesso e o abandono escolar precoce.

O próprio planeamento do ensino básico deve fazer-se a partir de um trabalho integrado que tenha em conta todo o período dos 0 aos 6 anos de idade.

Diante deste cenário, a criação da Rede Pública de Creches é uma medida essencial para assegurar condições de igualdade no acesso à educação infantil de qualidade. Esta

iniciativa não atende apenas a uma necessidade social, mas também concretiza o direito à educação desde o nascimento, conforme definido na Constituição da República Portuguesa. É um passo significativo na promoção da inclusão, igualdade de oportunidades e coesão social dos Açores.

Perante as dificuldades e a escassez, a resposta tem de ser a igualdade, a inclusão, a solidariedade e o investimento; o contrário de colocar crianças filhas de pais desempregados no fim da fila, como lamentavelmente este Parlamento aprovou no ano passado.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, não acompanhamos este projeto por três razões.

Primeira razão: debatemo-nos com falta de resposta das creches em algumas ilhas.

Contudo, de acordo com esta iniciativa, excluímos liminarmente os privados, de onde se conclui que é mais importante o Bloco de Esquerda defender os seus princípios ideológicos, do que se encontrar solução para as crianças até aos 3 anos.

Deputado José Sousa (CH): Ora bem!

A Oradora: Segunda razão: consideramos que as funções primordiais do Estado, neste caso do Governo Regional, é de regulador, fiscalizador e, no caso da educação, enquanto direito constitucional, financiador.

Deputado José Sousa (CH): Muito bem!

A Oradora: Adicionar a função de gestão, na nossa opinião, não acrescenta qualidade

e distrai o Governo das funções essenciais. Aliás, a separação de funções é, por princípio, benéfica.

Terceira razão: no preâmbulo do projeto de decreto legislativo regional do Bloco de Esquerda é referido que “as creches não estão inseridas no sistema de ensino, sendo que as respostas sociais para a primeira infância são essencialmente protagonizadas por IPSS”. Daqui se depreende que, segundo o Bloco de Esquerda, o papel das IPSS é incompatível com a inserção das creches no sistema de ensino.

Deputado António Lima (BE): Não leu a proposta.

A Oradora: Também se depreende que este projeto de diploma teria como consequência a estagnação das IPSS, retirando-lhes a possibilidade de aumentar a capacidade das suas creches e integrar esse aumento na rede pública através de acordos de cooperação.

Volto a referir: não subscrevemos a solução restritiva do Bloco de Esquerda para a rede de creches.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvindo o Sr. Deputado António Lima da tribuna — confesso que, por momentos, achei ter sido propositado (e foi) —, o Sr. Deputado não faz qualquer tipo de menção àquilo que foi o caminho escolhido pelos governos de coligação no que se refere ao acesso às creches por parte das famílias açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Faz de conta que não aconteceu nada, que não foi este Governo pioneiro no acesso gratuito às creches, que não foi este Governo o primeiro a decidir introduzir o tema da universalização das creches.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Sr. Deputado, sejamos honestos, não sou eu que estou a dizer isto, é a prática, é a vida real. Foi este Governo que decidiu que todas as famílias açorianas poderiam ter acesso gratuito às creches. Isto é o dia a dia. E isso fez com que, inevitavelmente, existisse uma lista de espera, que, curiosamente, em 2022, ascendia a oitocentas crianças e que, à data de 31 de janeiro, se situava em 383. E, portanto, até nisto, mesmo sabendo que o acesso é gratuito, que caminhamos no sentido da universalização do acesso às creches, houve uma redução de crianças em lista de espera. E se houve uma redução, foi porque, inevitavelmente, este Governo conseguiu criar mais lugares disponíveis para as crianças.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E só nestas duas últimas legislaturas foram 805 lugares. Portanto, isto é factual, não é a Secretária Regional que o diz, é o que acontece no dia a dia.

Infelizmente, ainda há uma lista de espera. E, naturalmente, é nosso compromisso continuar a dar resposta a todos aqueles que ainda precisam e que ainda não têm um lugar disponível em creche.

Gostaria também de dizer que, efetivamente, quer o XIII quer o XIV Governos da coligação têm sido inovadores com esta medida, que acabou por ser disruptiva...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

A Oradora: ... e permitiu uma poupança às famílias açorianas que ascende a 4 milhões

de euros à data de 31 de dezembro de 2024.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E também porque é preciso continuar a criar condições às crianças e às famílias açorianas, convém lembrar que há uma variação muito significativa daquele que é o financiamento aos nossos parceiros do setor. Se, em 2020, o financiamento para as creches se situava nos 12,8 milhões de euros, chegamos a 2024 com um financiamento que ascende aos 22,7 milhões de euros. Portanto, há uma variação muito significativa daquilo que tem sido o caminho traçado pelos governos de coligação, que, invariavelmente, vão dar uma melhor resposta às famílias da Região Autónoma dos Açores.

Não obstante e reconhecendo que ainda há uma resposta que tem de ser dada, porque há uma lista de espera, há investimentos que já foram concluídos e há outros já se iniciaram ou estão a decorrer. Aquilo que se pretende é continuar a garantir um lugar para todas as crianças.

Gostaria também de dizer que o caminho traçado pelo Governo Regional neste âmbito, não só devido às obras efetuadas ou àquelas que poderão ser feitas, mas perante a legislação nacional, nomeadamente uma portaria de 2023, veio permitir aumentar o número de lugares em creche. Mas esse aumento não foi feito de forma ilegal. Não.

Deputado António Lima (BE): Ninguém disse isso.

A Oradora: O Instituto da Segurança Social fiscalizou as entidades que tinham a possibilidade de fazer crescer mais dois lugares por sala, portanto, não foi feito sem que houvesse fiscalização. Sim, é uma competência do Instituto da Segurança Social continuar a fazer esse trabalho. Por isso, tivemos, à custa desta possibilidade, um aumento bastante significativo nas instituições.

Também temos obras já previstas. E convém, aqui, falar naquilo que está a decorrer.

Na ilha de São Miguel, já está a decorrer: a construção da Creche de Santo António, que vai possibilitar um aumento de 42 novas vagas; a ampliação da Creche da Mãe de Deus, que também vai permitir um aumento de 24 vagas, que ainda está em fase de elaboração do projeto; a possibilidade de uma construção no Nordeste, cuja candidatura está em análise; a possibilidade da construção de uma creche na Lagoa, cuja viabilidade do investimento está a ser analisada neste momento.

A nível da ilha Terceira, temos: a construção de creche e ATL (Centro de Atividades de Tempos Livres) em Santa Bárbara, em que será feita a aquisição do respetivo terreno; em São Mateus, também está prevista uma creche, cujo terreno já foi identificado e tem de se proceder à sua aquisição; e temos ainda a reconversão do Jardim de Infância da Mãe de Deus (da Cáritas), na medida em que será reconvertido de jardim de infância para creche.

Em São Jorge, também temos um investimento previsto que vai permitir uma ampliação de vagas, bem como na ilha das Flores e na ilha do Pico.

Quer isto dizer que estão planeados investimentos. Alguns deles não estarão concluídos até 2026, data que o Sr. Deputado apresenta no seu decreto legislativo regional para estar concluída a criação da rede pública. Portanto, não será, de todo, exequível na forma como o Sr. Deputado aqui apresenta.

Deputado António Lima (BE): Apresentem uma proposta de alteração.

A Oradora: Gostaria de lhe dizer que, em relação à iniciativa, ela apresenta, naturalmente, fragilidades. Ó Sr. Deputado, em 1 ano não se constrói uma creche de raiz, não é possível. E, portanto, não é possível estabelecer esse prazo.

Algumas dessas fragilidades foram identificadas não só pelo Governo Regional, mas também nas várias audições que decorreram, portanto, não é só um apontamento da nossa parte.

Para mim, a principal falha do DLR é que o Sr. Deputado, de forma irresponsável ou responsável, não diz como é que pretende operacionalizar o decreto legislativo regional. Não sabemos, o Sr. Deputado não dá essa indicação.

Deputado António Lima (BE): O Governo diz sempre que é impossível.

A Oradora: A Região não tem uma rede pública, ao contrário do que existe nas grandes empresas a nível nacional, nomeadamente a nível dos hospitais e das universidades, mas tem uma rede social nesta matéria, que conta com contributos dos parceiros privados sem fins lucrativos — palavra esta que, percebo, causa algum desconforto ao Sr. Deputado —, conta também com o apoio dos privados a breve prazo, após a regulamentação de um diploma que foi aprovado nesta Casa recentemente, e temos os parceiros do setor, naturalmente, que sempre deram uma resposta adequada no âmbito das creches.

Penso que seria importante conseguirmos entender melhor como é que o Bloco de Esquerda quer operacionalizar esta iniciativa. Das duas, uma: ou o Bloco de Esquerda pretende que a atual rede de creche, já com contratos de cooperação e valor por cliente estabelecidos, através do Instituto de Segurança Social, passe para a rede pública (não sabemos); ou, então, o Bloco de Esquerda pretende iniciar um processo de regionalização da atual rede social.

Deputado António Lima (BE): Nem uma coisa nem outra. Basta ler a proposta.

A Oradora: Gostaria de obter essa resposta, para conseguir perceber melhor o que é que o Sr. Deputado pretende.

Tenho de lembrar ao Sr. Deputado que a maior parte dos imóveis onde funcionam as creches nem são da Região.

Deputado António Lima (BE): Alguns são.

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, estamos aqui a falar de custos que, à data de hoje, não estão estimados. A Região tem de adquirir esses imóveis?

Deputado António Lima (BE): Isso não está escrito em lado nenhum.

A Oradora: A Região tem de passar a ser responsável pelo financiamento para os recursos humanos, para serviços externos? Não se percebe o que é que o Bloco de Esquerda pretende.

Risos do Deputado da bancada do BE.

Não se ria. Acho que isto é um assunto demasiado sério para levar ao seu riso.

Deputado António Lima (BE): Isso é ridículo que só mesmo rindo!

A Oradora: Peço que o Sr. Deputado consiga esclarecer esta Câmara, porque, infelizmente, na proposta que apresenta, não está plasmada a sua intenção.

De qualquer forma, o Governo está disponível, como tem estado até hoje, para continuar a dar resposta às famílias açorianas, uma resposta que tem sido acertada. Temos a certeza de que este é o caminho que fará a diferença às nossas crianças e, naturalmente, à rede que está em vigor.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As creches desempenham um papel vital no desenvolvimento integral das crianças, oferecendo um ambiente seguro e estimulante para o seu crescimento. Creches acessíveis e de qualidade ajudam a combater o abandono escolar precoce e promovem competências escolares desde a primeira infância. São ainda fundamentais para a deteção precoce de dificuldades ou vulnerabilidades, facilitando intervenções rápidas e eficazes e contribuindo para o bem-estar geral da população. Portanto, a criação de uma rede pública de creches deve ser avaliada à luz do superior interesse da criança, sendo que este deve ser, em primeira instância, o princípio orientador de todas as decisões políticas e públicas nesta área.

Neste sentido, saudamos o Bloco de Esquerda por trazer, a esta Casa, esta iniciativa, colocando na ordem do dia um assunto de tamanha relevância, até enquanto ferramenta para o combate à pobreza e exclusão social.

Esta rede é, de facto, fundamental para promover os direitos das crianças na Região Autónoma dos Açores, garantindo-lhes um ambiente propício ao seu desenvolvimento, tanto ao nível emocional como educacional.

Foi, aliás, com a convicção de que a gratuidade e a universalidade das crianças deve ser um desígnio regional...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E é.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passou a ser.

A Oradora: ... que o Presidente do Partido Socialista incluiu esta prioridade nas 11 medidas apresentadas ao Presidente do Governo Regional dos Açores, tendo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, neste mesmo sentido, apresentado uma proposta de alteração, no âmbito do Plano e Orçamento para 2025, que visava o aumento imediato de vagas em creches, jardins de infância, amas, ATL, a qual foi rejeitada, nesta Casa, pela maioria dos partidos.

Relembro também o projeto de DLR, recentemente apresentado pelo Partido Socialista, a decorrer os trâmites em comissão, que visa tornar mais atrativo o exercício da atividade de ama, garantindo-lhes uma maior e melhor estabilidade laboral.

A verdade é inequívoca e está à vista de todos: faltam vagas em creche.

O caminho tem de ser o de tudo fazer para conseguirmos assegurar um futuro mais equitativo para todas as crianças, pois só assim seremos capazes de quebrar os ciclos de pobreza e o desfavorecimento entre gerações.

Nunca é demais lembrar que a desigualdade e a exclusão em idade precoce têm enorme impacto na capacidade das crianças de virem a ser bem sucedidas. Citando o Prof. Fernando Diogo, “o que se passa na infância não fica na infância, pelo contrário, acompanha o indivíduo para todo o sempre”.

Não obstante, importa lembrar que o financiamento das creches na nossa Região é

assegurado pelo Governo da República e que a criação de uma rede pública de creches, no cenário atual, iria transferir para a Região esta responsabilidade de financiamento, o que julgamos não se afigurar desejável nem tão pouco viável, considerando o Orçamento Regional em execução.

Ainda assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende a necessidade de serem revistos e reforçados os acordos de cooperação com as IPSS e Misericórdias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto é que já subiram os acordos com o nosso Governo?

A Oradora: ... cujo trabalho nesta área em particular é de enorme relevância, sob pena de estarmos a colocar na sua alçada a responsabilidade de garantir um serviço de qualidade nas valências de creche, sem que tal desidrato seja acompanhado de um financiamento capaz de cobrir as despesas inerentes ao saudável funcionamento destas instituições.

Em paralelo, urge reconhecer, de forma justa e equitativa, os educadores de infância que exercem a sua profissão em IPSS e em creches privadas, garantindo que os seus direitos em nada diferem daqueles que optaram pela carreira no ensino público. Se continuarmos a ignorar esta desigualdade, continuamos a assistir à demanda de educadores do setor privado, social e cooperativo rumo aos estabelecimentos de ensino público.

Importa também salientar que julgamos ser difícil, senão mesmo impossível, cumprir com o referido na alínea a) do ponto 2 desta iniciativa, que insta ao Governo Regional assegurar, até 2026, a criação das vagas necessárias à universalização do acesso à creche para crianças até aos 3 anos. Considerando que a taxa de cobertura de creche na Região Autónoma dos Açores, segundo o que foi dito em sede de Comissão de Assuntos Sociais pela Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, era de 51,6 % em 2023, teríamos obrigatoriamente de conseguir duplicar o número de vagas em creche num curto hiato temporário, o que, apesar de desejável, nos parece ser um objetivo pouco realista ou até mesmo inalcançável.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende ainda que as creches não podem nem devem ser apenas uma resposta social, mas, sim, uma resposta educativa de qualidade, acessível a todas as crianças desde a mais tenra idade, independentemente das suas condições económicas ou da situação laboral dos seus progenitores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mantiveram sempre as pessoas de mão estendida.

A Oradora: Para alcançar este objetivo, é fundamental aumentar a capacidade instalada, sem descurar os critérios pedagógicos, apostando na formação dos recursos humanos, numa maior abrangência no que aos horários destes equipamentos diz respeito, tendo em conta as necessidades das famílias açorianas e na garantia de qualidade das infraestruturas físicas. É, por isso, essencial que se progrida no sentido da universalidade da resposta e da gratuidade do acesso à valência de creche, sendo este um compromisso que devemos assumir, com determinação e responsabilidade, considerando que o futuro das nossas crianças é o futuro da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos esta iniciativa relativamente à rede pública de creche. A verdade é que esta matéria das creches tem sido amplamente discutida nesta Assembleia.

Parece-nos, desde o início deste debate, que o Bloco de Esquerda ignora, sem dúvida,

aquele que tem sido o trabalho desenvolvido por este Governo de coligação, quer pelo XIII Governo, quer pelo XIV Governo, naquilo que se refere à importância e à amplitude que se deu com a gratuidade das creches.

Sem dúvida, esta é uma resposta educativa e social importante. Exatamente por reconhecer essa importância, o Governo Regional, desde início, tomou como medida a gratuidade das creches.

Aliás, voltando um bocadinho atrás, até depois daquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Inês Sá, lembrar que a questão da gratuidade das creches se iniciou numa proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP em sede de Orçamento para 2020. O nosso intuito seria alcançar a gratuidade das creches, mas, na altura, o Governo do Partido Socialista dizia que não podia ser, e a proposta foi concretizada até ao 7.º escalão.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É verdade, bem lembrado.

A Oradora: Pena é que, nessa altura, o Partido Socialista não tenha tido essa postura, porque, se calhar, já tínhamos as creches gratuitas na nossa Região há mais tempo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Mas em boa hora chegou o Governo de coligação, está a governar a nossa Região e considerou importante e relevante esta gratuidade, fazer esse caminho para que todas as crianças tenham um acesso gratuito à creche.

A verdade é que, e isso é incontornável, hoje em dia, temos mais crianças em creche do que tínhamos anteriormente. Tem sido, e é preciso também dizê-lo, uma poupança significativa, cerca de 4 milhões de euros, para as nossas famílias. Mas, acima de tudo, criámos mais de 805 vagas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Tínhamos, em 2020, setecentas crianças a beneficiar. Temos, atualmente, mais de 4500 crianças.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É um trajeto positivo desta Região, que foi implementado por este Governo de coligação. É inegável este percurso, sem qualquer paralelo, que temos tido, nesta Região, quanto a esta matéria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sem precisar do Bloco de Esquerda.

A Oradora: Tem existido um trabalho desenvolvido por parte do Governo Regional, é nesse sentido que o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que se deve continuar a trabalhar, com o intuito de aumentar a capacidade instalada, de requalificar as respostas que já existem, mas também a construção de novas infraestruturas. Todo esse percurso tem sido desenvolvido por parte do Governo Regional. É verdade que existem situações mais críticas, que estão e sempre foram, desde o início, sinalizadas por parte do Governo, que tem trabalhado afincadamente por forma a dar essa resposta, porque o nosso propósito é, sem dúvida, que todas as crianças da nossa Região tenham acesso a uma vaga de creche.

Depois, é preciso também referir a importância dos parceiros nesta boa resposta que temos na nossa Região, porque temos uma boa resposta relativamente à valência de creche por parte das instituições com esta competência. Acho que é reconhecido por todos, quero acreditar que sim, que as instituições têm tido um papel fundamental e têm sido parceiras fundamentais do Governo Regional, dando uma resposta de qualidade às crianças, de uma forma educativa, e às famílias.

E também, hoje, no debate desta iniciativa, é preciso reconhecer esse trabalho, esse percurso feito pelas nossas instituições, pelo setor privado e por todos aqueles que dão uma resposta às nossas crianças e às famílias.

Por isso, parece-nos que o caminho não é este que é apresentado pelo Bloco de Esquerda, mas, sim, o caminho que tem sido trilhado por este Governo Regional em dar continuidade a esta resposta, uma iniciativa sem qualquer paralelo na nossa Região...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E no país.

A Oradora: ... e no nosso país, da gratuidade das creches, que foi implementada por este Governo Regional.

E não foi por temer que seria um percurso difícil, que teríamos de trabalhar — e foi isso que o Governo fez desde a primeira hora — afincadamente para dar a melhor resposta, que não se tomou a decisão de avançar com a gratuidade das creches, ao contrário do que tinha acontecido em 2020. Por isso, as creches gratuitas, hoje, são uma realidade na nossa Região graças a este Governo de coligação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse, com este diploma do Bloco de Esquerda, fica claro o cisma ideológico entre o Bloco de Esquerda e a Iniciativa Liberal; nada mais contra.

Mas antes de ir à proposta do Bloco de Esquerda, queria ainda dizer, sem qualquer tipo de constrangimento, que, se há assunto em que se deve realçar a grande conquista dos últimos dois Governos Regionais, é este das creches.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Só este?

O Orador: Não fomos totalmente a favor da gratuidade para todos os escalões, porque entendemos que aqueles que mais podem poderiam ter continuado a fazer um esforço no sentido de contribuir para que outros pudessem ter creche gratuita, até porque, ainda na altura em que aprovámos este diploma da gratuidade das creches, havia uma enorme falta de vagas para creche na Região Autónoma dos Açores, que, felizmente, foi sendo colmatada.

Não obstante, e já no debate que aqui foi feito em 2024, aquando de uma iniciativa do CHEGA, alertámos para a necessidade de melhorar, desregulamentar e desburocratizar o acesso das empresas e até das IPSS à instalação de unidades para a educação na primeira infância, de creches, porque entendemos que é esta a via para criar mais vagas de creche na Região Autónoma dos Açores. O sistema é extremamente burocrático, é extremamente exigente e é desmoralizador para qualquer empresário. É como na habitação, havendo mercado, não há interessados em aceder porque é complicado instalarem-se.

Neste sentido, indo à iniciativa do Bloco de Esquerda, devo dizer, como iniciei a minha intervenção, que este é, de facto, um cisma ideológico: o Bloco de Esquerda entende que tudo deve ser nacionalizado e quer regionalizar as creches; nós entendemos que tudo deve ser privatizado e não queremos regionalizar as creches.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário da Iniciativa Liberal, o PAN vem olhar não para qualquer ideologia, mas, sim, para o direito da criança. Para mim, isso é o mais importante.

Consigo ver, nos argumentos da IL, algumas coisas com que posso concordar, outras também do Bloco de Esquerda, mas temos todos de concordar que este diploma do Bloco de Esquerda é, sem dúvida, uma chapada de luva branca ao projeto de resolução do CHEGA. Para já, é muito bom, devido à injustiça que existia relativamente às crianças que, coitadas, sem terem culpa, se os pais estivessem desempregados, então, já não tinham o mesmo direito dos pais empregados. Por si só, este diploma já é muito bom.

A IL esqueceu-se de uma coisa: neste caso, a Administração Pública está a fazer concorrência ao privado, é verdade, mas também está a esquecer-se de que, no privado,

está a haver graves problemas com a falta de educadores, falta de auxiliares, pela forma como pagam, porque preferem ir para o público, que paga melhor, dá melhores condições, dá um melhor horário, do que para o privado. Não querem sequer estar no privado, porquê? Por três razões: primeiro, são mal pagas; segundo, trabalham mais horas; terceiro, não há sequer a quantidade de educadoras que é obrigatória numa creche.

Nós recebemos denúncias — e acredito que os outros partidos também as tenham recebido — de que, às vezes, há uma educadora para duas ou três salas, por falta de educadoras no privado.

O mais importante é a criança, não a guerra entre o que é público e o que é privado, entre privatizar tudo ou meter tudo na esfera do Estado. Eu acredito que haja uma balança, há uma balança para tudo...

Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata (IL).

Mas o problema é que não existe. O problema é que a própria Administração Pública está a fazer concorrência ao privado. Por isso, da parte dos privados, não temos mais empresários a querer fazer concorrência com a Administração Pública, obviamente.

Tendo em conta que as crianças são a nossa prioridade máxima, tendo em conta também as políticas do próprio Governo, que não tenho nada a dizer de mal, está a fazer melhor trabalho do que aquele que foi feito nos últimos anos, não vejo qualquer problema com este decreto legislativo do Bloco de Esquerda, é simplesmente um reforço e uma continuidade daquilo que está a ser feito pelo Governo. Por isso, o PAN vai votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção, para além de responder a algumas das intervenções que se seguiram à apresentação do diploma, quero começar por dizer que, nesta matéria, estamos muito bem acompanhados.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Então, diga lá como vai operacionalizar o diploma.

O Orador: Estamos acompanhados por uma entidade fundamental no contexto da educação no país, que tem representantes da Região, que é o Conselho Nacional da Educação, que, no seu parecer, naturalmente, dá a sua concordância com esta proposta.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas o senhor não diz como. Diga!

O Orador: Estamos bem acompanhados pelo Prof. Fernando Diogo, que, em comissão, apoiou a ideia, aliás, disse que sempre a defendeu, de criação de uma rede pública de creches. Estamos bem acompanhados por quem, efetivamente, está a pensar no superior interesse das crianças.

Sobre esta proposta, surgem logo as acusações de que há um preconceito ideológico, que há a visão ideológica da sociedade. Mas comecemos por desmontar esta ideia. Em primeiro lugar, o CHEGA, através da Sra. Deputada Hélia Cardoso, diz que o Estado deve fiscalizar, regular e financiar nesta área e noutras. Ora, é o regresso do programa eleitoral do CHEGA, que depois escondeu, que é a extinção da escola pública e dos Serviços Nacional e Regional de Saúde.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor mistura tudo.

O Orador: Era exatamente isso que defendiam no vosso programa inicial: o Estado como mero financiador e regulador. E o que isso significa é acabar com a escola pública e com o Serviço Regional de Saúde, é o corolário da ideia que o CHEGA apresenta.

As ideias mirabolantes de que há uma nacionalização das creches privadas são de quem não leu ou, se leu, quer enganar quem nos está a ouvir, porque o projeto de decreto legislativo regional diz que integram a resposta pública, os estabelecimentos da rede

privada, da rede social, com contrato de associação com a Segurança Social. Não há uma posse da Região, mas, sim, uma resposta. Não estamos a falar de propriedade.

O Governo gosta muito de falar do percurso que fez até aqui. A gratuidade das creches, como disse na intervenção inicial, é uma medida fundamental, que, aliás, antes de ser aprovada, já a propúnhamos. Mas veio tarde. Agora, só por si, não é capaz de dar resposta a todos os problemas, nomeadamente ao problema da escassez. E é a esse problema que é preciso atender.

E voltamos à questão ideológica: a escassez, na opinião do Governo e dos partidos de direita, só se resolve através do setor social, em que o investimento e o pagamento das despesas de funcionamento são totalmente financiados pela Região, neste caso, pela Segurança Social e, no caso de investimento, pelo Orçamento da Região. Agora, é possível que as creches privadas, de natureza empresarial, possam também ser financiadas pelo orçamento da Segurança Social.

Aquilo que não pode haver, de modo algum, é uma creche pública na Região. Isso, a direita não quer.

Deputado Nuno Barata (IL): Só alguma direita.

O Orador: Podem existir creche sociais (IPSS), podem existir creches privadas financiadas pelo Orçamento da Região, mas não podem existir creches públicas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Elas já existiram. E foi a direita que as fechou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Elas já existiram antes.

O Orador: Quem é que tem um preconceito ideológico aqui? Quem é que tem um preconceito ideológico sobre o que é público? O preconceito ideológico não está no Bloco de Esquerda, como se demonstra.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ai está, está! É que está mesmo!

O Orador: Aliás, nós integrámos a resposta social, que tem acordo de cooperação com a Segurança Social, valorizámo-la e não a rejeitámos, mas queremos que haja resposta

pública. Por isso, fica bem claro onde é que está o preconceito ideológico.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é preconceito, é cisma!

O Orador: Sobre o investimento, o Governo refere que aumentou vagas, que está a fazer um percurso...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não refere, é factual, por muito que lhe custe.

O Orador: Mas em relação a esse facto, como bem referiu a Sra. Secretária, parte dessas vagas são aumentadas por portaria. Isso não é aumentar vagas, é empacotar crianças numa creche. Assim é fácil, é assinar e mandar publicar. E assim nascem vagas numa creche.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade. De quem é essa portaria?

O Orador: Ora, isso não defende o superior interesse das crianças nem o seu bem-estar, de modo algum.

Mas vamos ao investimento, Sra. Secretária: na área social, na área das creches, por exemplo, em 2022, nas várias ações que estavam no Plano de Investimentos, o Governo executou 51 %; em 2023, a execução foi de 30 %. Isso são execuções que se mostrem?! É essa a grande prioridade que o Governo tem demonstrado no apoio às famílias, na garantia de existência de creches para todos?!

Vamos ver alguns exemplos. E é bom que digamos quais são os exemplos, para que as pessoas percebam o que está em causa. No Plano de Investimentos de 2023, o que é que nós tivemos? Na rede de amas, que tinha uma miserável verba de 60 mil euros, foi executado zero. A construção da Creche de Santo António (que já se iniciou, mas estava a arrastar-se há anos nos Planos), em 2023, teve uma execução de 11 %. A requalificação da Creche O Girassol, de Santa Cruz das Flores, teve uma execução de 0 %.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E agora?

O Orador: A construção de uma creche e ATL em Santa Bárbara, na ilha Terceira, teve uma execução maravilhosa de 0 %.

A requalificação do edifício da Creche de Santa Clara, em Ponta Delgada, teve uma fantástica execução de 0 %.

Já agora, sobre a posse dos edifícios, Sra. Secretária, sabe-me dizer de quem é o edifício da Creche de Santa Clara? Por aquilo que sei, o edifício é da Região e está a cair aos bocados. Há anos que este projeto está no Plano de Investimentos e não foi feita coisíssima nenhuma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Começou a cair aos bocados em 2020, não é?

O Orador: Depois, quem é que não faz manutenção, são os Governos do Partido Socialista ou o Governo de que a senhora faz parte? Não faz manutenção nem naquilo que é seu nem nas creches que são suas, que estão a cair aos bocados, onde estão crianças sem condições! Devia ter vergonha!

A requalificação da Creche de São Mateus teve a magnífica execução de 0 %. A ampliação da Creche da Mãe de Deus esteve a magnífica e fantástica execução de 0 %. Isto são exemplos da prioridade que o Governo dá ao investimento. E já vamos ao investimento de 2025 daqui a pouco. Mas fica bem claro que o que está no papel e que é anunciado, mais uma vez, como um grande investimento, a grande maioria fica exatamente nos 0 %, porque zero é muito próximo do investimento que este Governo tem feito nesta área.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de decreto legislativo regional apresentado pelo Bloco de Esquerda e discutido hoje, aqui, não é mais do que a afirmação daquilo que tem sido o desiderato e o trabalho contínuo deste Governo Regional. Foi este Governo que tornou as creches

gratuitas para todas as crianças açorianas. Quando antes, no Governo Socialista, eram abrangidas no acesso gratuito apenas setecentas crianças, agora são abrangidas mais de 4500. Quando a poupança das famílias açorinas antes era 165 mil euros, agora é de aproximadamente 4 milhões de euros.

A isenção aumentou a procura, é verdade, é a prova do sucesso desta política de gratuidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E o caminho faz-se caminhando. As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm feito um trabalho de excelência e têm sido parceiros excecionais do Governo Regional. Não somos só nós que o dizemos, também a URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores) e a URIPSSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores) afirmaram-no nas audições realizadas em sede comissão.

O Bloco de Esquerda, aqui, refere muito o Conselho Nacional de Educação, mas não foi apenas o Conselho Nacional de Educação que foi ouvido em comissão, tivemos também outros pareceres, como o da URMA, o da URIPSSA, o da UGT (União Geral de Trabalhadores), o da SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos), o do Lar das Criancinhas da Horta, que defendem que continua a ser melhor o investimento no setor social para a garantia e o aumento das vagas em creche. Portanto, continuar a investir nas IPSS é, aos olhos destas audições e destes pareceres que tivemos, a melhor solução.

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda é, portanto, um ataque ao setor social e ao trabalho que tem desenvolvido.

O trabalho está a ser feito por este Governo. Em 2024, foram firmados acordos entre o

Governo Regional e as IPSS e Misericórdias para uma majoração de 60 % do valor em creche com crianças com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %.

As condições de financiamento das amas foram melhoradas substancialmente, deixando as mesmas de sofrer as penalizações a que estavam sujeitas anteriormente.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: O aumento do número de creches e vagas tem sido gradual. Entre 2018 e 2024, há mais dez creches em funcionamento na Região, com mais 862 crianças a frequentar esta resposta social. Constam do Plano Regional Anual para 2025 várias medidas de apoio à infância, nomeadamente construção, requalificação e remodelação de creches, muitas delas enumeradas aqui pela Sra. Secretária.

Na audição ao CESA (Conselho Económico e Social dos Açores), em sede de comissão, na pessoa de sua Presidente, a Dra. Piedade Lalanda, acompanhada pelo Prof. Dr. Fernando Diogo, ambos sublinharam que “as políticas devem ser sustentadas por dados concretos e que se deve conhecer profundamente a realidade antes de agir”. É com este desiderato que este Governo criou a lista centralizada, neste momento em funcionamento em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo, mas com previsão de expansão a toda a Região no próximo ano letivo.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

A Oradora: Com esta lista, será possível conhecer as reais necessidades na procura de creche, evitando duplicação de inscrições que se verificava até então.

Também o Regime Jurídico de Apoio ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores, recentemente aprovado nesta Assembleia, permitirá aproveitar a capacidade já instalada de instituições privadas, permitindo dar uma resposta mais rápida à falta de vagas em valências como, por exemplo, as creches.

Para bem governar, é necessário conhecer as reais necessidades, avaliar e ajustar as políticas criadas, tornando-as mais eficazes. Tem sido esse o trabalho deste Governo Regional em prol dos Açorianos: fortalecer as instituições e entidades da nossa Região, possibilitando mais respostas sociais; melhorar as condições de qualidade de vida dos

Açorianos; gerar poupança às famílias açorianas.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, penso ser importante fazer aqui uma súmula do que foi feito por este Governo relativamente às creches nos Açores. Foi este Governo que criou a gratuitidade universal das creches. Foi este Governo que aumentou a capacidade instalada das instituições. Foi este o Governo que implementou um sistema de lista de espera centralizada, garantindo maior transparência no acesso. Foi este Governo que reforçou o financiamento das IPSS, assegurando a sustentabilidade da rede social e solidária.

De facto, o que os Açores precisam, neste momento, não é de uma revolução artificial de creche, é de dar continuidade, melhorar e otimizar a rede de creches, que sempre foram um exemplo nacional.

Com estas medidas, o Governo Regional dos Açores pode afirmar que está na linha da frente no que diz respeito à criação de vagas nas creches, ao acesso às creches gratuitas, porque é, de facto, a única região de Portugal onde as creches são gratuitas, universalmente gratuitas.

A Região Autónoma dos Açores tem dado passos extremamente positivos para o melhoramento de rede de creches, tem trabalhado afincadamente com as IPSS e com os trabalhadores dessas IPSS no melhoramento das condições e da formação desses próprios trabalhadores.

Sras. e Srs. Deputados:

A confiança da Representação Parlamentar do PPM é total e inequívoca no trabalho desenvolvido pela Dra. Mónica Seidi, na perspetiva de dar continuidade a todo o trabalho que tem sido feito, realcemos, desde 2020 a esta parte.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, nós não dizemos que são só privados, dizemos é que pode coexistir tudo: privado, público, aquilo que for necessário, o que for mais adequado.

Segunda questão: é escusado vir com o papão de que tem de haver Serviço Regional de Saúde e de que os hospitais, as universidades e as escolas têm de ser públicas. Vamos pegar no exemplo da Alemanha, em que os sindicatos públicos compram serviço aos hospitais privados. Acha que os alemães andam a cair de doentes? Eu não os vejo insatisfeitos, no entanto, são tratados em hospitais privados. Aliás, a nível nacional, reconheceram a incapacidade para gerir hospitais e já puseram cinco em PPP (Parcerias Público-Privadas). Se calhar, significa mesmo que a melhor solução é serem geridos pelos privados e não pelo público, porque está limitado e, se calhar, não consegue mesmo.

Terceira questão: já que mencionam o programa do CHEGA, e agradeço a publicidade, só para esclarecer que foi dito que era para dar a possibilidade de escolha ao cidadão, de optar por ir para uma escola privada, e o Estado entregava o montante que investia

naquele cidadão, naquele jovem, e ele pagava as propinas da escola. Era dar-lhe essa possibilidade de escolha. Eu não sei qual é o problema em escolher. A escolha é uma coisa tão boa.

Deputada Olivéria Santos (CH): Democracia!

A Oradora: Não, o Estado é que tem de dizer o que cada indivíduo tem de fazer desde que nasce até que morre.

Deputado José Sousa (CH): Isso é o que vocês queriam!

A Oradora: Sr. Deputado do PAN, se não há lugares em creche, neste momento, para todas as crianças, logo, há que escolher, há que definir critérios de escolha. Assumam isso, não enfiem a cabeça na areia como se o facto de se estabelecer um critério de escolha fosse algo... É necessário enquanto não existir cobertura a 100 %.

Deputado José Sousa (CH): Escolhe-se tanta coisa...

Deputada Olivéria Santos (CH): Vai para os pais que trabalham, porque esses é que têm direito.

A Oradora: Vamos pegar no caso dos que trabalham:

— Ah, não, isso foi um critério erradíssimo, ridículo.

Para alguém que está a trabalhar, o que é que acontece?

— Ah, o seu filho vai sair da creche porque está a trabalhar.

— Então, vou-me desempregar para tomar conta dele.

Desemprega-se.

— Ah, o seu filho passa a ter lugar na creche porque está desempregado.

Isso é ridículo!

Deputada Olivéria Santos (CH): Pois é!

Deputado José Pacheco (CH): Isto é a realidade!

A Oradora: Outra questão: em relação à ida dos trabalhadores das creches privadas para as públicas, o valor padrão é pago igual ao preço de custo ou abaixo do preço de custo aos privados. O horário de trabalho, na pública, é de menos 5 horas. Isto de sermos todos portugueses, todos iguais... há uns mais iguais do que outros, há uns que

têm de trabalhar 40 horas e outros têm de trabalhar 35 horas. Pessoalmente, nunca percebi isso.

Deputado José Sousa (CH): E os que trabalham 40 é que pagam os outros.

A Oradora: Depois, os que estão na pública têm tolerâncias de ponto, têm uma série de benesses. E vão dizer às empresas privadas que não pagam bem. Eles não vão fazer milagres. Quer dizer, os privados têm tudo contra eles. E vão dizer-lhes que não pagam bem, que estão a deixá-los fugir?! O que é que eles podem fazer? Se são pagos abaixo do preço de custo, se os benefícios estão todos na pública, claro que as pessoas fogem para a pública.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente, como já tem vindo a ser hábito, o discurso do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda chega a ferir ferozmente aquilo que tem sido o trabalho dos Governos de coligação, que tem sido reconhecido pelas famílias.

O Sr. Deputado diz que o investimento deste Governo nesta matéria é zero. Sr. Deputado, já foi dito, aqui, por mim, por vários deputados desta sala, e é factual: a poupança que as famílias açorianas tiveram, desde que foi implementada a gratuitidade das creches, corresponde a um valor que ascende aos 4 milhões de euros. Sr. Deputado, onde é que está o investimento zero? Há ou não investimento nas famílias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado, em 2020, eram abrangidas as crianças até ao 7.º escalão, medida que, do ponto de vista da gratuitidade, conseguiu abranger 590 crianças. Em 2024, com o alargamento da gratuitidade ao 16.º escalão, foram abrangidas 4686 crianças.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado António Lima (BE): Quanto é que isso custou à Região?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual foi o investimento da Região?

A Oradora: Como é que o Sr. Deputado tem a coragem de dizer que o investimento é zero? Como é que isto é possível? Não consigo perceber como é que replica isto sem que haja qualquer tipo de responsabilidade nas suas palavras.

Ao nível do número de vagas criadas, foram criadas 805 vagas nos últimos 4 anos. Onde é que está o investimento zero, Sr. Deputado?

Quanto ao apoio no financiamento às instituições, passámos de 12,8 milhões para 22,7 milhões. Onde é que está o investimento zero, Sr. Deputado?

O valor padrão, em 2019, era de 324 euros; na atualidade, em 2024, o valor padrão é de 524 euros, Sr. Deputado. Onde é que está o investimento zero? Seja sério na discussão!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

As famílias açorianas é que beneficiam destas medidas, não é o Governo Regional, portanto, a nossa preocupação estará sempre dirigida a este público-alvo.

Aparte impercetível.

Já vamos a essa parte, já lhe digo quanto é que o orçamento da Segurança Social pagou em creches gratuitas desde 2022 e vai perceber qual é o investimento que tem sido feito. Já lhe digo.

Em relação às questões ideológicas, o que o Sr. Deputado quer não é esgotar a capacidade instalada, isso viu-se claramente pelo último diploma que trouxemos aqui relativamente aos privados.

Deputado António Lima (BE): A capacidade instalada está esgotada, senão não havia lista de espera!

A Oradora: O Governo queria aproveitar de imediato a capacidade instalada disponível pelos privados. O que é que o Sr. Deputado fez? Votou contra, porque é uma questão ideológica. Portanto, Sr. Deputado, está mais do que visto o que é que se pretende.

Em relação às amas, também foi aqui falado, em 2020, as amas foram apoiadas com um valor que ascende a 790 mil euros. Em 2024, no último ano, o valor de apoio às amas ascendeu a 1,2 milhões de euros. Há ou não investimento neste setor?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Pedro Neves, dizer-lhe apenas que, a nível das educadoras de infância, do ponto de vista de vencimentos, há equiparação. Portanto, as educadoras de infância não saem do público para irem para o privado por uma questão de vencimentos porque o vencimento está equiparado. Essa não é efetivamente a desculpa.

Em relação à taxa de cobertura, que também já foi aqui mencionada, é importante referir o seguinte: efetivamente, há metas denominadas para a avaliação deste parâmetro, são conhecidas por Metas de Barcelona, em que está estipulada, de 2022

até 2030, uma taxa de cobertura efetiva na ordem dos 45 %. Atualmente, após a atualização que foi feita, posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais, a taxa efetiva de cobertura da Região, ao dia 10 de março de 2025, é de 56,1 %. Portanto, estamos ou não acima daquilo que está preconizado e recomendado do ponto de vista da União Europeia? Estamos acima.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso melhorar? Sim, é preciso melhorar. E cá estaremos para continuar a alargar o número de vagas disponíveis.

Em relação ao financiamento, no seguimento daquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, de que vinha tudo do orçamento da Segurança Social, não é verdade.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso.

A Oradora: Posso dar-lhe nota de que, em 2022, o orçamento da Segurança Social para a gratuitidade em creche situou-se nos 1,8 milhões de euros.

Mas posso dizer-lhe que, em 2024, o aumento foi muito significativo, e a República participou em 6,5 milhões de euros a gratuitidade em creche. Há ou não investimento deste ponto de vista? Claro que há. Foi o último governo, a nível nacional, que percebeu a necessidade do financiamento desta medida, que, sim, é universal, mas que os governos de António Costa nunca se tinham chegado à frente para participar os acordos dos CCVC (Contrato de Cooperação Valor-Cliente) que o Instituto de Segurança Social precisa para financiar a gratuitidade em creche.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto a este debate apenas porque entendo que, apesar de percebermos que, no calor do debate, temos sempre a tendência para reescrever a história, importa, aqui, deixar

claro que...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não me diga que foi o PS que criou a gratuidade das creches!

A Oradora: ... a gratuidade das creches foi uma medida financiada pelo Governo da República, ainda liderado por António Costa, que transferiu verba para a Região para esta gratuidade.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi, Sra. Deputada. Lamento, mas não foi.

A Oradora: Relativamente à universalidade das creches, é aquilo que, neste momento, de facto, importa falar e que importa preocuparmo-nos e impormos algum ritmo, preferencialmente um ritmo superior àquele que tem sido tido até então.

Partilhar também, aqui, relativamente ao aumento de duas vagas por decreto, que o Partido Socialista nada tem a opor. E ainda bem que, por decreto e por portaria, estas duas vagas foram abertas, mas temos a lamentar que a abertura destas duas novas vagas não tenha sido acompanhada pelos recursos humanos, que devia ter sido.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para repor a verdade sobre aquilo que foi dito em relação à questão da ausência de recursos humanos, no contexto da possibilidade de criar vagas no âmbito desta portaria. Esta é uma portaria que não foi feita pelo Governo de coligação, Sra.

Deputada, foi feita por um Governo do Partido Socialista na República. E, portanto, o que a portaria prevê é que é possível aumentar em duas vagas, desde que sejam garantidas as áreas mínimas por criança.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E os rácios de pessoal?

A Oradora: Não está vertido na portaria. O que o Instituto da Segurança Social fez foi verificar. E, portanto, acho caricato que o Partido Socialista venha, agora, exigir ao Governo de coligação na Região aquilo que não exigiu ao seu partido na República.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Isso é de lamentar, porque até parece que foi o Governo de coligação que elaborou uma portaria nacional que visa somente áreas mínimas garantidas por criança. Foi isso que o Instituto de Segurança Social fez, foi fiscalizar que essas áreas estavam cumpridas e, assim, permitiu aumentar a capacidade em vagas.

Lamento porque, possivelmente, se o Governo de coligação não tivesse adaptado essa legislação à Região, estaria, agora, o Partido Socialista a perguntar quantas crianças ainda estão em lista de espera por não terem usufruído da possibilidade de aumento da capacidade das salas. E isso, claramente, é de lamentar.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros

do Governo:

Eu lamento que tenham afirmado aqui que, de facto, aplicaram a portaria, aumentaram duas crianças em creche, e que a mesma não foi acompanhada do aumento de recursos humanos. Registo e espero que fique registado. E ainda dizem que não foi acompanhada porque não está na portaria. Por amor de Deus, os rácios estão na legislação! Vocês próprios fizeram os rácios para esta situação. Não era preciso estar na portaria, existe uma legislação que diz exatamente os rácios do número de alunos que cada sala deve ter.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, nesta intervenção, gostaria de começar por dizer que o investimento próximo zero que referi é factual e resulta das baixas taxas de investimento que, em matéria de criação de novas creches, de ampliação e de requalificação, o Governo apresenta. Não há dados de 2024 e socorri-me, naturalmente, dos dados de 2023. De facto, são péssimos, o Governo chumba no investimento que tem feito em novas creches e na ampliação de novas creches.

Refere que a Região tem investido muito na gratuitidade de creches.

Deputada Délia Melo (PSD): E tem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Duplicamos o investimento!

O Orador: Ao mesmo tempo, diz que o Governo da República aumentou o seu financiamento, em 2024, para mais de 6 milhões de euros.

Ora, mas, afinal, quem é que está a investir, é o Governo da República ou o Governo

Regional?

Apartes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Aquilo que é dito é que é a Região que está a investir, mas o que a Sra. Secretária admitiu — como é evidente, nós sabemos olhar para os relatórios de gestão do Instituto de Segurança Social — é que quem está efetivamente a suportar grande parte do valor da gratuitidade em creche é a Segurança Social. É aquilo que foi confirmado pela Sra. Secretária na intervenção que antecedeu.

Mas ainda bem que há financiamento para isso. Agora, aquilo que estamos a tratar é de um investimento, que esse, sim, é totalmente do Orçamento da Região ou com recursos a fundos comunitários, na criação de novas creches. É disso que se trata, é isso que estamos a discutir, é o centro deste debate.

Na criação de novas creches ou no aumento de vagas, já foi aqui referido, há uma questão que se coloca sempre: mais vagas implicam mais recursos humanos, mais educadoras, mais auxiliares de educação, muitas vezes mais recursos nas cozinhas. Isto é fundamental.

Sabemos bem também porque é que há quem não queira creches públicas de maneira nenhuma, e o Sr. Deputado Pedro Neves aflorou essa matéria, é que quem trabalha no setor público tem melhores condições salariais, tem melhores condições ao nível de horário. E isso, é verdade, custa mais dinheiro, mas garante melhores direitos a quem trabalha e é melhor para esses trabalhadores. É por isso que as creches do setor social estão com dificuldades em fixar pessoal, trabalhadores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A estratégia é essa, fechar as creches do setor social?

O Orador: Mas, aqui, a Sra. Deputada Hélia Cardoso refere que não houve financiamento para acautelar o aumento de custos. Não foi exatamente isso que disse, com estas palavras, mas entendi dessa forma. Mas não houve, porquê? Porque é que

não aumentaram os salários destes trabalhadores? São entidades privadas, podem pagar-lhes o que bem entenderem, não há qualquer limitação aos vencimentos.

Em relação às educadoras, podem reduzir o horário, podem fazer com que o horário das educadoras seja até melhor. O tratamento mais favorável, podem fazer sempre que quiserem.

Aqui, a questão de fundo é essa, não querem creches públicas, porque isso custa mais caro, mas garante melhores direitos aos trabalhadores.

E é por essa teimosia que as creches do setor social estão com dificuldades, porque, como é evidente, a maioria, senão todas, não têm recursos próprios, não têm financiamento próprio e não podem pagar mais, não podem dar melhores condições do que aquelas que o Governo garante.

Por isso, na verdade, quem decide sobre salários, quem decide sobre condições, no fundo, é quem financia. Como se costuma dizer: quem paga é que manda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Duplicamos o valor padrão!

O Orador: E quem manda naquilo que se faz nas IPSS e nos salários é o Governo, porque é quem paga, e quem paga é que manda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(*) **Deputada Nídia Inácio (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para recapitular e frisar que, realmente, é inegável o investimento que o Governo da coligação PSD, CDS-PP e PPM tem feito no setor social, e os Açorianos sabem. É inegável a gratuidade das creches para todos. Como o Sr. Deputado Paulo Margato disse, é para todos, embora em Portugal continental não seja assim. Nos Açores, podemos dizer que é para todos. Portanto, isso é inegável.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

É inegável que, em 2019, tínhamos 3019 lugares; em 2024, tínhamos 4680 lugares em creche. Também é inegável que, em 2018, tínhamos 67 creches; em 2024, passámos a ter 76 creches. Há um aumento de creches, portanto, isto é inegável. E vão dizer aos Açorianos que este Governo de coligação não tem apostado?! Não é sério! Tem apostado, e muito, nesta área, no setor social, nas creches, na primeira infância. Os Açorianos sabem que não é sério.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Todos os que têm as creches gratuitas sentem isso, não pagam as creches, é poupança nas famílias.

Como foi dito aqui, também gosto de recentrar o tema. O tema que estamos aqui a debater é a criação de rede pública de creches na Região Autónoma dos Açores, de rede pública!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Quem é que acabou com ela, em 2015?

A Oradora: Eu gosto de relembrar que, nos Açores, também já tivemos rede pública. Em 2014/2015, veio, a esta Câmara, o Projeto de Resolução n.º 82/X, que recomendava ao Governo Regional dos Açores que não encerrasse as duas únicas valências com creche e jardim de infância públicas na Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Bem lembrado!

A Oradora: Foi um projeto de resolução proposto pelo Bloco de Esquerda, que pediu para não encerrar a rede pública. E Deputada proponente, quando foi ouvida, em janeiro de 2015, há 10 anos, esclareceu que considerava que a iniciativa, naquele momento, já não fazia sentido, porque a rede pública já tinha sido encerrada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pelo PS!

A Oradora: ... pelo PS em 2014, ambas as creches se encontravam encerradas. Mas entendeu apresentar nesta Câmara, para dar oportunidade de ouvir a tutela sobre esta matéria, de refletir sobre este assunto em plenário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que é que tutela disse?

A Oradora: Disse considerar este ato como um desinvestimento progressivo nas valências de creches e jardins de infância públicos, como um passar de responsabilidades do Estado para entidades privadas.

A Secretária Regional da Segurança Social, na altura, a Dra. Andreia Cardoso, disse, e passo a citar o que está no relatório do projeto de resolução: “O que é facto é que, desde 1996 até hoje [2015], as respostas sociais a este nível aumentaram exponencialmente.” Se aumentaram exponencialmente até 2015, o que é que vamos dizer até 2025?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Também esclareceu que “não se pode considerar desinvestimento nesta área, porque o Governo Regional dos Açores tem protocolos com as diversas Instituições de Particulares de Solidariedade Social e tem investidos 4,2 milhões de euros só na área da infância e juventude”. E este Governo, o que é que tem investido, Sra. Secretária?

Portanto, eu só quis recentrar que nós estamos a falar em redes públicas. A Região já teve rede pública, já teve a oportunidade de manter a rede pública, de fazer crescer a rede pública, mas optou por encerrar e por dar lugar às IPSS e às creches alocadas às Misericórdias. Foi uma opção naquela altura.

Com este Governo, como a Sra. Secretária já disse, como os Srs. Deputados que me antecederam também já o afirmaram, continuou a crescer, a melhorar. Não está tudo

perfeito, mas está-se a trabalhar, porque, para este Governo, em primeiro lugar, estão as pessoas e as crianças, que são o futuro dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, pede a palavra para...

Deputado Pedro Neves (PAN): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, para uma interpelação.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário das Finanças que se abeirem da Mesa.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã.

Boa noite a todos e bom jantar.

Eram 19 horas e 17 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Quota Soares

Paulo Duarte Gomes

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Documentos entrados:

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 570/XVI/1.^a (BE) – Alarga o direito ao subsídio social de mobilidade a todos os imigrantes residentes na Região Autónoma da Madeira e amplia o universo de beneficiários estudantes (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho) - Audição n.º 33/XIII/1.^a – AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2025-02-27

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025-03-19;

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 50/XVI/1.^a (GOV) – Autoriza o Governo a Transpor Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União - Audição n.º 32/XIII/1.^a – AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2025-02-20

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2025-03-12;

3- Projetos de Propostas de Lei:

Assunto: Que autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União – PCM – (Reg. PL 298/XXIVV/2024) – Audição n.º 31/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-02-12

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2025-03-04;

4- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões - MIH - Reg. DL 461/XXIV/2024 - Audição n.º 32/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-02-14

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025-03-06;

Assunto: Que altera o Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA - Aeroportos de Portugal SA. - MIH - Reg. DL 7/XXIV/2025 - Audição n.º 33/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-02-14

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025-03-06;

Assunto: Que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, e conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2023/1804 - MIH - (Reg. DL 41/XXIV/2025) - Audição n.º 34/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-02-27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2025-03-19;

5- Projetos de Portaria:

Assunto: Define o modo de proceder ao apuramento do valor do Subsídio Social de Mobilidade no âmbito dos serviços de transporte entre o Continente e as Regiões

Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões, previsto no Decreto-Lei n.º [461/XXIV/2024] - Audição n.º 35/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Data de Entrada: 2025-03-05

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025-03-17;

6- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 30/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR030.pdf>

Assunto: Dignificação e Valorização dos Assistentes Técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2025-02-18

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2025-04-07

7- Projetos de Resolução:

N.º 32/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR032.pdf>

Assunto: Medidas de apoio à integração, formação e legalização dos Imigrantes nos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2025-02-14

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2025-03-19;

N.º 33/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR033.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia/ginecologia dos Hospitais da Região para que o acesso à IVG não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2025-02-20

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2025-03-24;

N.º 34/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR034.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que tome como seu o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII da Iniciativa Liberal

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2025-03-03

Comissão:

Data-Limite de Parecer:

8- Petições:

N.º 17/XIII http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti666.pdf

Assunto: Solicitação de Medidas Restritivas à Compra e Venda de Propriedades por Estrangeiros

Proveniência: Manuel Garoupa Albergaria Bicudo

Data de Entrada: 2025-02-25

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: Em processo de admissão

N.º 18/XIII http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti726.pdf

Assunto: Atribuição de Remuneração Complementar Regional aos Oficiais de Justiça nos Açores

Proveniência: João Domingos Rodrigues

Data de Entrada: 2025-02-28

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: Em processo de admissão

9- Requerimentos:

Assunto: Volvidos mais de 1000 dias, Governo deixa “na gaveta” o Livro Branco

Autores: Marlene Damião, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Berto Messias, Cristina Calisto, Gualberto Rita, Inês Sá, Isabel Teixeira, José Ávila, Lubélio Mendonça, Luís Vieira Leal, Patrícia Miranda, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2025-02-13

Referência: 54.02.00 – N.º 273/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque273.pdf

Assunto: Aquário de Porto Pim continua encerrado

Autores: Inês Sá, Lúcio Rodrigues, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-02-13

Referência: 54.02.07 – N.º 274/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque274.pdf

Assunto: Atrasos no pagamento de apoio ao acesso aos mercados

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-18

Referência: 54.09.00 – N.º 275/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque275.pdf

Assunto: Base da AZORES AIRLINES em Lisboa

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-18

Referência: 54.09.00 – N.º 276/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque276.pdf

Assunto: Instabilidade na Unidade de Saúde da ilha do Corvo

Autores: Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2025-02-18

Referência: 54.02.09 – N.º 277/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque277.pdf

Assunto: O que se passa na Escola Básica e Secundária da Graciosa?

Autores: José Ávila, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-02-18

Referência: 54.02.04 – N.º 278/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque278.pdf

Assunto: PS questiona segurança da Estrada dos Picos e solicita parecer técnico

Autores: Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-02-18

Referência: 54.02.01 – N.º 279/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque279.pdf

Assunto: Via Vitorino Nemésio

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-19

Referência: 54.09.03 – N.º 280/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque280.pdf

Assunto: Número de trabalhadores em funções públicas

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-19

Referência: 54.09.00 – N.º 281/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque281.pdf

Assunto: Compensações aos pescadores açorianos pela criação da RAMPA - (Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores)

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.09.00 – N.º 282/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque282.pdf

Assunto: Dados sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.06.00 – N.º 283/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque283.pdf

Assunto: Inoperacionalidade do matadouro da ilha do Corvo está a prejudicar a economia local e a comprometer abastecimento alimentar da ilha

Autores: Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.02.09 – N.º 284/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque284.pdf

Assunto: Divulgação do estudo complementar para a ampliação da pista do Aeroporto do Pico

Autores: Mário Tomé, Marta Matos, Andreia Cardoso, Carlos Silva e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.02.06 – N.º 285/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque285.pdf

Assunto: Apoios prometidos aos clubes açorianos ainda não foram pagos

Autores: Russell Sousa, Lúcio Rodrigues, Luís Vieira Leal, Dora Valadão, Inês Sá e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.02.00 – N.º 286/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque286.pdf

Assunto: Remarcação de consultas e exames em caso de mau tempo

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-20

Referência: 54.09.00 – N.º 287/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque287.pdf

Assunto: Informações sobre a monitorização do Gás Radão nos Açores e Plano Regional de Radão

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2025-02-21

Referência: 54.10.00 – N.º 288/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque288.pdf

Assunto: Taxa de vacinação contra a gripe nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-02-21

Referência: 54.06.00 – N.º 289/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque289.pdf

Assunto: Medicamentos para diabéticos esgotados

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-21

Referência: 54.09.00 – N.º 290/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque290.pdf

Assunto: Dívida estimada de 15 milhões de euros do Governo Regional aos enfermeiros do Serviço Regional de Saúde

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Dora Valadão, Inês Sá, Lúcio Rodrigues, Sandra Costa Dias e Russell Sousa (PS)

Data de Entrada: 2025-02-24

Referência: 54.02.00 – N.º 291/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque291.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com a extinção da Direção do Serviço de Classificação de Leite de São Miguel

Autores: Patrícia Miranda, Russell Sousa, Marlene Damião, Cristina Calisto, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-02-26

Referência: 54.02.02 – N.º 292/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque292.pdf

Assunto: Realização de Colonoscopias nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-02-26

Referência: 54.06.00 – N.º 293/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque293.pdf

Assunto: Cancelamento das Consultas de Saúde Oral no Centro de Saúde de Velas

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-02-27

Referência: 54.06.05 – N.º 294/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque294.pdf

Assunto: Requalificação das instalações da EBI de Lagoa

Autores: Cristina Calisto, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Gualberto Rita, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias e Vasco Cordeiro (PS)

Data de Entrada: 2025-02-27

Referência: 54.02.02 – N.º 295/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque295.pdf

Assunto: Centro de Saúde da Praia da Vitória sem Delegado de Saúde

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-28

Referência: 54.09.03 – N.º 296/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque296.pdf

Assunto: Número de construções nos Açores nos últimos 25 anos

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-02-28

Referência: 54.09.00 – N.º 297/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque297.pdf

Assunto: Alteração Orçamental

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-03-05

Referência: 54.09.00 – N.º 298/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque298.pdf

Assunto: Estudo sobre avaliação de novo reequilíbrio financeiro da SATA no valor de 31,4 milhões de euros

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-03-05

Referência: 54.02.00 – N.º 299/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque299.pdf

Assunto: Elevada taxa de cesarianas nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-03-05

Referência: 54.06.00 – N.º 300/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque300.pdf

Assunto: Quota de Goraz (Pagellus Bogaraveo) nos Açores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-03-06

Referência: 54.09.00 – N.º 301/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque301.pdf

Assunto: Dados sobre o pessoal docente das escolas públicas da Região

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-03-07

Referência: 54.06.00 – N.º 302/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque302.pdf

Assunto: Médicos de Família nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-03-07

Referência: 54.06.00 – N.º 303/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque303.pdf

10- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Distribuição dos lotes de direitos individuais atribuídos no âmbito do Prémio à Vaca Aleitante

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-10

Referência: 54.02.00 – N.º 250/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp250.pdf

Assunto: Atrasos no pagamento do programa ECO-Freguesia referente ao ano de 2024

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-12

Referência: 54.02.00 – N.º 244/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp244.pdf

Assunto: Aparelho de Estimulação Magnética Transcraniana para a Doença Machado Joseph

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-12

Referência: 54.09.00 – N.º 246/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp246.pdf

Assunto: Atrasos no Pagamento do Programa ECO-Freguesias

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-12

Referência: 54.09.00 – N.º 247/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp247.pdf

Assunto: Processo dos navios elétricos representa mais um fracasso do Governo Regional

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-13

Referência: 54.02.00 – N.º 253/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp253.pdf

Assunto: Apoio ao abate COVID aos produtores de carne

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-13

Referência: 54.09.00 – N.º 255/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp255.pdf

Assunto: Preço do Gasóleo Agrícola aumentou 75 % em 4 anos

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-14

Referência: 54.02.00 – N.º 254/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp254.pdf

Assunto: Informações relativas à execução do programa POSEI - ajuda à banana

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-14

Referência: 54.10.00 – N.º 257/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp257.pdf

Assunto: Caminho do Bardo de Santa Bárbara fechado há mais de 500 dias

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-17

Referência: 54.02.02 – N.º 260/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp260.pdf

Assunto: Investimentos no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-21

Referência: 54.03.03 – N.º 266/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp266.pdf

Assunto: PS quer esclarecimentos sobre demissão na Comissão Especial de Acompanhamento da Privatização da Azores Airlines

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-25

Referência: 54.02.00 – N.º 265/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp265.pdf

Assunto: Provedor Regional do Animal, degradação do Hospital Alice Moderno e atrasos nos apoios às associações de proteção animal

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-25

Referência: 54.08.02 – N.º 272/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp272.pdf m

Assunto: Acesso ao Poço da Ribeira do Ferreiro ou Poço da Alagoinha

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-03

Referência: 54.09.08 – N.º 256/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp256.pdf

Assunto: Dívidas do Governo Regional aos empresários das Flores comprometem a sustentabilidade das empresas

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-03

Referência: 54.02.08 – N.º 259/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp259.pdf

Assunto: PS questiona segurança da Estrada dos Picos e solicita parecer técnico

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-03

Referência: 54.02.01 – N.º 279/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp279.pdf

Assunto: Inoperacionalidade do matadouro da ilha do Corvo está a prejudicar a economia local e a comprometer abastecimento alimentar da ilha

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-03

Referência: 54.02.09 – N.º 284/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp284.pdf

Assunto: Apoios prometidos aos clubes açorianos ainda não foram pagos

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-03

Referência: 54.02.00 – N.º 286/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp286.pdf

11- Informações:

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII (GOV) - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi, até 14 de abril de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-02-10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Sra. Deputada Sabrina Furtado, solicitando informações sobre incompatibilidade e necessária comunicação da sua recente reeleição para o cargo de Vogal da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo

Proveniência: Marco Silva, Assessor do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer dos Projetos de Resolução n.ºs 27/XIII (IL) - Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa e 19/XIII (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria, ambos até 19 de março de 2025, e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII (CH) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002/A, de 12 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro, que aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, até 18 de abril de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-02-14;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Sabrina Furtado, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-17;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: Gabriel Mato, Member of the European Parliament

Data de Entrada: 2025-02-18;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: Daniel Pontes, Gabinete do Eurodeputado, Embaixador António Tânger Corrêa

Data de Entrada: 2025-02-19;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: Elena Ursache, Personal Assistant to the Deputy Head of Cabinet, David Oppenheimer

Data de Entrada: 2025-02-19;

Assunto: Correspondência com a ref.^a COR 2025/504 D remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de

Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Comité das Regiões Europeu

Data de Entrada: 2025-02-19;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de fevereiro de 2025, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 15/XIII – Contra o regresso da sorte de varas aos Açores

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-19;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de fevereiro de 2025, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 16/XIII – Petição pela Criação de uma CPI para Avaliar a Resposta do Governo Regional aos Constrangimentos Resultantes do Incêndio no HDES

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-19;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Salomé Matos, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-20;

Assunto: Ofício ref.^a 490 remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a enviar o Parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, referente à queixa apresentada por António Lima, Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e que foi aprovada na sessão realizada a 19 de fevereiro de 2025 e solicitando informação sobre o seguimento dado ao assunto, nomeadamente da decisão final fundamentada que tenha sido comunicada ao requerente

Proveniência: Maria João Galvão, Secretária da CADA

Data de Entrada: 2025-02-20;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Cecília Estácio, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-21;

Assunto: Ofício ref.^a 017/025/RL remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a informar que o Sr. Deputado Flávio Soares passa a substituir, como membro efetivo, o Sr. Deputado João Bruto da Costa na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Incêndio no Hospital Divino Espírito Santo, com efeitos a 24 de fevereiro de 2025

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-24;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da

Petição n.º 10/XIII – Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro, até 27 de março de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-02-25;

Assunto: Ofício ref.ª 58874102 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Sr. Deputado José Manuel Resendes Leal, possa ser ouvido em audição na qualidade de testemunha, nos autos de Ação de Processo Comum n.º 2827/23.6T8PDL, que corre termos no Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada

Proveniência: José António Lopes Vicente, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-02-25;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 24/XIII (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI") o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores, até 2 de maio de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-02-28;

Assunto: Ofício ref.ª SST/903/2025 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 03/2025-VIC/SRATC – Verificação interna da conta de 2023, da LACTICORVO, Lacticínios

do Corvo, C.I.P.R.L., objeto de recusa de homologação, em sessão de 27 de fevereiro de 2025

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2025-02-28;

Assunto: Ofício ref.^a SST/907/2025 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 04/2025-VIC/SRATC – Verificação interna da conta de 2023, da ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento, objeto de recusa de homologação, em sessão de 27 de fevereiro de 2025

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2025-02-28;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o despacho de nomeação de Ana Sofia da Cunha Teixeira, para o exercício de funções de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), com efeitos a partir de 1 de março de 2025

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-02-28;

Assunto: Ofício remetido por correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de março de 2025 de um debate de urgência sobre o Plano de Privatização do Setor Público Empresarial

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025-03-03;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 29/XIII (PS)- Procede à sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, que aprovou o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, até 13 de maio de 2025, 27/XIII (IL) - Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2022/A, de 20 de outubro, que adapta o Estatuto do Antigo Combatente à Região Autónoma dos Açores, até 2 de maio de 2025, 18/XIII (BE) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais, até 30 de abril de 2025 e 17/XIII (PS) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores, até 30 de abril, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII - Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime de execução do Acolhimento Familiar previsto no Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro, até 3 de maio de 2025, dos Projetos de Resolução n.ºs 16/XIII (PAN) - Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio, até 30 de abril de 2025 e 33/XIII (BE) - Recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia/ginecologia dos Hospitais da Região para que o acesso à IVG não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência, até 23 de maio de 2025 e da Petição n.º 11/XIII - Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente, até 29 de abril de 2025

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-03-03;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Plano de Atividades para 2025

Proveniência: Dagmar Weisz Sampaio, Provedora Regional do Animal

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a retirada do Projeto de Resolução n.º 34/XIII - Recomenda ao Governo Regional que tome como seu o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII da Iniciativa Liberal

Proveniência: Alexandra Carvalho, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a versão da Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão da RTP, SA sobre o qual o CO emitiu a sua opinião, na sua reunião de 28 de fevereiro e a solicitar que do mesmo seja dado conhecimento à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o despacho de nomeação de Margarida dos Santos Caetano, para o exercício de funções de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), com efeitos

a partir de 1 de março de 2025

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dirigindo uma palavra de reconhecido agradecimento pela atenção e generosidade da Sua presença na cerimónia de transferência de presidência do Comité das Regiões Europeu que teve lugar em Bruxelas, nos passados dias 19 e 20 de fevereiro de 2025 e de informar que foi eleito Presidente da Comissão de Política de Coesão e Orçamento da EU do Comité das Regiões Europeu, para o período dos próximos 2 anos e meio

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Comissão de Política de Coesão e Orçamento da EU do Comité das Regiões Europeu

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a versão final da Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão da RTP, SA sobre o qual o CO emitiu a sua opinião, na sua reunião de 28 de fevereiro e a solicitar que do mesmo seja dado conhecimento à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2025-03-07;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão de mandato por atividade profissional inadiável, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 8 de março inclusive, por um

período de 10 dias

Proveniência: Deolinda Rosa Machado Vieira Estêvão, Candidata

Data de Entrada: 2025-03-07;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão de mandato, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a 8 de março e até ao dia 17 do mesmo mês, inclusive, informando que, nesse período será substituído pelo candidato Paulo Jorge Faim Margato, uma vez que a candidata que se segue na lista pediu suspensão

Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2025-03-07;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando a anuência para o exercício de mandato em regime de afetação não permanente, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, e de acordo com o previsto no artigo 99.º do EPARAA, com efeitos a 8 de março e até ao dia 17 do mesmo mês, inclusive

Proveniência: Paulo Margato, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2025-03-07;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer respeitante a moratória sobre a Mineração em Mar Profundo aprovado com a maioria de 28 votos a favor, expressos por consulta eletrónica realizada entre os dias 28 de fevereiro e 3 de março de 2025

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS

Data de Entrada: 2025-03-07.

12- Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 419/XVI/1.^a (PSD) - Revisão do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nacional com o objetivo de introduzir uma moratória à mineração em mar profundo - Audição n.º 29/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-17;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1994-AR.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Flávio da Silva Soares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-19;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21195.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-19;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21194.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar

para que o Deputado José Paulo Machado Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 13/25.OPBSCF

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-19;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21196.pdf

Assunto: Sobre a Anteposta de Lei n.º 4/XIII/1.ª (CH) – Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICAPpL004_4.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 29/XIII/1.ª (PS) – Comissão Eventual de Inquérito ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente ao processo de recuperação e retoma dos serviços no Hospital do Divino Espírito Santo, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR029.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Aprova o regime de incentivo à leitura de publicações periódicas - MAP - (Reg. DL 414/XXIV/2024) - Audição n.º 29/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21227.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII/1.ª (PAN) – Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR016_4.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 16/XIII/1.ª – Petição pela Criação de uma CPI para Avaliar a Resposta do Governo Regional aos Constrangimentos Resultantes do Incêndio no HDES

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-02-24.

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare406.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-03-10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21291.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII/1.ª (GOV) –
Procede à sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de
agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na
Administração Pública Regional dos Açores - SIADAPRA

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-25;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR024.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 495/XVI/1.ª (PCP) - Condições saúde e segurança
no trabalho nas forças e serviços de segurança - Audição n.º 31/XIII/1.ª - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-26;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1998-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII/1.ª (BE) –
Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-26;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR023.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 20/XIII/1.ª (BE) – Recomenda ao Governo
Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de
quatro dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução
do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-26;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR020.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 21/XIII/1.^a (IL) – Recomenda ao Governo Regional a revisão e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-26.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR021.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-03-10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21286.pdf

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-02-23;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21230.pdf

Assunto: Do Requerimento de audição do Dr. António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-02-23;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21224.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível

comum de cibersegurança na União - PCM - (Reg. PL 298/XXIVV/2024) - Audição n.º 31/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-02-28;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 25/XIII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-03-07.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR025.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-03-10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21290.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 482/XVI/1.ª (CDS-PP) - Segunda alteração do Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial - Audição n.º 30/XIII/1.ª - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-02-18;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1996-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Define um novo modelo para a

atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões - MIH - Reg. DL 461/XXIV/2024 - Audição n.º 32/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA - Aeroportos de Portugal SA. - MIH - Reg. DL 7/XXIV/2025 - Audição n.º 33/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-03-05;

Assunto: Do Requerimento de audição com carácter de urgência do Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sata

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-03-10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21287.pdf

Diários: Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 33, 34 e 35/XIII.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 37, 38, 39, 40, 41 e 43/XIII.

Os Serviços de Redação.